



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)  
FACULDADE DE LETRAS (FL/UFG)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA (PPGLL/UFG)

LETÍCIA DE ARAÚJO BERNARDES

**“Sobre a terra há de viver sempre o mais forte”**: representações  
ficcionais da exclusão social em *Torto Arado*, de Itamar Vieira Junior

GOIÂNIA  
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE LETRAS

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese     Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

#### 2. Nome completo do autor

Letícia de Araújo Bernardes

#### 3. Título do trabalho

Sobre a terra há de viver sempre o mais forte": representações ficcionais da exclusão social em Torto Arado, de Itamar Vieira Junior

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Letícia De Araújo Bernardes, Discente**, em 12/12/2025, às 13:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yvonelio Nery Ferreira, Professor do Magistério Superior**, em 12/12/2025, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5856106** e o código CRC **6A4F812E**.

---

LETÍCIA DE ARAÚJO BERNARDES

**“Sobre a terra há de viver sempre o mais forte”**: representações  
ficcionais da exclusão social em *Torto Arado*, de Itamar Vieira Junior

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL), da Faculdade de Letras (FL) da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Letras e Linguística.

Área de Concentração: Estudos Literários.

Linha de pesquisa: Literatura, História e Sociedade.

Orientador: Professor Doutor Yvonélio Nery Ferreira

GOIÂNIA

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Bernardes, Letícia de Araújo

“Sobre a terra há de viver sempre o mais forte” [manuscrito] :  
representações ficcionais da exclusão social em Torto Arado, de Itamar  
Vieira Junior / Letícia de Araújo Bernardes. - 2025.

119 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Yvonélio Nery Ferreira.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,  
Faculdade de Letras (FL), Programa de Pós-Graduação em Letras e  
Linguística, Goiânia, 2025.

Bibliografia.

Inclui siglas, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Torto arado. 2. Exclusão social. 3. Literatura brasileira  
contemporânea. 4. Literatura e sociedade. I. Ferreira, Yvonélio Nery,  
orient. II. Título.

CDU 821.134.3



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE LETRAS

### ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 27 da sessão de Defesa de Dissertação de Leticia de Araújo Bernardes, que confere o título de Mestra em Letras e Linguística, na área de concentração em Estudos Literários.

Aos vinte quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, a partir das 8h30, via Google Meet, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "Sobre a terra há de viver sempre o mais forte": representações ficcionais da exclusão social em Torto Arado, de Itamar Vieira Junior". Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor Yvonélio Nery Ferreira (PPGLL/FL/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor José Carlos Mariano do Carmo (UDESC), membro titular externo; Professor Doutor José Humberto Rodrigues dos Anjos (PPGLL/UFG), membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata aprovada pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Yvonélio Nery Ferreira, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte quatro mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

#### TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **José Carlos Mariano do Carmo, Usuário Externo**, em 24/11/2025, às 09:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yvonelio Nery Ferreira, Professor do Magistério Superior**, em 24/11/2025, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Humberto Rodrigues Dos Anjos, Professor do Magistério Superior**, em 24/11/2025, às 09:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5765946** e o código CRC **2C053CF7**.

À minha mãe, que foi minha primeira referência de ser pesquisadora, e ao meu pai, que me orientou a buscar meus sonhos.

## AGRADECIMENTOS

Estes agradecimentos começaram a ser proferidos muito antes de ganharem forma de texto escrito neste trabalho, porque tenho tanto a agradecer que não poderia me limitar ao que escrevo, quando também se soma ao que penso, falo, sinto e vivo. Agradeço, primeiramente, a Deus, que me possibilitou estar nesta vida para ler, estudar e falar sobre literatura, esta arte que desde sempre me moveu e me ensinou a estar no e pensar o mundo. Espero que em outras vidas a literatura me acompanhe da mesma forma.

Agradeço à minha mãe, Cyntia, por me ensinar a ler e a amar a leitura, e por me fazer pesquisadora, mesmo que na infância eu tenha dito que jamais estudaria tanto quanto ela ao longo de seu Mestrado em Educação. Ao meu pai, Elison, por defender a importância de se fazer o que ama, pois assim o meu melhor sempre seria entregue. A ambos, pelo significado do nome que carrego, porque “alegria” é o que tenho de melhor e foi com ela que encontrei forças para me dedicar a esta pesquisa.

Ao meu companheiro de vida e grande amor, Deyvid, pela paciência e compreensão nos dias de escrita e, especialmente, por não me deixar desistir em momento algum, sabendo – mais do que eu mesma – de que eu era capaz. Também por incentivar meus hábitos de leitura, inclusive contribuindo para o aumento do acervo de livros da minha estante (essa é a verdadeira expressão de amor para um leitor).

Ao meu irmão, Antônio, por ser o meu primeiro amigo e por todos os dias em que passamos horas falando dos livros que lemos e que ainda iríamos ler. À minha cunhada, Ana Carolina, por ouvir nossa empolgação com histórias que amamos, ainda que não seja leitora assídua – ainda a traremos para este lado bom da vida.

Aos meus avós por parte de pai, Cledes e Amador, e de mãe, Avanira e José, por batalharem para que seus filhos – e seus netos e bisnetos – tivessem oportunidades melhores que as deles por meio dos estudos, embora não tenham concluído o ensino básico. Graças à luta deles (e dos meus pais) posso ser, hoje, a primeira neta a concluir uma pós-graduação *stricto sensu*.

Às minhas amigas da infância, Gabrielly (que também é sangue do meu sangue), João Victor, Júlia D., Júlia R., Lara e Lettycia, por acompanharem a maior parte da minha formação escolar, especialmente na fase mais difícil do ensino médio. Por estarem comigo até hoje, torcendo pelas minhas vitórias assim como torço pelas delas. Às amigas que fiz quando ainda estava na graduação, Ísis, Juliana, Laís e Larissa, por compartilharem comigo os desafios dos primeiros passos do início de uma carreira. À minha eterna duplinha da faculdade, Nathália,

que já é mestra, por todos os trabalhos que se tornaram mais fáceis de serem escritos porque eram em dupla – e sempre funcionamos bem assim – e por compartilhar as inseguranças, os medos e as ansiedades na nossa trajetória acadêmica.

Ao meu orientador, Professor Yvonélio, por acreditar na minha pesquisa e confiar no meu processo de escrita. Por sempre ser compreensivo e incentivar a minha participação no meio acadêmico, prestando apoio e orientação em tudo o que foi necessário. Aos membros da banca avaliadora, Professor José Carlos e Professor José Humberto, por aceitarem o convite para ler as palavras que aqui escrevi e por todas as sugestões que agregaram muito a este trabalho.

A todos os professores que marcaram a minha vida escolar e acadêmica, em especial: Maiara Andraschko, que acolheu minha escrita na educação básica e foi minha maior inspiração para seguir o caminho que eu já pretendia trilhar no curso de Letras; Márcia Machado, que fez com que eu decidisse trilhar o caminho dos estudos da Literatura Brasileira; e Rogério Canedo, que me orientou primeiro na graduação e incentivou minhas ideias de pesquisa.

À Universidade Federal de Goiás e à Faculdade de Letras, onde iniciei minha formação no ensino superior e espero permanecer até o doutorado, por oferecer um ensino público de qualidade e apoiar amplamente o ensino, a pesquisa e a extensão, cumprindo seu papel enquanto Instituição de Ensino Superior, da qual me orgulho imensamente de fazer parte.

A todos que, de alguma forma, passaram por minha vida e me fizeram quem sou – amigos, professores, familiares, chefes, colegas de trabalho, colegas de classe, orientadores –, meu muito obrigada.

*Eu resolvi escrever porque, como eu sou um leitor desde muito tempo, desde a infância, eu sei que a literatura tem esse poder de nos transferir para o lugar do outro, de nos colocar no lugar do outro.*

Itamar Vieira Junior

## RESUMO

A presente pesquisa busca desenvolver uma análise da representação da exclusão social no romance brasileiro contemporâneo *Torto arado*, de Itamar Vieira Junior (2019). Com isto em perspectiva, este trabalho tem como objetivo analisar de que modo a exclusão social está representada na constituição do espaço dessa narrativa e como ela afeta as suas personagens. De maneira complementar, objetivamos: destacar as relações estabelecidas entre a representação literária e a realidade, ressaltando-se a proximidade da produção literária brasileira contemporânea com as mazelas sociais; identificar a espacialidade da narrativa como elemento simbólico de constituição da exclusão, bem como os efeitos desta configuração na vida das personagens; e observar o posicionamento das personagens diante do cenário excludente que enfrentam, considerando os aspectos de classe, raça, etnia e gênero que as atravessam. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica e de cunho qualitativo, partindo do método sociocrítico de Barbéris (2006). Então, fundamentamo-nos em estudos sobre a relação entre literatura e sociedade, em especial na literatura brasileira contemporânea a partir de Candido (1999, 2004, 2023), Compagnon (2009), Dalcastagnè (2012, 2021) e Schøllhammer (2009); as perspectivas da exclusão social abordadas por Oliveira (2006), Sawaia (2014a, 2014b) e Wanderley (2014); e as noções do espaço e sua relação com o meio social com fundamento em Brandão (2007), Dimas (1985) e Santos (2011). Também nos guiam as ideias de Spivak (2010), Nayyar (2012), Munanga (2012), Bento (2022) e Crenshaw (1991, 2002), nas suas pesquisas sobre subalternidade, colonialidade e interseccionalidade. As análises desenvolvidas evidenciaram que o espaço é um elemento estruturante da exclusão em *Torto arado*, ao estabelecer critérios de permanência na Fazenda Água Negra que cerceiam direitos e ao dificultar o acesso a garantias básicas para uma vida de qualidade no meio social. Além disso, percebemos que as personagens carregam, física e emocionalmente, as marcas dessa exclusão, ao mesmo tempo em que utilizam dessas marcas para se fortalecerem no posicionamento e na resistência a essa condição. Ao final, entendemos que a obra reafirma a potência humanizadora e política da literatura, capaz de viabilizar a escuta de sujeitos historicamente marginalizados e de promover a reflexão crítica acerca da sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** *Torto arado*; Exclusão social; Literatura brasileira contemporânea; Literatura e sociedade.

## ABSTRACT

This research aims to develop an analysis of the representation of social exclusion in the contemporary Brazilian novel *Torto arado*, by Itamar Vieira Junior (2019). From this perspective, the purpose is to examine how social exclusion is represented in the constitution of the narrative space and how it affects the characters. Complementarily, the study seeks to highlight the relations established between literary representation and reality, emphasizing the proximity of contemporary Brazilian literature to social hardships; to identify the spatial dimension of the narrative as a symbolic element that structures exclusion, as well as the effects of this configuration on the characters' lives; and to observe the stance of the characters within the exclusionary context they face, considering the intersecting aspects of class, race, ethnicity, and gender. The research follows a bibliographical and qualitative approach, based on the sociocritical method proposed by Barbéris (2006). It draws on studies of the relationship between literature and society – especially within the scope of contemporary Brazilian literature based on Candido (1999, 2004, 2023), Compagnon (2009), Dalcastagnè (2012, 2021), and Schøllhammer (2009) –; on perspectives of social exclusion addressed by Oliveira (2006), Sawaia (2014a, 2014b), and Wanderley (2014); and on notions of space and its relation to the social environment on the basis of Brandão (2007), Dimas (1985), and Santos (2011). The reflections of Spivak (2010), Nayyar (2012), Munanga (2012), Bento (2022), and Crenshaw (1991, 2002) also guide the analysis regarding subalternity, coloniality, and intersectionality. The results indicate that space is a structuring element of exclusion in *Torto arado*, establishing criteria of permanence in Fazenda Água Negra that restrict rights and hinder access to fundamental social guarantees. Moreover, the characters bear, both physically and emotionally, the marks of exclusion, while transforming them into sources of strength and resistance. Ultimately, the novel reaffirms the humanizing and political potential of literature, capable of amplifying the voices of historically marginalized subjects and fostering critical reflection on Brazilian society.

**Keywords:** *Torto arado*; Social exclusion; Contemporary Brazilian literature; Literature and society.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Esquema de personagens e suas relações.....	56
--------------------------------------------------------	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Levantamento de publicações acadêmicas sobre <i>Dias, A oração do carrasco, Doramar ou a odisseia: histórias, Salvar o fogo e Chupim</i> , entre 2012 e 2025 – Brasil .....	25
Tabela 2 – Levantamento de publicações acadêmicas sobre <i>Torto arado</i> , entre 2019 e 2025 – Brasil .....	26

## LISTA DE SIGLAS

ADCT /1998	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF/1998	Constituição Federal de 1988
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
UFBA	Universidade Federal da Bahia

## SUMÁRIO

1	“ALGUÉM LEMBROU QUE AINDA PODERIA HAVER JUSTIÇA” .....	16
2	O MUNDO NA OBRA E A OBRA NO MUNDO: RELAÇÕES ENTRE LITERATURA E SOCIEDADE.....	20
2.1	A recepção de Torto arado e o lugar de Itamar Vieira Junior .....	20
2.2	Literatura brasileira contemporânea e vivência social.....	31
3	REPRESENTAÇÃO E EXCLUSÃO NO ESPAÇO DA NARRATIVA.....	41
3.1	Um olhar sobre o espaço.....	41
3.2	A exclusão manifestada no espaço rural.....	51
3.3	Espaço e personagens: as implicações da exclusão .....	74
4	RESISTÊNCIA EM ATO: AS POSIÇÕES DE BIBIANA E BELONÍSIA .....	85
4.1	As interseccionalidades e suas implicações: questões sociais .....	85
4.2	Quando o subalterno pode falar(?): manifestações das personagens diante da exclusão .....	95
5	“NÃO ERAM MAIS INVISÍVEIS, NEM MESMO PODERIAM SER IGNORADOS” .....	110
	REFERÊNCIAS .....	114

## 1 “ALGUÉM LEMBROU QUE AINDA PODERIA HAVER JUSTIÇA”

*Se soubesse que tudo que se passa em meus pensamentos, essa procissão de lembranças enquanto meu cabelo vai se tornando branco, serviria de coisa valiosa para quem quer que fosse, teria me empenhado em escrever da melhor forma que pudesse (Vieira Junior, 2019, p. 170).*

A produção literária, enquanto fazer artístico, é uma das maneiras de se promover o olhar crítico sobre o mundo e, especialmente, de favorecer o protagonismo de distintos grupos sociais, permitindo a diversidade de perspectivas (Dalcastagnè, 2012). Cumprindo a literatura uma função de representação do mundo (Candido, 2023), são as plurais realidades representadas que permitem ao leitor vivenciar contextos diversos dos que lhe são familiares e perceber os mecanismos históricos, políticos, econômicos e sociais que agem sobre tais. Nesse sentido, a partir das representações do mundo é que nossas percepções a respeito dele são desenvolvidas (Dalcastagnè, 2021), de modo que é essencial a pluralidade de acesso à voz no meio literário e até acadêmico, para que não haja só uma perspectiva dominante de se compreender os problemas sociais.

O questionamento da lógica de organização desigual da sociedade pode promover alguma mudança em favor daqueles que hoje se encontram desamparados no meio social, justamente a partir do olhar crítico direcionado a pautas como exclusão, marginalização, subalternidade e outras temáticas relacionadas à precarização de algumas vidas em prol da ascensão de outras. Dessa forma, o pesquisador, enquanto tal, possui um papel fundamental de viabilizar o debate acerca desses problemas, por vezes invisibilizados (Maldonado-Torres, 2018; Spivak, 2010). Ao conquistar espaço de fala, alcança também uma posição de autoridade que o permite explorar temas distintos e contribuir para o desenvolvimento crítico das pessoas em relação à sua posição e à de outros no mundo.

Diante desse olhar, esta pesquisa ganha seu fôlego em busca de exercitar a postura crítica de observar o mundo sob o prisma da produção literária brasileira contemporânea, que tanto tem a denunciar a respeito dos resquícios históricos da colonização, da escravidão, da exploração territorial e humana, entre tantas outras mazelas que permeiam a vida social no Brasil. Nesse âmbito, chama a atenção o recente espaço que tem sido ocupado por vozes distintas, apesar de haver ainda uma predominância de um padrão de produção literária branco, masculino, heteronormativo e de classe média (Dalcastagnè, 2012). Entretanto, a literatura brasileira contemporânea tem buscado explorar temas até então pouco difundidos e potencializar a visibilidade de distintas vivências, na urgência de se ver representadas as

realidades de pessoas marginalizadas (Schøllhammer, 2009), o que contribui para a legitimação de diferentes identidades no meio social.

Uma das vozes brasileiras que ganhou destaque nos últimos anos foi a de Itamar Vieira Junior, especialmente com a repercussão de seu romance de estreia, *Torto arado* (2019). O romance explora como a população de Água Negra encontra-se excluída do acesso aos direitos básicos de saúde, educação, moradia e segurança, por exemplo, ao mesmo tempo em que enfrenta a exploração do trabalho e o desamparo estatal. Somado a isso, a obra percorre o caminho pelo qual esta população passa para reconhecer sua fragilidade social e buscar a subversão desta lógica estabelecida.

Assumindo a potência crítica que tal produção literária possui, este trabalho é motivado a partir da seguinte questão: como a exclusão social é representada na literatura, considerando o espaço da narrativa localizado no contexto rural do romance brasileiro contemporâneo *Torto arado*, de Itamar Vieira Junior, e de que modo esta exclusão repercute nas personagens? Para cumprir o objetivo de analisar tal representação, pretendemos compreender os diálogos que se estabelecem entre a literatura e a sociedade nesse processo, observando as relações entre a produção literária, sua temática, seu autor, seu público e seu contexto de publicação. Além disso, buscamos entender de que modo os problemas da realidade social estão manifestados na espacialidade da narrativa, quais elementos nos permitem interpretar os espaços desse romance como excludentes e, ainda, quais relações se estabelecem entre esses e as personagens. Objetivamos, ainda, analisar a constituição das personagens da obra na condição social em que se encontram, refletindo quanto ao seu posicionamento diante de sua marginalização no mundo.

Com isso em perspectiva, desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica (Sousa; Oliveira; Alves, 2021) e de abordagem qualitativa (Lara; Molina, 2011), com interpretação e análise do romance em questão fundamentadas no levantamento teórico e crítico e sob o olhar sociocrítico (Barbérís, 2006). Para isso, baseamo-nos em perspectivas teóricas aliadas especialmente a Antonio Candido (1999, 2004, 2023), Antoine Compagnon (2009), Regina Dalcastagnè (2012, 2021) e Karl Erick Schøllhammer (2009), para entender as relações entre literatura e sociedade e articular percepções sobre a literatura brasileira contemporânea, bem como a Avelino da Rosa Oliveira (2006), Mariangela Belfiore Wanderley (2014) e Bader Sawaia (2014a, 2014b), para delimitar o conceito de exclusão adotado. Ademais, apoiamo-nos em Luis Alberto Brandão (2007), Antonio Dimas (1985) e Milton Santos (2011), com o fito de guiar nossa perspectiva da análise em relação à representação do espaço na obra. Por fim, complementam nossa análise as perspectivas de Gayatri Chakravorty Spivak (2010), Deepak Nayyar (2012), Kabengele Munanga (2012), Cida Bento (2022) e Kimberle Crenshaw (1991, 2002), que sustentam o olhar

crítico da representação da subalternidade, da colonialidade e da interseccionalidade que atravessam as personagens do romance e que se relacionam com os problemas também percebidos na realidade brasileira.

A partir dessa sustentação teórica, organizamos este trabalho em três capítulos, articulando-os aos objetivos específicos apresentados em prol de atingir o objetivo geral da pesquisa. Com isso, o segundo capítulo deste trabalho, intitulado “O mundo na obra e a obra no mundo: relações entre literatura e sociedade”, apresenta uma visão geral acerca da vida e da literatura de Itamar Vieira Junior e do estado da arte, a partir do resgate de informações sobre sua biografia e do levantamento de produções acadêmicas que partem da leitura crítica de suas obras. Além disso, esta parte também se dedica a reconhecer as relações que a produção literária possui com o meio social, especialmente no que se refere à literatura brasileira contemporânea, como é o caso do romance analisado.

Em seguida, adentramos na constituição espacial da narrativa no terceiro capítulo, “Representação e exclusão no espaço da narrativa”. Neste, buscamos realizar um recorte do olhar representativo sobre o espaço, observando de que maneira a exclusão se estabelece na configuração do meio rural da Fazenda Água Negra, partindo da perspectiva de privação de direitos fundamentais. Em adição a isso, essa parte do trabalho também volta o olhar para a análise do modo como as personagens são afetadas por tal constituição espacial, ressaltando as marcas da exclusão refletidas em seus corpos e em suas atitudes.

Por último, desenvolvemos o quarto capítulo, “Resistência em ato: as posições de Bibiana e Belonísia”, no qual focamos na posição dessas duas personagens no mundo, atravessadas por implicações de raça, gênero e classe. O capítulo explora de que modo esses atravessamentos estão representados na narrativa, além de investigar qual a maneira como as irmãs percebem sua posição de exclusão no mundo e agem para que todo tipo de exclusão seja combatido.

Ao final deste trabalho, esperamos que a possibilidade de falar que nos é dada seja usufruída em favor do exercício de escuta de outras vozes. A voz que guia esta pesquisa busca o exercício analítico e crítico diante da lógica de organização do mundo e das injustiças sociais que permanecem excluindo uma parcela específica da população, e este exercício está ancorado no olhar sobre um fazer artístico que, por si, já cumpre o papel de formação humana: a literatura (Candido, 1999). Assim, por meio da análise de *Torto arado*, em que Itamar Vieira Junior também utiliza de seu espaço conquistado para protagonizar identidades plurais e promover visibilidade a circunstâncias por vezes ignoradas na sociedade, nossa intenção é potencializar o reconhecimento dessa representação, na esperança de que esta – e outras narrativas com o

mesmo teor – seja lida e assimilada criticamente, contribuindo com o desenvolvimento da humanidade.

## 2 O MUNDO NA OBRA E A OBRA NO MUNDO: RELAÇÕES ENTRE LITERATURA E SOCIEDADE

*Ela [a literatura] não corrompe nem edifica, portanto; mas, trazendo livremente em si o que chamamos o bem e o que chamamos o mal, humaniza em sentido profundo, porque faz viver (Candido, 1999, p. 85).*

Antes de adentrarmos especificamente na análise das representações da exclusão manifestadas na constituição do espaço e das personagens de *Torto arado* (Vieira Junior, 2019), nos interessa ressaltar a trajetória de seu autor em sua construção, bem como investigar os pontos de relação que esta obra estabelece com a sociedade.

Para isso, propomos, inicialmente, apresentar uma visão ampla quanto à repercussão desse romance e do autor, abordar a fortuna crítica da obra e resgatar outras publicações feitas por Itamar Vieira Junior que também tiveram adesão do público. Primeiramente, nosso olhar se voltará para o mercado editorial, analisando pontos como traduções, vendas, premiações, adaptações e outras publicações feitas por Itamar Vieira Junior, assim podemos ter a percepção de como o público geral se conecta com esta produção literária. Posteriormente, partiremos para a lente acadêmica, buscando identificar a fortuna crítica voltada para o romance e as temáticas exploradas em diferentes produções acadêmicas. Também voltaremos nosso olhar para a vida desse autor, buscando observar sua relação tanto com a literatura quanto com o meio acadêmico, e pontuar de que maneira esses âmbitos contribuíram para a construção de *Torto arado*.

Em seguida, nos deteremos em pontos importantes acerca da literatura brasileira contemporânea e de como ela, particularmente, possui um caráter representativo de questões sociais. Com isso, refletiremos sobre como a relação literatura-sociedade se estabelece de modo geral e especificamente no romance em análise, a fim de, posteriormente, resgatar este aspecto para refletir sobre a representação da exclusão, cuja abordagem tem maior enfoque nesta pesquisa.

### 2.1 A recepção de *Torto arado* e o lugar de Itamar Vieira Junior

*Torto arado* é um romance contemporâneo que pode ser considerado reconhecido pelo público geral, inclusive para além do contexto nacional. Publicado em 2019 pela Editora Todavia, a obra já conta com tradução para mais de 20 idiomas e ocupa prateleiras de países latinos, como México, Peru e Colômbia; e europeus, como Itália, Eslováquia, Bulgária, Croácia, França e Alemanha; além de contar com publicação nos Estados Unidos da América (*Torto*

[...], 2022). Portanto, pelo viés mercadológico, esse livro tem uma repercussão considerável, reforçada pelo marco superado de 1 milhão de exemplares vendidos no Brasil, que resultou no lançamento de uma edição especial do romance, em capa dura, lançada pela mesma editora, em 2024 (Todavia, 2024).

Nesta obra, conhecemos a história de duas irmãs marcadas por um evento traumático da infância que as afetou por toda a vida, a partir do corte na língua que, para uma delas, significou seu silenciamento forçado. Bibiana e Belonísia nasceram, cresceram e sobreviveram na Fazenda Água Negra, mas nunca puderam considerar que suas raízes estavam ali consolidadas, já que aquele espaço não pertencia, de fato, a elas nem a nenhum dos outros moradores e trabalhadores daquela terra. Seus pais, Zeca Chapéu Grande e Salustiana, chegaram àquele território há muitos anos e ali permaneceram, recebendo em troca do trabalho árduo um pequeno espaço para levantar moradia temporária e para realizar o próprio cultivo de subsistência.

O romance é dividido em três partes: “Fio de corte”, “Torto arado” e “Rio de sangue”, narradas por Bibiana, Belonísia e Santa Rita Pescadeira, respectivamente. Cada parte tem seu início e fim marcados por circunstâncias significativas. Na primeira parte, é focalizada a infância das duas irmãs a partir do momento fatídico em que, movidas pela curiosidade em relação à mala de sua avó, Donana, elas encontram uma faca de corte afiado que as fere em medidas diferentes: enquanto uma tem um corte superficial na língua, a outra perde parte do órgão e é condenada ao silêncio. Não é revelado de pronto qual foi a irmã silenciada, o que prende o interesse do leitor e o mantém atento à narrativa, em certa medida; este marco é definidor para o laço que se estabelece entre elas, já que uma passa a se comunicar pela outra, emprestando sua voz para expressar seus desejos.

Nesta parte da obra, é apresentado o contexto geral daquela população, suas condições excludentes e exploratórias de vida e de trabalho e os critérios para a permanência naquele lugar. Além disso, apresenta-se o primeiro contato de Bibiana com as ideias de emancipação e busca por melhores oportunidades a partir das conversas com seu primo, Severo. Com esse contato, desenvolve-se o romance entre ambos, o qual resulta em uma gravidez, e motivados pelo medo da reação dos seus pais, mas ainda mais pelo desejo de que eles e as próximas gerações de suas famílias não passassem pelo que as anteriores passaram, Bibiana e Severo fogem de Água Negra, marcando o fim da parte um. É em “Fio de corte”, também, que ocorre a revelação de que foi a outra irmã quem perdeu a língua, de modo que a fuga da primeira representa o silêncio ainda mais profundo daquela que permanece.

O segundo momento do romance se inicia na mesma noite da fuga de Bibiana, com o pesadelo de Belonísia que remetia ao corte profundo em sua língua. Logo começa a haver

mudanças em Água Negra, como a inauguração de uma escola local para as crianças em desenvolvimento, porém Belonísia não se afeiçoa à educação formal, que chega à fazenda de maneira truncada e pouco alinhada aos saberes locais, e prefere os conhecimentos da terra e do cultivo, de forma que deixa de frequentá-la após aprender o básico da leitura, escrita e matemática. Além disso, acompanhamos o processo de violência doméstica que passa a sofrer após se casar e passar a morar com Tobias, parte que focaliza mais as implicações do “ser mulher” e as relações patriarcais que se estabelecem naquele espaço.

Com o retorno de Bibiana e sua família a Água Negra, inicia-se um processo de emancipação mais abrangente, pois o discurso de autoidentificação da comunidade enquanto quilombola e de reivindicação de direitos passa a circular com mais afinco, motivado especialmente por Severo. Após a precoce morte de seu companheiro e em contato com novas ideias de emancipação, Belonísia também passa a se engajar nessas causas. Esta parte também é marcada pelo falecimento de Zeca Chapéu Grande e, após a sua morte, a mobilização da população local ganha ainda mais força. No entanto, o estopim da tensão entre os trabalhadores e os donos da fazenda se dá com o que também marca a cena final da segunda parte: o assassinato de Severo.

Em “Rio de sangue”, Santa Rita Pescadeira assume as rédeas da narração. Ela é uma entidade espiritual do jarê<sup>1</sup>, religião afro-brasileira praticada na Chapada Diamantina, e se manifesta nos corpos das pessoas. Devido a seu caráter espiritual e mítico, é acompanhada de certa onisciência em relação aos acontecimentos do passado, ao sofrimento do povo negro, aos processos de segregação, escravização, exploração e outros, visto que existe há séculos, de corpo em corpo, e permanece viva pela preservação da cultura e das brincadeiras do jarê<sup>2</sup>. Em sua narrativa, há alternância entre as experiências do passado, tanto o mais longínquo – adentrando o seu testemunho diante do passado colonial do Brasil – quanto o da história de

---

<sup>1</sup> O jarê tem suas origens no Candomblé, a partir da assimilação de costumes dos povos indígenas da região, bem como sofre influência do espiritismo kardecista, do catolicismo rural e da umbanda. “O culto do jarê tem sua origem datada em meados do século XIX. Com a forte atividade mineradora na região das Lavras Diamantinas, muitos escravizados africanos foram levados ao local para trabalhar nas minas. Desse modo, o jarê começa a surgir no território circundante às áreas de mineração a partir de práticas religiosas desenvolvidas pelas Nagôs, um grupo de escravizadas devotas às práticas de cura trazidas de África (Senna, 1973; Senna, 1998)” (Paulino, 2023, p. 48).

<sup>2</sup> O termo “brincadeiras” equivale às festas de jarê. “A possibilidade mais plausível para pensar a utilização do termo é que as festas, embora tenham um caráter de seriedade por se tratar do jarê e por mobilizar forças além-humanas, reveste-se de um aspecto lúdico e descontraído que predomina entre os participantes dessas reuniões, que bebem, conversam, cantam, dançam, flertam, riem, fazem novos amigos. Durante certo tempo, cheguei a cogitar que o uso do termo tentava revestir a prática em uma aura de “inocência” diante do preconceito e perseguição sofridos durante muito tempo pelas religiões de matrizes africanas. Contudo, reiteradas vezes querendo saber o porquê tratavam os rituais de *brincadeira*, fui atendido por diferentes personagens reafirmando o caráter lúdico das cerimônias” (Vieira Junior, 2017b, p. 109).

Zeca Chapéu Grande enquanto jovem, e as do presente da narrativa, retomando-o a partir do assassinato de Severo.

É sob o olhar da encantada que vemos a mobilização do povo de Água Negra seguir adiante, não perdendo sua força após a morte de seu principal líder, pelo contrário, pois adquiriu ainda mais potência pelo sentimento de revolta que os tomou. Nesta parte da narrativa, as injustiças sociais enfrentadas pela população local são ressaltadas e a reivindicação de melhorias, de garantia de direitos e de reconhecimento ganha espaço. O desfecho do romance se dá com Santa Rita Pescadeira assumindo o controle de Bibiana e Belonísia para realizar uma vontade que já era de ambas: uma retaliação pela morte de Severo. A força que sentem para cumprir esta missão é também a que as mobiliza em prol da luta para que mudanças ocorram em Água Negra.

Com seu romance de estreia, Itamar Vieira Junior venceu o Prêmio Leya de 2018, o qual objetiva dar visibilidade a obras inéditas escritas em língua portuguesa. A partir da publicação de *Torto arado* pela Editora Todavia no Brasil, o autor também foi indicado e venceu, em 2020, o Prêmio Jabuti, na categoria Romance Literário, bem como o Prêmio Oceanos, duas das premiações literárias mais importantes do país atualmente.

Além da repercussão dessa obra, destacamos outras publicações do autor. Suas histórias vieram ao mundo em formato de livro inicialmente com *Dias* (Vieira Junior, 2012)<sup>3</sup>, sua primeira coletânea de contos, que ganhou o XI Prêmio Projeto de Arte e Cultura, da Bahia, seguida de mais uma coletânea intitulada *A oração do carrasco* (Vieira Junior, 2017a)<sup>4</sup>, com a qual Itamar foi finalista do Prêmio Jabuti de 2018 e venceu o Prêmio Humberto de Campos da União Brasileira de Escritores.

Em 2021, publicou contos novamente na coletânea *Doramar ou a odisséia: histórias* (Vieira Junior, 2021a)<sup>5</sup>, a qual resgata histórias já conhecidas de *A oração do carrasco* e apresenta outros contos inéditos. Posteriormente, vem ao mundo o segundo romance do autor,

<sup>3</sup> “De forma geral, são textos sobre gente comum, histórias banais, inspiradas em situações simples e cotidianas” (Costa, 2023, p. 30).

<sup>4</sup> Apresenta os contos: “Alma”, “Manto da Apresentação”, “A Oração do Carrasco”, “Doramar”, “Meu Mar (Fé)”, “O espírito Aboni das Coisas” e “A Floresta do Adeus” (Costa, 2023).

<sup>5</sup> Resgata os contos “A Floresta do Adeus”, “Alma”, “A Oração do Carrasco”, “O espírito Aboni das Coisas”, “Meu Mar (Fé)” e “Manto da Apresentação” de *A oração do carrasco*, bem como apresenta novas histórias: “Farol das Almas”, “O que queima”, “Na profundidade do lago”, “Inquieto rumor da paisagem”, “Doramar ou a odisséia: história” e “Voltar”.

*Salvar o fogo* (Vieira Junior, 2023)<sup>6</sup>, que suscitou no segundo Prêmio Jabuti conquistado por Itamar, premiado na categoria de Romance Literário em 2024. Neste mesmo ano, publicou *Chupim* (Vieira Junior, 2024)<sup>7</sup>, expandindo sua escrita também para o universo da literatura infantil. Já em 2025, foi anunciada a pré-venda, em agosto, para um terceiro romance, intitulado *Coração sem medo* (Vieira Junior, 2025)<sup>8</sup>, finalizando o que a editora nomeou de “Trilogia da terra” (Todavia, 2025).

A projeção dessas outras publicações tem ganhado espaço gradualmente no âmbito acadêmico, de modo que dois dos livros mais recentes mencionados já contam com textos de análise publicados. Um breve levantamento<sup>9</sup> de trabalhos publicados mais sobre contos e romances de autoria de Itamar Vieira Junior, a partir da busca pelo nome das obras e do autor nas bibliotecas virtuais Portal de Periódicos e Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com período de publicação entre 2012 e 2025 – do ano de publicação do primeiro livro até o ano atual –, é ilustrado na Tabela 1, à exceção de *Torto arado*, que é focado na Tabela 2, e de *Coração sem medo*, por ser este um título ainda recém-lançado.

---

<sup>6</sup> Apresenta a trajetória de Luzia do Paraguaçu, em Tapera, um povoado baiano, e de Moisés, seu irmão que encontra o afeto materno em Luzia – já que ambos eram órfãos. Apesar de estigmatizada por supostos poderes sobrenaturais, Luzia se dedica à vida religiosa, o que resulta em uma criação rigorosa de Moisés. A ânsia de reencontrar os demais irmãos que de lá fugiram em busca de uma vida melhor mantém a esperança de Luzia de reunir a família novamente.

<sup>7</sup> Apresenta a infância de Julim, focalizando a vida e o trabalho no campo na perspectiva infantil, de modo a trazer atenção às questões trabalhistas e sociais associadas à vida rural, mas sob a ótica da criança.

<sup>8</sup> Apresenta a história de Rita Preta, mãe e trabalhadora da cidade que tem sua trajetória afetada com o desaparecimento de um dos filhos. Os problemas do presente a levam ao resgate do seu passado, da mudança do campo para cidade, dos resquícios históricos que atravessam sua atual realidade.

<sup>9</sup> Realizado em março de 2025. Publicações posteriores a este período podem não ter sido contabilizadas.

Tabela 1 – Levantamento de publicações acadêmicas sobre *Dias, A oração do carrasco, Doramar ou a odisseia: histórias, Salvar o fogo e Chupim*, entre 2012 e 2025 – Brasil

Obras publicadas	Portal de Periódicos da CAPES			Banco de Teses e Dissertações da CAPES		Total
	Artigo	Resenha	Ensaio	Dissertação	Tese	
<i>Dias</i> (2012)	0	0	0	0	0	0
<i>A oração do carrasco</i> (2017a)	0	0	0	0	0	0
<i>Doramar ou a odisseia: histórias</i> (2021a)	7	0	1	1	0	9
<i>Salvar o fogo</i> (2023)	2	1	0	0	0	3
<i>Chupim</i> (2024)	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria com base em busca no Portal de Periódicos da CAPES e no Banco de Teses e Dissertações da CAPES

A divisão dos gêneros acadêmicos das pesquisas buscadas no Portal de Periódicos da CAPES se deu com base na declaração de natureza contida nos próprios trabalhos, ou na categoria atribuída pela revista à qual o texto foi vinculado. A partir desses dados, notamos que as publicações mais antigas de Itamar Vieira Junior não contaram, ainda, com movimentações de análises direcionadas a suas histórias. Por outro lado, as obras publicadas após a difusão de *Torto arado* no meio literário já chamaram mais a atenção de pesquisadores e pesquisadoras do Brasil, considerando o quantitativo de 9 (nove) produções totais com foco em *Doramar ou a odisseia: histórias*, dentre as quais 1 (uma) é dissertação, e 3 (três) textos em torno de *Salvar o fogo*, sem qualquer dissertação ou tese publicadas. Além disso, podemos entender *Chupim* como ausente de publicações por seu lançamento muito recente – há menos de um ano deste levantamento –, porém considerando a crescente visibilidade de Vieira Junior nas pesquisas acadêmicas, é possível esperar que esta obra figure como objeto de pesquisa em breve.

É válido ressaltar que, apesar de alguns contos analisados nos trabalhos elencados comporem a coletânea tanto de *Doramar ou a odisseia: histórias* quanto de *A oração do carrasco*, a maioria dos trabalhos não referencia esta como obra de origem do conto analisado. Dos 9 (nove) trabalhos levantados acerca daquela, 7 (sete) analisam contos que já estavam presentes na obra de 2017 – “Alma”, “O espírito aboni das coisas” e “Meu mar (fê)” –, mas destes, somente 1 (um) artigo menciona este fato. No entanto, mesmo que a pesquisa aponte a presença do conto analisado em ambos os livros, o maior destaque de seu pertencimento está

para *Doramar ou a odisseia: histórias*, por isso consideramos esse fator para não contabilizar este trabalho enquanto uma publicação ancorada em *A oração do carrasco*.

Com base nesse vislumbre inicial da repercussão no meio acadêmico de outras obras de Itamar Vieira Junior, podemos inferir que *Torto arado* teve grande impacto para que o autor começasse a ganhar espaço nas pesquisas dos Estudos Literários em suas outras publicações, visto que as obras anteriores ao romance mencionado não foram exploradas enquanto objetos de análise, nas bases de dados utilizadas. Contudo, salientamos que ainda há muito a ser apreciado das histórias desse autor em pesquisas, inclusive de outras áreas do conhecimento além dos Estudos Literários, o que já acontece com *Torto arado*.

A repercussão de *Torto arado* nas pesquisas acadêmicas após sua publicação e sua conquista do Prêmio Jabuti de 2020 é significativa. Apresentamos, na Tabela 2, o levantamento<sup>10</sup> de publicações que giram em torno desta obra, também realizado com base no Portal de Periódicos da CAPES e no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, a partir da busca pelo nome do autor e pelo título do livro, com o filtro de período entre o seu ano de publicação e o ano de desenvolvimento desta pesquisa.

Tabela 2 – Levantamento de publicações acadêmicas sobre *Torto arado*, entre 2019 e 2025 – Brasil

Obra	Portal de Periódicos da CAPES					Banco de Teses e Dissertações da CAPES		Total
	Artigo	Resenha	Ensaio	Entrevista	Anais	Dissertação	Tese	
<i>Torto arado</i> (2019)	52	14	2	2	3	17	3	93

Fonte: Elaboração própria com base em busca no Portal de Periódicos da CAPES e no Banco de Teses e Dissertações da CAPES

Destacamos, inicialmente, em relação ao Portal de Periódicos da CAPES, a inclusão de outros dois gêneros, que não estiveram presentes em produções voltadas para as outras obras de Itamar Vieira Junior. No levantamento voltado para *Torto arado*, contabilizam-se 2 (duas) entrevistas, incluídas aqui por terem sua condução voltada para temas suscitados por este romance, algo ressaltado por ambas as publicações. Além disso, há 3 (três) trabalhos resultados de comunicações orais, publicados em formato de anais de eventos nas revistas indexadas, como resultados de pesquisas desenvolvidas. Dos gêneros que já constavam na primeira tabela,

<sup>10</sup> Realizado em março de 2025. Publicações posteriores a este período podem não ter sido contabilizadas.

os ensaios se mantêm pouco explorados<sup>11</sup>, com apenas 2 (duas) produções, ao passo que as resenhas contemplam 14 (quatorze) dos trabalhos e os artigos chegam a 52 (cinquenta e duas) produções diversas.

Diferentemente dos artigos que abordam as outras obras de Vieira Junior, os que investigam *Torto arado* não se limitam aos Estudos Literários, explorando, assim, diferentes áreas do conhecimento. As áreas incluem Direito, Geografia, História, Ciências, Estudos Linguísticos e Educação, bem como trazem perspectivas variadas de abordagens partindo de um mesmo objeto. As análises desenvolvidas giram em torno de temas como racismo, escravidão, representação da mulher negra, relações de poder, direitos sociais, ancestralidade, religião, resistência, regionalismo, colonialismo, violência, trabalho, entre outros. Todos esses são temas suscitados pelo romance em diferentes níveis de abrangência e intensidade, mas cada área o investiga sob uma perspectiva variada, contribuindo para a riqueza de diversidade da fortuna crítica.

Voltando o nosso foco para o Banco de Teses e Dissertações da CAPES, vemos uma visibilidade ainda maior em relação às outras publicações do romancista. São 20 (vinte) trabalhos desenvolvidos a nível de pós-graduação *stricto sensu*, sendo 17 (dezessete) dissertações e 3 (três) teses que utilizam *Torto arado* como parte de suas pesquisas. De maneira semelhante aos artigos, as teses e dissertações abrangem diferentes áreas do conhecimento e perspectivas de análise, porém os Estudos Literários ainda figuram como a principal vertente de pesquisa, o que é esperado considerando que se parte de um objeto literário.

Um panorama geral do que tem sido analisado acerca desse romance por mestrandos e doutorandos dos programas de pós-graduação brasileiros é fundamental para ressaltarmos como ele repercute e de que forma as temáticas exploradas por Itamar Vieira Junior em sua obra são recepcionadas pelos pesquisadores. Primeiramente, além da grande área da Literatura, também há trabalhos que a articulam com as áreas de Direito, Geografia, Ciências Biológicas e Agronomia (o campo do Ensino também é atravessado por algumas dessas pesquisas, mas articulado às outras áreas, não de maneira isolada). De modo geral, as pesquisas exploram questões como reforma agrária, direito e relação com a terra, violação de direitos humanos,

---

<sup>11</sup>A baixa produção de ensaios relacionados mesmo à obra mais difundida do autor pode estar relacionada com a minoritária produção deste gênero em si, em relação aos demais gêneros textuais acadêmicos. Isso possivelmente se deve a certa rejeição ao gênero, por se tratar de uma proposta que envolve a fabulação, algo ainda muito rechaçado na produção científica e nos padrões linguísticos do meio acadêmico (Larrosa, 2003; Vinci, 2022). “Além de confundir as diferenças entre ciência, arte e filosofia, o ensaio se dá uma liberdade temática e formal que só pode incomodar num campo tão reprimido e tão regulado como o do saber organizado. A esse respeito, Adorno assinala que o ensaio se vê esmagado por uma ciência em que todos defendem o direito de controlar a todos” (Larrosa, 2003, p. 106-107).

representação da realidade, protagonismo feminino negro, resistência negra, memória traumática, igualdade de gênero, espaço rural, subalternidade, religiosidade, racialização, saber local no campo. No âmbito dos Estudos Literários, também surgem trabalhos que propõem análises comparativas entre esse e outros romances, bem como algumas pesquisas que buscam trazer uma perspectiva mais geral da repercussão e da recepção de obras contemporâneas como *Torto arado*.

Apesar das abordagens diversas, a obra – com toda sua riqueza temática e literária, de modo geral – aponta para outras perspectivas de análise que acrescentariam muito à sua fortuna crítica, assim como também é possível aprofundar ainda mais as temáticas que já estão em voga. Essa perspectiva é o que nos direciona ao afinamento que pretendemos adotar neste trabalho.

Ressaltamos o fato de que a exclusão social, apesar de estar atrelada a muitos dos temas já trabalhados (subalternidade e desigualdade, por exemplo), não figura como recorte principal em nenhum dos trabalhos levantados no Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Isso não significa, no entanto, que seja uma perspectiva totalmente inexplorada acerca desse romance, especialmente considerando que a exclusão está transversalmente ligada a várias das questões mencionadas, não sendo possível trabalhar de forma isolada. Apesar disso, entendemos que o ponto da exclusão ainda se encontra na superfície de outras análises, ao passo que a presente pesquisa busca explorar exatamente esse foco. Nesse sentido, a análise que pretendemos desenvolver aqui possui esse grande diferencial em relação àquelas já desenvolvidas, ainda que, ao mesmo tempo, esteja dialogando diretamente com elas.

A partir da análise do romance, podemos ter o entendimento de aspectos intrínsecos à exclusão no mundo contemporâneo, por sua representação na literatura. Uma obra literária é capaz de elaborar, artisticamente, aspectos sociais que despertam o leitor para um olhar crítico sobre o mundo (Candido, 2023), ao articular diferentes questões que contribuem para a marginalização de grupos específicos. Na abordagem que pretendemos desenvolver, entendemos que *Torto arado* é um romance no qual a exclusão é atravessada por aspectos atrelados ao contexto do espaço rural, bem como aos recortes de classe, gênero e raça das protagonistas, o que possibilita um aprofundamento de relações sociais concretas e complexas – já que não é possível trabalhá-las isoladamente. Desse modo, exploraremos um viés ainda não investigado nas análises levantadas, embora tenha bastante relevância na constituição da obra, contribuindo não só para a ampliação da fortuna crítica de um romance já bem recebido no meio acadêmico e cultural, como também para o aprofundamento dos estudos de como a representação de mazelas sociais tem reverberado na literatura brasileira contemporânea.

Apresentados os cenários de repercussão do romance a ser analisado, bem como de outras produções, é interessante voltar nosso olhar para este autor que o produziu. Antes de consolidar sua carreira na literatura, Itamar Rangel Vieira Junior teve uma trajetória acadêmica e profissional que têm relação com a produção de suas obras, por isso nos cabe fazer um panorama geral de sua formação e atuação. Graduado em Geografia, licenciatura (em 2004) e bacharelado (em 2005), ambos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), logo o escritor deu início ao seu mestrado, também em Geografia pela mesma universidade, com obtenção do título de Mestre em 2007, após a defesa de sua dissertação intitulada “A valorização imobiliária empreendida pelo Estado e Mercado Formal de Imóveis em Salvador: Analisando a Avenida Paralela” (Vieira Junior, 2007). Deu continuidade à sua formação acadêmica e concluiu seu doutoramento em Estudos Étnicos e Africanos em 2017, também pela UFBA, desenvolvendo uma pesquisa voltada para uma comunidade quilombola da Bahia, que resultou em sua tese sob o título “‘Trabalhar é tá na luta’: vida, morada e movimento entre o povo da Iuna, Chapada Diamantina” (Vieira Junior, 2017b).

Além de sua formação, outro ponto relevante é sua atuação enquanto servidor público no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Seu trabalho permitiu que ele tivesse contato com diferentes comunidades indígenas e quilombolas, nos processos de regularização de terras, especialmente com o povo de Iuna, com o qual conviveu ao longo de três anos e no qual embasou seu doutoramento. No entanto, a tese de Vieira Junior não foi o único resultado de seu convívio com povos quilombolas. Embora *Torto arado* tenha tido seus primeiros indícios no imaginário de escrita de seu autor quando ele ainda era um adolescente, foi após suas experiências profissionais e acadêmicas que a obra tomou ainda mais fôlego e forma, uma vez que sua atuação e pesquisa fundamentaram boa parte dos aspectos culturais e religiosos que constituem as personagens do romance e suas relações. O autor conta, em entrevista à Agência Pública do site Casa 1, o que o contato com a comunidade Iuna permitiu a ele:

[...] uma viagem e um mergulho na vivência quilombola de maneira tão intensa que, sem dúvida, tudo que aprendi com eles de alguma forma atravessa o romance. Sem minha experiência de trabalho com as comunidades quilombolas, com a comunidade de Iuna, esse romance talvez não tivesse a densidade que tem, de mostrar uma cosmovisão de mundo, modos de vida, sonhos e histórias (Vieira Junior, 2021b).

Sob essa perspectiva, ele mesmo reconhece e reforça como as experiências sociais de um autor reverberam diretamente em sua obra, porque são elas que constituem a sua visão de mundo e o que ele quer representar para seus leitores (Candido, 2023). Itamar Vieira Junior

mesclou, portanto, doses das vivências e crenças próprias e de outras pessoas com quem conviveu com a literariedade que a narrativa de ficção permite.

Isso é algo explícito, inclusive, ao resgatarmos elementos da tese do autor em relação ao povo da Iuna que repercutem na obra, considerando por exemplo, a geolocalização da Fazenda Água Negra, da história de *Torto arado*, na Chapada Diamantina, como é o caso da comunidade quilombola estudada por ele. Este fator é necessário para introduzir o jarê no romance, que é uma manifestação religiosa quase exclusiva desta região e sobre a qual o escritor aprendeu muito em seu contato por meio da pesquisa de doutorado (Vieira Junior, 2017b).

Outro aspecto que importa destacar é ressaltado pelo autor em entrevista publicada na revista *Via Atlântica* (Vieira Junior, 2022), na qual menciona a relação do apagamento histórico com comunidades quilombolas, e de como essa questão está representada no próprio silenciamento brutal de Belonísia. Ele ressalta como seu olhar sobre suas próprias origens está intrinsecamente ligado a este viés, comentando como se mantêm os resquícios de informação sobre a parte de sua família de origem portuguesa, ao passo que ele tem conhecimento sobre sua ancestralidade também indígena e africana, mas as informações sobre os antepassados, neste caso, são ínfimas graças ao apagamento mencionado.

Esse fenômeno é trabalhado por Munanga (2012), sob o conceito de destruição da memória coletiva. Sendo o fator histórico um dos pilares da construção de identidade das pessoas, foi de interesse do processo de colonização que os sujeitos colonizados tivessem sua ancestralidade apagada, assim como é conveniente para o projeto da colonialidade que esse apagamento persista (Bento, 2022), para que o protagonismo de pessoas negras e indígenas, no caso da história brasileira, não venha à tona como uma forma de empoderamento, hoje. Por isso, circunstâncias como a de Itamar Vieira Junior são comuns para pessoas cuja ancestralidade vem de povos que sofreram a repressão da colonização, e que continuam ainda sendo silenciados.

O autor articula, em sua narrativa, um ponto fundamental que contribui para superar esse contexto, ilustrando o silenciamento brutal de Belonísia como uma representação da repressão de todo um povo também silenciado por séculos. O fio de corte da faca que marca sua língua profundamente está atrelado ao apagamento histórico de povos ancestrais violentados e marginalizados, bem como à marca prolongada que esse processo deixou em comunidades quilombolas. Essa forma de caracterização, e tantas outras presentes na obra, viabiliza a discussão sobre o tema, trazendo-o à tona e dando visibilidade ao apagamento sofrido e a outras temáticas que o romance articula.

Da mesma forma que o apagamento histórico, as experiências de Itamar Vieira Junior em seus estudos e convívio com o povo Iuna também inspiraram o autor em outros aspectos de sua narrativa, como as crenças e práticas do jarê, a relação de amor e cuidado com a terra, as implicações da propriedade e disputas de território, entre outros pontos (Vieira Junior, 2022). Ainda que este contato maior tenha ocorrido graças à sua formação e atuação, o autor também ressalta que sempre esteve envolvido com a relação com o campo, embora sempre tenha vivido na cidade, pela origem de seu pai e as histórias que o ouvia contar. Esse entrecruzamento das vivências do autor no mundo reverberadas em sua obra é um ponto de essência da relação entre literatura e sociedade e nos direciona ao próximo passo desta pesquisa.

## **2.2 Literatura brasileira contemporânea e vivência social**

Para aprofundarmos nossa percepção quanto às formas de relação entre a literatura e a sociedade, pautada especialmente nas ideias de Candido (2023), pensamos que é fundamental entender quais funções estão desempenhadas no mundo, para este mesmo pensador. Em “A literatura e a formação do homem”, Candido (1999) nos fornece uma visão geral de papéis desempenhados pela produção literária, sob três perspectivas: função psicológica, função formativa e função de conhecimento do mundo e do ser, sendo que em qualquer função que assuma, está configurado o seu potencial humanizador, visto que ao mesmo tempo em que revela a essência humana, ela opera em sua constituição.

Assim como Candido faz seu recorte, cabe trazê-lo aqui para fins de delimitação do que interpretamos como a humanização viabilizada pela literatura:

[...] processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante (Candido, 2004, p. 180).

A partir desse direcionamento, inicialmente, Candido (1999, p. 82) aponta a “necessidade universal de ficção e de fantasia” dos indivíduos, logo a literatura aparece em sua vida assumindo a função psicológica de suprir tal necessidade. O autor desenvolve sobre a imprescindibilidade da fabulação em seu texto “O direito à literatura” (Candido, 2004), e defende que o universo da ficção é uma necessidade universal da qual o ser humano não pode se dissociar no processo de humanização, justamente porque ela confere a ele a sua humanidade. Nesse sentido, a literatura consegue suprir esta exigência ao sistematizar a fruição e estabelecer

determinada conexão entre o fantasioso e o real, em um processo mútuo de influência e constituição, já que ela tanto faz alusão à realidade, quanto também surte efeito sobre esta (Candido, 1999).

Em segunda instância, há a função formativa da literatura, que atua não sob um viés pedagogizante, mas humanizador (Candido, 1999, 2004). Ao tratar do papel educativo que a produção literária pode assumir na vida das pessoas, o autor reforça que não se pode atribuir a ela uma posição de manual de bons costumes, de como ser bom e honesto, até porque as próprias convenções de boas maneiras são variáveis e determinadas “conforme os interesses dos grupos dominantes, para reforço da sua concepção de vida. Longe de ser um apêndice da instrução moral e cívica [...], ela age com o impacto indiscriminado da própria vida e educa como ela, – com altos e baixos, luzes e sombras” (Candido, 1999, p. 84). Com isso, ao explorar diferentes perspectivas e representações do mundo, a literatura não desvirtua o sujeito, tampouco o enobrece; sua atuação é no processo de humanização ao ensinar e sensibilizar o leitor, apresentando a ele o mundo, logo, formando-o no meio social.

Em um terceiro olhar, chegamos à função de conhecimento do mundo e do ser. Para o autor, a literatura assume dimensões distintas, no entanto complementares: ela figura como elaboração de obras autônomas em significado e estrutura, como forma de expressão de quem a produz e consome e como forma de conhecimento em relação à realidade (Candido, 2004). Em síntese, “a obra literária significa um tipo de elaboração das sugestões da personalidade e do mundo que possui autonomia de significado; mas que essa autonomia não a desliga das suas fontes de inspiração no real, nem anula a sua capacidade de atuar sobre ele” (Candido, 1999, p. 86). Então, em uma obra literária, pela expressão do autor em relação ao mundo, articulando elementos estéticos que agregam autonomia e particularidade à sua obra, constitui-se um leitor que apreende tal visão da realidade, de modo que se desencadeia uma vez mais o processo de humanização.

As três funções elencadas não são vistas isoladamente, pelo contrário, são integrantes de um fator comum: a humanização do leitor. A fruição, a sensibilização formativa e o conhecimento de mundo possibilitados pela literatura permitem que o leitor se constitua enquanto sujeito crítico no meio social, de modo que se articula uma relação mútua entre literatura e sociedade. Assim, o mundo inspira, fundamenta e influencia a produção literária, da mesma forma que esta repercute sobre aquele ao afetar – estética, simbólica e sentimentalmente – os sujeitos que o constituem.

De maneira complementar às funções apresentadas por Candido (1999), trazemos um panorama quanto ao poder atribuído à literatura em diferentes contextos sócio-históricos,

desenvolvido por Compagnon em *Literatura para quê?* (2009). A priori, o teórico apresenta a definição clássica desse impacto da literatura, qual seja, o de instruir o ser humano por meio da ficção, acrescido do deleite que envolve essa experiência – o que remete a aspectos das propostas de função apresentadas por Candido (1999), quanto às funções psicológica e formativa. Sob essa perspectiva, ela tem força formativa da moral do ser humano a partir da ficcionalização da realidade (Compagnon, 2009).

Já sob o olhar romântico, considerando o contexto do Iluminismo, ela assume um poder libertador do sujeito. A literatura é vista como um remédio para a submissão, de modo que ela, “[...] instrumento de justiça e de tolerância, e a leitura, experiência de autonomia, contribuem para a liberdade e para a responsabilidade do indivíduo [...]” (Compagnon, 2009, p. 33-34). Nesse âmbito, também por sua relação com o mundo, a produção literária ocupa um importante espaço de oposição e resistência, no entanto essa atribuição também a limita, uma vez que se não há contra o que resistir, ela perde seu potencial e é enfraquecida, chegando a se tornar obsoleta.

Em uma terceira ótica, a concepção do poder da literatura assume contornos modernos ao se considerar que ela “[...] corrige os defeitos da linguagem. A literatura fala a todo o mundo, recorre à língua comum, mas ela faz desta uma língua particular – poética ou literária” (Compagnon, 2009, p. 37). Tal perspectiva condiz com a postura de subversão da estética clássica e de exploração linguística para além da convenção formal – assumindo aspecto crítico às estruturas postas e explorando as oralidades – que o Modernismo adota (Bosi, 2000). Isso posto, a correção de defeitos mencionada por Compagnon não diz respeito ao valor atribuído à língua fora da norma culta, mas sim ao viés poético que ela pode assumir graças à representação literária, visto que é esta que permite ultrapassar barreiras da linguagem e fazer com que a literatura tenha potência filosófica sobre os sujeitos – voltando-o para si pela articulação poética da língua.

Por fim, uma quarta visão nos é apresentada, em contraposição aos fatores positivos que a literatura veio ganhando: o do impoder literário. Compagnon (2009) o categoriza como pós-moderno e explica que conquanto se esperasse (nos outros contextos) a influência humanizadora e positiva da literatura, ocorre uma inversão de perspectiva, passando a defendê-la como neutra, negando a ela o poder de influência benéfica sobre os outros, de modo que ela atuaria apenas sobre ela mesma, como instrumento de lazer. O contexto pós-Segunda Guerra Mundial impactou fortemente nessa postura, pois toda a violência e inumanidade envolvidas nesse fato histórico poderiam invalidar, para os pensadores da época, qualquer atuação de sensibilização que antes se preconizava, tendo em vista que a literatura não foi capaz de impedir

grandes atrocidades do período (Compagnon, 2009). Passa-se não só a não confiar no fazer literário, mas a desconfiar dele como manipulador ao invés de libertador, sendo mais pertinente limitá-la a arte pela arte, sem propósito crítico.

Diante disso, urge uma nova proposta de restauração de elogio do poder literário, que a literatura contemporânea pode assumir. Compagnon (2009) defende, após desenvolver sobre os quatro poderes, a necessidade de reerguer o fazer literário à sua categoria de desenvolvimento da sensibilidade humana, como também o defende Candido (1999). Atribuir a ela seu poder humanizador, sem desconfiança ou temor de acessá-lo (como a pós-modernidade o fez), pode ser o caminho para que ela volte – ou continue – a sensibilizar a natureza humana. Como síntese,

A literatura deve, portanto, ser lida e estudada porque oferece um meio – alguns dirão até mesmo o único – de preservar e transmitir a experiência dos outros, aqueles que estão distantes de nós no espaço e no tempo, ou que diferem de nós por suas condições de vida. Ela nos torna sensíveis ao fato de que os outros são muito diversos e que seus valores se distanciam dos nossos (Compagnon, 2009, p. 47).

Nesse viés, é pelo contato com o outro, distinto ou semelhante em partes, que a literatura tem o poder de viabilizar a humanização. Ela apresenta ao leitor novas formas de ser e estar no mundo, diferentes perspectivas das relações sociais e vivências que vão do maior ao menor grau de privilégio e de exclusão. Reforçamos, uma vez mais, como a sociedade e a produção literária estão mutuamente interligadas, porque pela representação dessas visões de mundo distintas que esta possibilita, repercutem mudanças profundas no sujeito que também reverberam no meio social.

Complementarmente, Candido desenvolve, em *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária* (2023), mais ideias sobre a influência da sociedade sobre a literatura, e vice-versa. Ele aponta que a arte “[...] depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em graus diversos de sublimação; e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção de mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais” (Candido, 2023, p. 35). Vemos, então, o destaque para a relação recíproca que se estabelece, e o teórico complementa, apontando três impactos mais decisivos de fatores socioculturais sobre a criação artística, que dizem respeito ao ordenamento da sociedade, às convicções e princípios e aos métodos de comunicação (Candido, 2023). O primeiro se manifesta “[...] na definição da posição social do artista, ou na configuração de grupos receptores; os segundos, na forma e conteúdo da obra; os terceiros, na sua fatura e transmissão” (Candido, 2023, p. 36). Entendemos que os fatores socioculturais agem, respectivamente, na constituição do artista e público, na relação com o que está, de fato, posto na composição da obra e no resultado que repercute a partir de sua circulação.

A partir desse olhar, é importante destacar, ainda, que os processos de construção da obra e de sua repercussão são indissociáveis, uma vez que a elaboração em si não se finda com a finalização do autor de seu último capítulo escrito, por exemplo, mas sim somente após a circulação e atuação de sua história no meio social. A repercussão do objeto literário também é constitutiva dele, uma vez que Candido (2023) se refere à literatura como parte de um sistema de comunicação constituído por comunicante (autor), comunicado (obra) e comunicando (público), cuja interação produz, como quarto elemento, um efeito – o qual reverbera sobre todo o processo de comunicação.

Assim, para explicar os processos dessa comunicação e a relação que se estabelece entre literatura e sociedade (sob as duas vias de recíproca influência), o autor focaliza esses três elementos primordiais que constituem a comunicação artística: autor, obra e público. Tais dimensões são multidirecionais, isto é, se articulam e se influenciam mutuamente, constituindo inter-relações, por isso interessa entendê-las.

De início, o autor é aquele que produz a obra e que, nela, expressa suas experiências e visão de mundo. O que o escritor vivencia, de onde ele vem, onde está na escala social são aspectos que caracterizam sua posição no mundo e, ainda, sua contribuição na criação artística, pois é a partir dessas experiências que ele irá direcionar sua produção escrita. Ele assume um papel de ficcionalizar experiências que resultam seja da sua constituição individual enquanto sujeito, seja de um contexto social que presencia, isto é, a confluência de ambas as dimensões repercute em seu fazer literário (Candido, 2023).

Em segundo aspecto, constitui-se a obra. Esta é um intermédio que liga o autor a seu público, não constituindo posse de nenhum dos dois, mas um resultado das condições sociais do tempo e das determinações do próprio artista sobre sua arte. Quanto a este ponto, Candido (2023, p. 46) indica que os “[...] valores sociais, ideologias e sistemas de comunicação [...]” estão refletidos na obra nos aspectos de “[...] conteúdo e forma [...]”. Nesse sentido, tanto sob uma perspectiva individual, quanto sob a influência coletiva, a obra traduz valores e ideologias nos assuntos e temas que aborda, assim como se apresenta com determinados aspectos técnicos ou estruturais específicos da modalidade de comunicação vigente.

Por fim, o público atua na recepção da obra, e é sempre necessário considerar que ele se constitui de um acolhimento não individual, mas coletivo. Candido (2023) aponta algumas influências que incidem sob a percepção das pessoas sobre o objeto artístico, como fatores estruturais, socioculturais e de valores sociais. De modo geral, em conjunto, esses fatores impactam tanto na maneira como o público recebe a obra, quanto no próprio cuidado do tipo de arte que é destinada para este público. Isto porque as escolhas estéticas, temáticas e

estruturais do autor para sua obra também levam em consideração o que determinados grupos sociais estão dispostos a consumir, além de que as expectativas gerais agem com certa coerção sobre opiniões individuais, de modo que “[...] mesmo quando pensamos ser nós mesmos, somos público, pertencemos a uma massa cujas reações obedecem a condicionantes do momento e do meio” (Candido, 2023, p. 53-54). Desse modo, o coletivo interfere diretamente na percepção individual e eles se mesclam, constituindo o público que receberá, bem ou mal, determinada obra, e esta recepção impactará na produção do autor – seja antevendo os gostos de seu público-alvo para adequar sua arte, seja alterando determinadas escolhas após a repercussão de uma obra anterior.

Após essa visão específica de cada um dos três elementos da comunicação artística, temos uma síntese de todos os sentidos de relação que se estabelecem entre eles:

O público dá sentido e realidade à obra, e sem ele o autor não se realiza, pois ele é de certo modo o espelho que reflete a sua imagem enquanto criador. Os artistas incompreendidos, ou desconhecidos em seu tempo, passam realmente a viver quando a posteridade define afinal o seu valor. Deste modo, o público é fator de ligação entre o autor e a sua própria obra.

A obra, por sua vez, vincula o autor ao público, pois o interesse deste é inicialmente por ela, só se estendendo à personalidade que a produziu depois de estabelecido aquele contato indispensável. Assim, à série autor-público-obra, junta-se outra: autor-obra-público. Mas o autor, do seu lado, é intermediário entre a obra, que criou, e o público, a que se dirige; é o agente que desencadeia o processo, definindo uma terceira série interativa: obra-autor-público (Candido, 2023, p. 55).

Em todos esses vínculos mútuos, a relação entre a literatura e sociedade é ressaltada de maneira universal. De maneira específica, voltando nosso olhar para o objeto desta pesquisa, *Torto arado* é uma obra que, como apresentamos, teve uma boa recepção de seu público para além dos limites do território brasileiro, tanto em perspectiva geral quanto no âmbito acadêmico, em que as pesquisas sobre o romance apenas aumentam em quantidade e qualidade. Itamar Vieira Junior é um autor que busca traduzir algumas de suas experiências e de seus valores nas obras que produz, e estas têm ganhado adesão do público também pela identificação e sensibilização pelas quais ele passa, o que também influencia nas escolhas do autor para suas próximas obras.

No entanto, esta é uma perspectiva genérica das relações sociais que envolvem o estabelecimento da arte no mundo. É um ângulo fundamental para entendermos a ampla associação autor-obra-público e suas variações, comum à produção artística (Candido, 2023), mas vale, ainda, estreitarmos a nossa perspectiva para a produção literária brasileira contemporânea, que é uma categoria na qual *Torto arado* se encaixa, buscando investigar quais

aspectos desta produção em específico ressaltam os fatores envolvidos na relação literatura-sociedade que vimos até então.

Em *Ficção brasileira contemporânea*, Schøllhammer (2009) se preocupa em investigar a literatura brasileira dos últimos anos, fazendo um recorte do que seria o contemporâneo e como a produção literária reverbera algumas de suas características. Na concepção deste teórico e crítico, o contemporâneo observa seu presente sob um ângulo distinto que o permite pensá-lo ou expressá-lo criticamente, graças ao estranhamento que sente em relação à sua atualidade. Ele aponta que “[...] a literatura contemporânea não será necessariamente aquela que representa a atualidade, a não ser por uma inadequação, uma estranheza histórica que a faz perceber as zonas marginais e obscuras do presente, e que se afastam de sua lógica” (Schøllhammer, 2009, p. 10). Nesse sentido, o escritor da contemporaneidade tem um olhar anacrônico sobre a realidade que vivencia ou que testemunha, e a expressão literária traduz sua inquietação diante dessa realidade. Ao mesmo tempo, ao autor contemporâneo é urgente estar relacionado com sua realidade histórica e ficcionalizá-la a partir deste olhar crítico, expressando justamente aquilo que o inquieta (Schøllhammer, 2009).

Quanto a isso, o autor destaca que as narrativas contemporâneas estão marcadas pelo que chama de um “novo realismo”, não pelo uso da descrição como ferramenta de construção da verossimilhança ou da objetividade, mas pelo desejo de representar a sociedade brasileira por um ponto de vista menos usual: do olhar do excluído. Nesse sentido, a realidade passa a ser incorporada na obra atrelada ao efeito estético que provoca no leitor, de modo a envolvê-lo pelo viés afetivo que a configura, não pela mera impressão do real tal como ele é (Schøllhammer, 2009).

O autor apresenta, diante disso, quatro categorias que não esgotam a produção literária brasileira recente, mas ganham destaque no viés de representação da realidade: o hiper-realismo, o novo regionalismo, o miniconto e a literatura marginal. De modo geral, nos interessa ressaltar o olhar para o novo regionalismo, que difere de uma antiga produção focada nas tradições e costumes locais e nas características etnográficas, uma vez que nas produções atuais ganham espaço os novos olhares sobre as oposições e aproximações entre campo e cidade, além do foco sobre “[...] a herança rural e o futuro apocalíptico das grandes metrópoles” (Schøllhammer, 2009, p. 78). Podemos aproximar essa perspectiva a *Torto arado* que, embora não enfatize o contraponto entre o urbano e o rural, incita esse questionamento por meio da própria representação não idealizada de uma realidade que tematiza conflitos fundiários, remanescências escravocratas e identidades subalternizadas. Simultaneamente, a obra não deixa de ressaltar a relação com a terra e o cultivo, bem como de articular outros aspectos culturais

atrelados ao meio rural. Sob esse olhar, Itamar Vieira Junior desenvolve um romance cuja ficção não apenas representa uma realidade que o inquieta, mas ainda a desafia ao reinventar e denunciar contextos com marcas de um passado histórico desigual e violento que figuram remanescentes no meio social de hoje, daí a necessidade de representá-los.

A percepção de Schøllhammer (2009) corrobora a leitura de Candido (2023) sobre a relação entre literatura e sociedade, na medida em que pressupõe um escritor que exprime, em sua obra, parte da sua experiência e percepção do meio social. Articulando ambos os teóricos, entendemos que a literatura, de modo geral, é social ao representar o mundo e a influir sobre ele, bem como especificamente a literatura contemporânea se preocupa ainda mais em visibilizar as questões sociais que causam inquietações – por persistirem em voga ainda hoje, ou por terem adquirido novas formas de interpretação da realidade.

De maneira complementar, podemos articular a pesquisadora Dalcastagnè (2012) para ampliar nossa percepção sobre a literatura brasileira contemporânea. Para isso, nos ancoramos sobretudo em sua obra *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*, na qual aborda reflexões gerais sobre os contornos que nossa produção literária ganha nos dias de hoje, além de apresentar dados sobre padrões de representação da realidade conforme algumas convenções sociais de raça e gênero. Quanto a este último aspecto, Dalcastagnè (2012) aponta que, por vezes, a representação não é necessariamente representativa das diferentes perspectivas sociais, pois ela parte da visão de mundo de quem tem acesso à voz e pode, por isso, manifestar-se e, ademais, ser ouvido. Quem detém o poder de fala representa, em sua produção, aquilo que é de interesse para a manutenção desse poder e de outros espaços de privilégio – e aqui não limitamos o recorte à esfera literária (Dalcastagnè, 2012). Com isso, a diversidade é suprimida e, em geral, são as classes populares, marginalizadas e excluídas que carecem de verdadeira representação.

Diante dessa perspectiva, a pesquisadora explora o motivo dessa falta de representantes das camadas populares no âmbito literário, tanto no campo da produção (na figura de autores), quanto na obra (pela configuração dos personagens), além de apresentar o que se perde com isso e qual o caminho para superar esse cenário, aspectos que desenvolveremos aqui. Como mencionado, “as classes populares possuem menor capacidade de acesso a todas as esferas de produção discursiva [...]” (Dalcastagnè, 2012, p. 18), incluindo as esferas literária, acadêmica e política, por exemplo. Isso não significa, contudo, que são totalmente cerceadas de qualquer forma de manifestação, já que a possibilidade de falar existe, pelo próprio princípio da liberdade de expressão, porém o reconhecimento social do discurso proferido é algo atribuído aos grupos dominantes, na forma das elites. A atribuição de valor ao discurso, contudo, não é algo que

ocorre ao acaso, mas sim um atestado da subalternidade daquele que não é ouvido (Dalcastagnè, 2012).

Este é um ponto também explorado por Spivak, em *Pode o subalterno falar?* (2010), em que a teórica apresenta a impossibilidade de fala dos sujeitos subalternos no mundo nessa mesma perspectiva, considerando os discursos dominantes e a falta de reconhecimento da autoridade de fala do subalterno. Essa discrepância é acentuada especialmente quando se acrescenta o recorte de gênero, visto que à mulher subalterna está reservado o mínimo de espaço de manifestação possível, estando ela situada à margem até mesmo da subalternidade. Como esses sujeitos carecem de um reconhecimento válido de seu discurso, este é ainda mais enfraquecido, de modo que aqueles ficam desamparados no meio social.

A ideia de Spivak complementa o ponto de vista de Dalcastagnè, ressaltando que a representação no discurso possui circulação limitada – ou quase inexistente. O texto literário fica circunscrito a determinados temas, personagens, espaços e contextos, sendo poucos os casos em que a representatividade possui, de fato, um alcance significativo. Com isso, recai-se na pouca diversidade e limitam-se as perspectivas de mundo difundidas (Dalcastagnè, 2012). Nesse caminho, não apenas é intensificado o movimento de marginalização de grupos já marginalizados, visto que obras que denunciam este cenário recaem como menos difundidas, como também se afeta o processo de humanização dos leitores em relação a distintas realidades sociais, pois apenas determinados tipos de representação irão circular.

Diante disso, Dalcastagnè (2012) nos oferece um caminho para possibilitar que os grupos marginalizados figurem, com mais facilidade e reconhecimento, como produtores e protagonistas de histórias com alcance no meio social. A pesquisadora afirma que da mesma forma que é necessária uma

[...] democratização da sociedade, incluindo novas vozes na política e na mídia, podemos imaginar a democratização da literatura.

A inclusão, no campo literário, talvez ainda mais do que nos outros, é uma questão de *legitimidade*. Neste sentido, a própria crítica e a pesquisa acadêmica não são desprovidas de relevância. Afinal, são espaços importantes de legitimação, ao lado dos próprios criadores reconhecidos (Dalcastagnè, 2012, p. 21).

Como esta autora aponta em sua pesquisa, reforçamos a relevância dos estudos literários críticos que favorecem o destaque de obras escritas por grupos historicamente minorizados, por populações excluídas do grande mercado editorial ou da recepção geral de escritores clássicos. Esse processo envolve o reconhecimento dessas vozes, por muito silenciadas, atribuindo autoridade e legitimidade ao que é produzido por elas, além da viabilização de circulação dessas produções. Spivak (2010) também aponta a necessidade do trabalho do intelectual

contemporâneo em reconhecer e viabilizar a manifestação do sujeito subalterno, de modo não a falar no lugar dele, substituindo-o em suas reivindicações, mas sim visando a possibilitar que ele seja ouvido em todas as diferentes esferas discursivas.

Esse é um ponto que pretendemos atender a partir desta pesquisa. Apesar de já estar sendo potencializado por outros trabalhos, *Torto arado* é um romance que pode ganhar ainda mais força no reconhecimento coletivo e espaço na cena literária atual. A pesquisa de Dalcastagnè (2012) apresenta dados que indicam como a literatura brasileira contemporânea ainda é dominada, em geral, por homens brancos de classe média, que também são as representações mais aparentes na produção literária em posição de protagonismo. *Torto arado*, em outra medida, é escrito por um homem negro, com ancestralidade africana e indígena, que busca possibilitar, por meio de sua produção literária, a circulação de histórias pouco viabilizadas e reconhecidas socialmente. Além disso, é um romance protagonizado e narrado por mulheres negras, nas figuras das irmãs Bibiana e Belonísia, que se reconhecem enquanto quilombolas e assumem posicionamento crítico e político no mundo diante de sua situação de exclusão, e de Santa Rita Pescadeira, encantada que testemunha a violência histórica e, ao mesmo tempo, a vive nos corpos dos milhares que a sofreram e continuam a sofrer.

Nesse ângulo, Itamar Vieira Junior conseguiu ser uma voz em um contexto de silenciamento de pessoas não brancas que expressam, em suas obras, as pluralidades de nosso país. Se a produção literária é uma forma de representação da realidade de um determinado contexto social, o abafamento de vozes plurais também é um forte indicativo do reconhecimento seletivo de tais produções: “Os silêncios da narrativa brasileira contemporânea, quando nós conseguimos percebê-los, são reveladores do que há de mais injusto e opressivo em nossa estrutura social” (Dalcastagnè, 2012, p. 196), logo eles apenas traduzem aquilo que já está disseminado na realidade, para além do meio literário. Combatê-los é essencial para que cada vez mais vozes excluídas tenham espaço de fala e possam expressar suas (e outras) vivências, produzindo e/ou assumindo protagonismo em histórias que, de uma forma ou de outra, irão influenciar que esse espaço se amplie gradativamente e impactar o meio social, graças a seu papel humanizador (Candido, 2023).

A obra a ser analisada assume algumas das funções que Candido (1999) elenca, exercendo, no cenário brasileiro atual, a sensibilização e humanização de leitores diversos, conscientes ou não dessa atuação em seu íntimo. Ela age de tal forma porque exprime o que há de real, ainda que articulando o insólito ficcional, na vivência de um grupo social que está abandonado de amparo estatal e condenado à exclusão, como veremos a partir de dois elementos da narrativa: o espaço e as personagens.

### 3 REPRESENTAÇÃO E EXCLUSÃO NO ESPAÇO DA NARRATIVA

*Deixado ao quase exclusivo jogo do mercado, o espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos (Santos, 2011, p. 119).*

Ao se propor a análise de uma produção literária, é importante que se identifique e delimite elementos da narrativa – enredo, espaço, tempo, personagem, narrador – que corroborem a leitura que se pretende fazer da obra. Diante disso, o presente capítulo se coloca no papel de abordar com mais afinco um dos elementos que embasa nossa análise da representação da exclusão social em *Torto arado* (Vieira Junior, 2019), qual seja, o espaço da narrativa, e articulá-lo às personagens, refletindo quanto à relação entre esses dois elementos.

A perspectiva do espaço na literatura envolve muitas nuances, que perpassam desde a mera descrição do ambiente até o valor simbólico suscitado por determinada composição espacial da narrativa. Com isso, cabe-nos voltar brevemente nosso olhar ao espaço, visando sobretudo à delimitação dos suportes teóricos que fundamentam e direcionam nossa análise da obra, bem como à introdução de percepções iniciais de seu contexto espacial, ambientado na Fazenda Água Negra quase em totalidade.

Em sequência, adentraremos de maneira mais aprofundada no viés da representação da exclusão social manifestada na espacialidade de *Torto arado*. Assim, buscamos, inicialmente, investigar de quais maneiras a configuração espacial da obra se mostra excludente para aqueles que ocupam aquele espaço rural e quais aspectos da exclusão estão manifestados de modo evidente neste contexto. Por fim, recorreremos a outro elemento, as personagens, de modo que nosso foco se volta para as implicações desse espaço sobre as suas vidas, com foco na relação que se estabelece entre esses dois elementos e na forma como o cenário excludente afeta a vida das personagens, reforçando sua condição de exclusão.

#### 3.1 Um olhar sobre o espaço

Há diferentes percepções e funções atribuídas ao conceito de espaço, a depender do viés teórico e epistemológico de que se parte. Independente do olhar que se direcione a este elemento, sua importância é inegável em qualquer papel que assuma. Para Dimas, em *Espaço e Romance* (1985), o espaço pode ter uma relevância secundária, quando diluído em meio a outros elementos, assim como também pode assumir maior protagonismo e ser determinante no curso de uma narrativa, ou ainda, em um terceiro âmbito, pode estar harmonizado com os

demais elementos, de maneira que sua funcionalidade e organicidade vão sendo descobertas aos poucos pelo leitor. Este último contexto de abordagem do espaço é o mais vantajoso, de acordo com Dimas (1985, p. 6), visto que nele o leitor tem sua atenção ao todo voltada ao texto literário, cobrando-lhe engajamento para que possa “[...] descobrir onde se passa uma ação narrativa, quais os ingredientes desse espaço e qual sua eventual função no desenvolvimento do enredo”. Com isso, o espaço ganha relevância equivalente aos outros elementos, assumindo não só um caráter ilustrativo, mas um papel fundamental para o plano narrativo.

Ainda que haja essa visão, a produção literária recorre a diferentes formas de abordagem do espaço, bem como a própria crítica o percebe sob distintos pontos de vista. Assim, perpassa-se, por exemplo, pelo verismo fotográfico, voltado à preocupação do mero retrato visual como forma de fundamentação ilustrativa de determinado cenário, como a visualização de uma fotografia, comum ao Realismo de fins do século XIX (Dimas, 1985). A percepção da verossimilhança se pautava, portanto, na fidelidade com que o espaço estava retratado. Em outro aspecto, constitui-se uma obsessão geográfica, cujo interesse estava na averiguação da constituição geográfica e paisagística em alinhamento à geografia local.

Essas percepções do espaço, no entanto, não superam o plano da aparência e, ainda que sejam válidas, não exploram, de fato, o texto em seu caráter literário (Dimas, 1985). Sob esse viés, o autor aponta que, à frente dessas óticas preocupadas apenas com um viés fotográfico ou geográfico, “[...] estão aquelas análises que procuram penetrá-lo [o texto literário] de maneira mais contundente, dele extraindo um significado oculto que dificilmente se mostra à primeira leitura” (Dimas, 1985, p. 10). Isto é, a análise é mais contundente quando o romance (ou outro gênero) é lido de forma a superar o plano da aparência e perscrutar os sentidos suscitados por determinadas configurações espaciais. Contudo, vale ressaltar também que esse olhar é possível apenas se a própria narrativa fornece subsídios para que esse olhar seja adotado, visto que se o elemento não comunica nada além do que está exposto, não cabe ao crítico buscar uma significação que não está, de fato, proposta.

Lukács traz um olhar importante para se pensar a constituição de um romance e de como a produção de sentido depende do que a própria obra desencadeia, bem como do posicionamento assumido por seu autor, enquanto tal. Em “Narrar ou descrever”, Lukács (1965) aponta o que se tem a perder com o método meramente descritivo, ao passo que optar pela narração seria o que caracterizaria uma verdadeira obra de arte. Isso porque a descrição não ultrapassa o plano da aparência e constitui-se apenas como um registro de espaços, ações, tempos e pessoas, de modo que não se suscita uma reflexão crítica sobre esse registro, nem acerca da própria realidade que ele ilustra. Em contrapartida, a narração seria uma medida que,

mesmo se estiver ligada a um recurso descritivo, gera um encadeamento de percepções críticas no leitor, pois conecta o plano da aparência com a essência humana, o que ocorre a partir da relação com a representação do mundo para além de uma ilustração de como as coisas são, mas ainda explorando – de maneira crítica – aquilo que faz com que elas sejam assim.

Sob essa perspectiva, Lukács defende o método narrativo como a forma de conexão real entre leitor e obra, uma vez que, a partir dele, o leitor é capaz de se inserir na obra e, assim, ver (a ela e ao mundo) criticamente, ao passo que, no método descritivo, o leitor é apenas um observador dos acontecimentos. Segundo ele:

[...] o contraste entre o participar e o observar não é casual, pois deriva da posição de princípio assumida pelo escritor, em face da vida, em face dos grandes problemas da sociedade, e não do mero emprego de um diverso método de representar determinado conteúdo ou parte de conteúdo (Lukács, 1965, p. 50).

Lukács define que a opção entre manter a obra no plano da aparência ou apresentá-la como um recurso para se investigar a essência humana depende do posicionamento do próprio escritor diante das mazelas sociais. Com essa escolha, caberá ao autor adotar os recursos necessários para cumpri-la, que não se limita somente em definir o método de composição da obra entre descritivo ou narrativo, na concepção de Lukács, mas se une a outros aspectos essenciais que, em conjunto, potencializarão um romance denominado pelo teórico como realista.

Não vem ao mérito deste trabalho perpassar a perspectiva lukacsiana quanto aos aspectos do que o teórico considera como a verdadeira arte, ainda menos realizar um exercício de análise de *Torto arado* enquanto um romance de composição realista – pontos esses que, inclusive, já foram bem explorados em outra produção acadêmica<sup>12</sup>, a qual possui esse foco específico. A nossa referência às ideias de Lukács são suscitadas aqui com o olhar voltado em particular para sua percepção das duas formas de representação que um autor pode optar em sua obra: descrever ou narrar. Voltando nossa atenção ao espaço, entendemos que uma aparição meramente ilustrativa de composição espacial, como nos explica Dimas (1985), estaria atrelada à básica descrição do espaço, sem que ele esteja entremeado a outros elementos da narrativa e sem que gere maior significação para a obra. Por outro lado, o espaço enredado, o qual não só evidencia mais do que sua simples colocação no mundo, mas também explora o que ele representa, seria associado à narração, em que as ações, tempos e personagens se mesclam em nível de importância e resultam em uma ou diferentes significações mais aprofundadas.

---

<sup>12</sup>Yuri Moura Lima Amaral de Souza, em sua dissertação “*Torto Arado: o sinuoso caminho entre o político e o literário*” (2023), realiza uma pesquisa em que investiga a composição das formas narrativas e representativas, sob a perspectiva do realismo de Lukács, com o olhar voltado para o romance *Torto arado*.

Dada essa primeira contextualização geral do estudo do espaço da narrativa, ressaltamos que,

Apesar da forte adesão do romance brasileiro ao espaço, seja urbano, rural ou selvático, a nossa crítica pouca atenção tem dedicado ao assunto, preferindo deter-se ora nas formas narrativas, ora em seus temas. Causa estranheza essa rarefação crítica, responsável pela dificuldade em se organizar um repertório bibliográfico extenso e sistemático, mormente num país cuja literatura respondeu e responde de pronto aos estímulos mesológicos. [...] Num certo sentido, frente à tradicional carência de estudos especializados, o romancista brasileiro como que toma para si a incumbência de vasculhar o país, em sua geografia, sua história e suas instituições (Dimas, 1985, p. 16).

Sob essa perspectiva, *Torto arado* nos possibilita uma leitura do país, a partir não só do tema de exclusão que representa, mas também da manifestada visão de um geógrafo de formação e atuação o qual se propõe a articular, na narrativa, um diferente olhar para o espaço rural. Contudo, necessitamos levar em consideração a dificuldade de um lastro repertório bibliográfico referente ao espaço nos Estudos Literários (Dimas, 1985), atrelada ainda às diferentes funções que o conceito de espaço pode assumir em distintas áreas do conhecimento, já que é também um conceito transdisciplinar que aparece não só na crítica da Literatura, mas em outros campos (Brandão, 2007). Posto isso, propomos um breve aparato geral das perspectivas de se olhar o espaço na Teoria da Literatura, com base em Brandão (2005, 2007).

Segundo o autor,

[...] as correntes formalistas e estruturalistas tendem a não considerar relevante a atribuição de um valor “empírico”, “mimético”, à noção de espaço como categoria literária; e a defender a existência de uma “espacialidade” da própria linguagem. Na direção oposta, as correntes sociológicas ou culturalistas interessam-se justamente por adotar o espaço como categoria de representação, como conteúdo social – portanto reconhecível extratextualmente – que se projeta no texto (Brandão, 2007, p. 207).

Considerando essa visão geral, em uma breve síntese, a ser esmiuçada em seguida, Brandão (2007) sistematiza o espaço da narrativa em quatro noções teóricas gerais, a saber: estruturação espacial, espacialidade da linguagem, espaço como focalização e representação do espaço. Iniciemos focalizando aqueles que priorizam a forma e a linguagem, para então seguirmos com o viés representativo que o espaço pode suscitar em um texto literário – pois este segundo olhar interessa de maneira mais significativa a este trabalho, como veremos em breve.

Em primeiro âmbito, a estruturação espacial diz respeito aos recursos formais e de composição do texto literário atrelados a uma perspectiva de simultaneidade (Brandão, 2007). Essa é uma concepção comum para se pensar o espaço nas obras modernistas, uma vez que essa espacialidade se encontra, sobretudo, em obras cujo recurso da linearidade (do tempo e da

narrativa) é subvertido e a consecutividade do texto ganha novos contornos. Com isso, passa-se a pensar em um espaço simultâneo, articulado aos outros elementos que compõem uma obra.

Para exemplificar esse olhar analítico em relação ao espaço em obras modernas, Brandão (2007) menciona estudos de Frank (1991) e de Poulet (1992), para os quais o texto moderno se fundamenta na fragmentação suscitada pela não linearidade da narrativa e pela descontinuidade da narrativa. Cria-se, então, a percepção de blocos relativamente autônomos de significação, mas que ainda se articulam mediante a espacialidade e seu caráter simultâneo, permitindo a apreensão do todo da narrativa. Esse olhar sobre o espaço assume um viés muito mais formalista, pensando este elemento em relação não com o mundo, mas com a própria obra.

Além desta visão, é possível pensar na espacialidade da linguagem. Aqui, distancia-se de qualquer caráter de representação do mundo, visto que o foco espacial se constitui na própria linguagem, ou seja, a palavra mesma é o que também caracteriza uma espacialidade. O autor aponta duas linhas argumentativas que fundamentam essa concepção: a primeira atrelada à “ordem das relações”, a qual “[...] é espacial à medida que é abordada segundo um viés sincrônico, simultâneo, e não diacrônico, histórico” (Brandão, 2007, p. 212); e a segunda diz respeito à materialidade do signo, ou seja, este se materializa em concreto a partir da sensibilização humana de que é capaz.

Nessa perspectiva, fugindo de uma concepção descritivista, o texto literário é espacial não porque descreve lugares ou distribui personagens em cenários. A sua forma de expressão é que assume protagonismo na interpretação do espaço da narrativa. Com isso, suas repetições, seus ritmos, suas pausas, seus cortes são o que constitui uma espacialidade própria, afetando as sensações humanas por meio da própria linguagem. Entretanto, Brandão (2005) enfatiza que o espaço possui caráter secundário nessa concepção, já que não é ele exatamente o foco, mas a gramaticalidade a ele atrelada, de maneira que o interesse crítico permanece na forma da linguagem e o espaço é apenas um caminho para se pensar sobre tal forma.

Em um terceiro olhar, figura o espaço como focalização, entendido em especial como a visão que é adotada na narrativa, ou seja, o ponto de vista que guia o olhar do leitor na obra. Parte-se da concepção de que, guiada pelo narrador (ou por um personagem em específico, ou ainda por um ente não ficcional), a narrativa tem contornos próprios do olhar deste, delimitando a espacialidade que abarca. Com isso, “[...] o espaço se desdobra em espaço observado e espaço que torna possível a observação” (Brandão, 2007, p. 211), ou seja, o cenário em que a narrativa se desenvolve e o ponto de vista de onde se parte para narrá-lo ou entendê-lo.

Diante disso, a análise do espaço no âmbito da focalização leva em conta não só o espaço narrado, como também o lugar de onde se fala, a perspectiva do discurso enunciado. Sob esse

ângulo, não é possível pensar em uma neutralidade do espaço, tampouco ignorá-lo ou tratá-lo como uma instância narrativa pouco relevante, uma vez que este elemento aponta para uma visão específica que, enunciada, delimita o que pode ser visto, vivido ou lembrado pelo leitor, ou mesmo pelos próprios personagens.

Por fim, a nossa atenção volta-se para a representação do espaço, que Brandão (2007) elege como, porventura, a perspectiva crítica mais recorrente, e é também a de que partiremos em nossa pesquisa. Nesse viés analítico, o espaço na Literatura se configura “[...] como categoria existente no universo extratextual” (Brandão, 2007, p. 208), ou seja, que representa o mundo em aspectos concretos, sociais, históricos ou psicológicos. Por isso, esse olhar é recorrente nos estudos de viés sociológico ou culturalista, já que se articula a ideia de que o texto manifesta simbolicamente aspectos sociais do real – e a configuração espacial está inserida nessa manifestação.

Brandão (2007) afirma que a abordagem do espaço urbano, em detrimento do rural, ganha grande destaque na produção literária contemporânea, bem como em seus estudos críticos. Este é um ponto ressaltado também por Dalcastagnè (2012) e Schøllhammer (2009), os quais ressaltam que a literatura brasileira contemporânea tem seus olhos majoritariamente voltados para a cidade e para o funcionamento social urbano<sup>13</sup>. Tal fator não impede, no entanto, que o campo também seja explorado na produção nacional, focalizando problemáticas sociais que assolam a realidade rural a qual, além de não ser mais dominante desde o grande processo de urbanização no Brasil, ainda resta muito esquecida de amparo estatal e, muitas vezes, carece de visibilidade acerca das mazelas sociais vigentes. Essa perspectiva é um ponto que nos interessa na análise que se pretende fazer de *Torto arado*, romance no qual a relação com a terra e a vivência rural ganham protagonismo.

Diante da esquematização teórica que Brandão (2007) apresenta, percebemos que, conquanto seja um campo que carece de um vasto arcabouço teórico e crítico, o estudo sobre o espaço pode apresentar percepções bastante distintas, bem como seu conceito pode assumir diferentes acepções a depender do ponto de vista do qual se parte. Por isso há a necessidade de se delimitar a perspectiva de análise a ser adotada em um estudo crítico literário, de maneira a considerar os objetivos da pesquisa e os subsídios que a própria obra pode fornecer para tal.

---

<sup>13</sup> Na literatura brasileira contemporânea, alguns exemplos notórios bastante discutidos de autores que exploram o espaço urbano e seus percalços (violência, exclusão, desigualdade, fome, preconceito, entre outros temas sociais latentes) são: *Cidade de Deus*, de Paulo Lins (2012); *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus (2014); *O avesso da pele*, de Jeferson Tenório (2020); e *Os Supridores*, de José Falero (2020). Itamar Vieira Junior se distingue dessa tendência do espaço urbano e explora a vida no campo sem perder a característica dos autores contemporâneos.

Para nossa perspectiva crítica, a representação do espaço é o viés adequado. Resgatamos, aqui, o objetivo principal de nossa análise: o de investigar a representação da exclusão social em *Torto arado*, tendo o espaço da narrativa como uma das formas de percepção dessa manifestação excludente. Posto isso, tal concepção nos permitirá perceber o espaço para além de sua concretude física, ganhando contorno simbólico, cujas particularidades denunciam as artimanhas da exclusão social em ação no meio rural. Interessa-nos identificar as diferentes formas de manifestação do contexto excludente a partir da configuração do espaço da narrativa, bem como entender as implicações deste cenário de exclusão vivenciado pelas personagens.

Nesse sentido, voltar nosso olhar para o espaço significa assumi-lo como uma categoria social e simbólica, que carrega em si marcas de hierarquização, disputas de poder e desigualdades históricas (Dalcastagnè, 2021). A partir disso, conseguimos interpretar sua representação para além da aparência, recorrendo às conjecturas espaciais que nos dão condições de perceber a essência de problemas sociais estabelecidos. Assim, investigar a construção narrativa do espaço enquanto um mecanismo de articulação da exclusão nos possibilita perceber como *Torto arado*, especificamente, e a literatura brasileira contemporânea, em um viés mais amplo, participam de maneira ativa da denúncia e da discussão crítica de temas em voga na sociedade.

Nossa leitura da representação do espaço guiar-se-á sob a ótica da sociocrítica, a qual, sob uma explicação mais simplificada, que será desenvolvida em seguida, direciona a leitura do texto literário pensando a sua relação com os aspectos sócio-históricos que o circundam e, portanto, o constituem no meio social – tanto em sua concepção quanto em sua recepção. Em “A sociocrítica”, Barbéris (2006) faz uma revisão geral a respeito desse conceito e seus principais aspectos, dos quais destacaremos pontos importantes para guiar as reflexões desta pesquisa. Em síntese, a

*Sociocrítica* designará, pois, a leitura do histórico, do social, do ideológico, do cultural, nessa configuração estranha que é o texto: ele não existiria sem a realidade, e a realidade, em última instância, teria existido sem ele; mas a realidade, então, tal como podemos percebê-la, seria exatamente a mesma? Toda a questão está aí: se a realidade só nos é conhecida pelos discursos realizados a seu respeito, qual será, entre eles, o lugar do discurso propriamente literário? (Barbéris, 2006, p. 146).

Se antes a sociologia da literatura voltava seu olhar para os contextos que influem na produção de uma obra e a sociologia da recepção se preocupava com a forma como essa obra repercutiu no meio social, à sociocrítica restaria restringir-se “[...] ao próprio texto como espaço onde se desenrola e se efetiva uma certa socialidade” (Barbéris, 2006, p. 145). No entanto, considerando a relação essencial dessas duas perspectivas sociológicas com o texto, revela-se

uma sociocrítica que pode abarcá-las, visto que a leitura social da obra literária implica também em seu olhar para o antes e o depois do texto em si.

Diante disso, partimos da ideia de que a realidade fundamenta ou, ao menos, inspira o texto literário na medida em que este se caracteriza por percepções dos aspectos históricos, sociais, ideológicos e culturais da sociedade em que circula. De maneira simultânea, os discursos literários nos ajudam ou nos direcionam a entender a realidade, então, embora esta não seja necessariamente dependente daqueles para que exista enquanto tal, a forma como a interpretamos, criticamos e até vivemos é influenciada pelos textos difundidos (Barbérís, 2006).

A leitura sociocrítica não parte do uso de princípios pré-estabelecidos e já esgotados, consolidados por teorias anteriores que exauriram o entendimento sobre o meio social e sobre a produção literária. Isso se justifica em três fatores que Barbérís (2006) explora. Em primeira instância, os estudos sociológicos antigos não poderiam esgotar completamente as particularidades de uma sociedade que ainda viria a existir e que se torna, a cada dia, ainda mais diversa e complexa, ou seja, gradativamente novos estudos surgem e podem fundamentar um olhar sociocrítico da literatura, mas mesmo eles sozinhos não são capazes de constituir um princípio uno.

Essa concepção nos leva ao segundo fator elencado por Barbérís (2006), qual seja a dimensão propriamente literária de tal perspectiva analítica. Retomemos a ideia de que a Literatura parte da realidade e, sem esta, aquela não poderia existir, ao passo que o real não deixa de existir sem o texto, porém também não deixa de ser afetado por ele. Com isso, a sociocrítica é outro lado que recebe impacto da circulação dos textos, de modo que eles próprios e as reflexões que suscitam concebem um olhar sociocrítico.

Já em um terceiro âmbito, a interpretação tem seu espaço relevante em meio ao fazer teórico e ao texto literário. Nesse sentido, a leitura crítica impacta na forma como entendemos a realidade e reverbera, de um modo cíclico, na maneira como leremos novos textos, contextos e teorias. Diante dessas três noções, não é possível pensar a leitura sociocrítica como uma perspectiva unívoca de análise. Antes disso, ela parte não somente de estudos sociais teóricos, como também dos novos textos que são produzidos e das novas interpretações que estes possibilitam. Ela opera, portanto, “[...] a partir de uma busca e de um esforço tateante e descobridor que inventa uma nova linguagem, faz aparecer novos problemas e coloca novas questões” (Barbérís, 2006, p. 147).

Barbérís (2006) ressalta que não se pode conceber o texto como esgotado após uma investigação sociocrítica. Caso partisse apenas de um viés teórico antigo e desatualizado dos novos contornos sociais, a leitura estaria limitada e condicionada, de fato, àquele olhar.

Entretanto, entendendo que novos textos e novas interpretações sobre eles resultam em distintos (e às vezes, inéditos) olhares e ideias sobre o mundo, possibilita-se que o discurso literário seja revisitado sociocriticamente com constância, resultando em distintas pesquisas, ainda que partam de um mesmo pressuposto teórico.

Diante disso, à análise sociocrítica cabem algumas perspectivas de leitura apontadas por Barbéris (2006), as quais devem abarcar a leitura do explícito e do implícito e as transgressões formais de uma obra. Considerar aquilo posto no texto é o primeiro passo, pois não desprezar as evidências textuais e perceber o que já foi colocado nele, mas ainda está inexplorado, é essencial. Sob essa perspectiva, “[...] o reprimido e o não-lido são aqui econômico-políticos, e remetem às relações sociais. É importante, pois, perseguir aquilo que, no texto, se encontra *dito* e denotado, o que funciona em duas direções: releitura do texto e crítica das não-leituras e de suas razões” (Barbéris, 2006, p. 166). A percepção do que é omitido do explícito na obra e do que não é possível inferir também revela um grau de seletividade na constituição daquele texto, bem como a leitura crítica dessas escolhas e não escolhas dizem muito sobre ele e, por isso, merecem sua atenção. Da mesma forma, perceber o olhar seletivo de apreensão da obra, isto é, o que a crítica ignora naquilo que está explícito também revela sobre o que se deseja ou não evocar e por que essa seletividade se estabelece.

Por outro lado, conquanto o que está explícito seja essencial, isto não significa que o implícito careça de importância. Pelo contrário, os detalhes pormenorizados do texto (encobertos, mas ainda possíveis) são carregados de significação, de modo que a leitura minuciosa é necessária para que os subentendidos se sobressaltem à obra e ganhem espaço no consciente do leitor. Portanto, também estão nas entrelinhas do texto os aspectos sócio-históricos, as críticas ao funcionamento do mundo, ainda que pareçam meros recursos moralizantes ou estéticos (Barbéris, 2006).

Além disso, as transgressões formais também carregam consigo relevância para o olhar sociocrítico. Para Barbéris (2006, p. 169), “escrever de outro modo tem sempre um significado político [...]. O desregulador literário pode ser temático [...], mas ele é a princípio e sobretudo estético [...]”. Nesse sentido, as escolhas de composição da obra revelam um posicionamento que não pode ser ignorado, especialmente se elas representam uma transgressão ao que, em geral, é adotado. Em *Torto arado*, por exemplo, a escolha por representar um espaço rural em um Brasil amplamente urbanizado é política, considerando a escassa elaboração de espaços não urbanos na literatura brasileira contemporânea (Dalcastagnè, 2012; Schøllhammer, 2009). Com o trabalho que Itamar Vieira Junior desenvolve no campo com os quilombolas, junto a outros

aspectos que o inspiram em termos literários, ele vê a possibilidade de, em seu romance, destinar maior foco a esse tema esquecido.

Por fim, Barbéris (2006) nos reforça noções basilares em relação à sociocrítica, algumas já elaboradas ao longo de seu texto, outras menos exploradas, mas postas para ressaltar pontos importantes acerca desse viés analítico. Assim como já ressaltamos aqui, a influência do meio social recai sobre a interpretação do leitor, do mesmo jeito que as experiências individuais também influem na relação que se estabelecerá entre ele e o texto. Ao mesmo tempo, a leitura sociocrítica é inacabada, pois a historicidade e a socialidade podem ser percebidas em textos ainda inexplorados, tal como é possível sempre revisitar textos já investigados sócio-historicamente e encontrar neles novos significados pois, em mais um aspecto trazido pelo teórico, à medida que a história muda, também mudam os textos e também deve mudar, em vista disso, a perspectiva sociocrítica de percebê-los no mundo. Em último âmbito, as contradições e os dilemas do mundo são manifestados pelos textos e percebidos pela leitura sociocrítica, de modo que elaboram as questões sociais e fazem surtir, muitas vezes, um impacto muito maior do que os próprios sistemas ideológicos que representam. Com esse panorama geral, temos que um conjunto de aspectos são levados em consideração no processo de análise sociocrítica de um texto, de modo que a atenção é fundamental.

Em suma, Barbéris (2006, p. 181) finaliza sua abordagem do conceito de sociocrítica com uma visão abrangente a respeito de seu uso:

Se a sociocrítica tivesse de fazer o texto evaporar e reduzi-lo a ser apenas um adendo e um suplemento de outra instância do conhecimento, ela seria uma catástrofe intelectual. Seria então prejudicial e sem interesse.

Mas se contribui para constituir o texto como um dos espaços onde se elabora a reação do homem ao real e como um dos discursos que ele realiza sobre sua condição entre os seres, as coisas e os acontecimentos, e provavelmente um dos menos sujeitos ao desgaste e a tornar-se obsoleto, ela é uma conquista decisiva da modernidade.

Diante disso, cabe-nos partir da leitura sociocrítica de *Torto arado* pensando a sua elaboração da realidade e das questões sociais envolvidas no contexto da narrativa. Por isso, uma vez mais, reforçamos que partiremos de um olhar representativo sobre o espaço, com o objetivo de perceber como a exclusão social é desenvolvida no texto de Itamar Vieira Junior e quais sentidos simbólicos atravessam essa representação. A Fazenda Água Negra, enquanto espaço representado, revela-se como território de disputas, de silenciamentos e de permanências históricas que impactam diretamente a vida das personagens.

### 3.2 A exclusão manifestada no espaço rural

Após delinear os principais fundamentos do olhar sobre o espaço da narrativa que guia esta análise, cabe-nos admiti-lo enquanto um elemento simbólico de representação e, portanto, carregado de significados. Sob esse viés, é necessário o recorte que nos guia para investigar, em específico, a configuração espacial excludente em *Torto arado*, visando à percepção das nuances da narrativa que caracterizam não somente a inacessibilidade de direitos fundamentais, como também os critérios de permanência e pertencimento estabelecidos em determinado espaço.

A rara abordagem da exclusão enquanto ótica principal de análise dessa obra, já consolidada no cenário nacional, pode ser atribuída à ambiguidade e imprecisão atreladas a esse conceito (Oliveira, 2006; Sawaia, 2014a). Em certa medida, a exclusão social pode figurar como um nome genérico, representando um pouco de tudo daquilo que está atrelado à não inclusão de indivíduos no meio social, mas com esta percepção poder-se-ia abranger qualquer meio, considerando aspectos econômicos, culturais, educacionais, de raça, de gênero, de sexualidade, e vários outros.

Ao se utilizar este conceito de forma deliberada, é possível que se caia em uma imprecisão metodológica ou naturalização. Ora, se a “exclusão” puder ser utilizada para definir tudo, então ela não será nada em específico, tornando-se um conceito descartável diante de outros que traduzem maior precisão acerca de um aspecto singular – que passa a ser, inclusive, utilizado sem necessidade de definição (Oliveira, 2006). Ao mesmo tempo, Wanderley (2014), em seu texto “Refletindo sobre a noção de exclusão”, chama a atenção ao fato de que há um processo de aceitação da condição de exclusão em nível social e até individual – do próprio excluído que se conforma com a situação –, contribuindo para a consolidação e reprodução de um ciclo de exclusão, que se fortifica justamente por ser um fenômeno naturalizado. Isso demonstra, ainda, a fragilização do vínculo societal, pois o fenômeno é visto como uma fatalidade irreversível sobre a qual não há o que ser feito (Wanderley, 2014), de modo que os indivíduos que poderiam contribuir para a reversão dessa condição não se mobilizam para tal.

Cabe-nos delimitar o tipo de abordagem que traremos à pesquisa, a fim de garantir que ela tenha seu caráter diferencial das demais, porém ainda conserve a robustez teórico-metodológica. Em nosso caso, sustentaremos a abordagem na proposta de Oliveira (2006) para este conceito. Em “Sobre o alcance teórico do conceito ‘exclusão’”, o autor mobiliza uma tentativa de possibilitar maior precisão sobre o tema da exclusão com o rigor necessário, a partir da análise ampla de imprecisões teóricas que circundam o termo, da abordagem da influência

dos estudos sociológicos franceses nesse escopo e, especialmente, da proposição de uma síntese teórica sob a qual é possível se pautar para se guiar quanto a esse conceito.

O primeiro recorte delimitado pelo pesquisador é que o fenômeno da exclusão que propõe, fundado na filosofia social da dialética marxista, está diretamente atrelado à lógica do capital do mundo hodierno:

[...] enquanto vivemos em formações sociais em que é dominante o modo de produção capitalista, é o *capital* a categoria que opera a *síntese social*. Deste modo, no processo de determinação das realidades designadas pelo conceito *exclusão*, serão as categorias imanentes à rede categorial do capital que deverão ser trabalhadas (Oliveira, 2006, p. 179).

Tal fenômeno está indissociável ao modo de organização social que a lógica capitalista precisa para o seu funcionamento econômico, assim como a própria inclusão. Isso porque esta é apenas a negação imediata daquela, de modo que também seu princípio se alinha à lógica do capital – um sistema que é, por si, excludente –, já que estar incluído no meio social apenas reafirma a exclusão daqueles que não o estão (Oliveira, 2006). Sob essa perspectiva, visualiza-se a exclusão enquanto um processo que abarca e afeta os sujeitos e suas inter-relações, bem como que se estabelece como um produto do sistema pautado na lógica do capital (Sawaia, 2014a) e que rejeita os sujeitos para além do mercado, excluindo-o ainda no âmbito cultural (Wanderley, 2014).

Diante desta noção fundamental para se compreender a manifestação da exclusão enquanto resultado intrínseco à organização social fundada no capital, Oliveira (2006) nos apresenta três papéis teóricos que a exclusão pode assumir e em quais situações esses papéis têm espaço de uso. Este termo pode ser articulado enquanto conceito descritivo, interpretativo ou operativo.

Em primeiro lugar, a ideia de exclusão funciona como conceito descritivo ao ser usada para descrever as “[...] formas de aparecimento imediato da lógica interna do sistema do capital” (Oliveira, 2006, p. 183). Nesse âmbito, as formas de exploração do trabalho, a inacessibilidade à propriedade, à saúde, à educação, à cultura e outros aspectos de limitação de direitos figuram como elementos de descrição da manifestação aparente da exclusão. No entanto, ao utilizá-lo por esta perspectiva, o fenômeno permanece em nível superficial e se atém à mera negação imediata que, como mencionamos, ainda permanece na mesma lógica do capital, o que o autor considera uma forma de inclusão subordinada.

Por outro lado, esse conceito pode se apresentar como interpretativo, que supera uma visão imediata. Dessa maneira, pode ser usado para interpretar as circunstâncias aparentes do meio social, “[...] desde que seja claramente definido e situado no contexto da rede reflexionante

toda [...]” (Oliveira, 2006, p. 184), ou seja, precisa ser considerado a partir da observação conjunta dos meandros de funcionamento do sistema, articulando-se a aparência à essência. Com essa perspectiva, pode-se alcançar um olhar crítico não só à situação tal como ela se apresenta, mas também ao que faz com que ela se materialize de tal forma.

Há ainda o conceito operativo da exclusão, que encontra sua funcionalidade figurando como categoria de intervenção prática, porém comumente “[...] seu par de oposição é, invariavelmente, a inclusão” (Oliveira, 2006, p. 185). Recai-se novamente no problema da inclusão enquanto forma de negação da exclusão, ainda partindo de um mesmo sistema que permanecerá sendo excludente. É o caso, como ele exemplifica, das políticas públicas correntes que compreendem o fenômeno como um mero contexto de disfuncionalidade, independente do sistema, logo sua preocupação está para incluir os sujeitos, não para combater aquilo que mantém a exclusão em funcionamento. Desse modo, para que o conceito operativo tenha consistência e tenha um valor de categoria operacional produtiva, ele deve partir do princípio da negação da negação, sendo “[...] a luta pelo reconhecimento, e não pela inclusão, o caminho desta construção” (Oliveira, 2006, p. 185).

Diante desse aparato teórico, entendemos o conceito interpretativo como sendo o mais adequado para amparar a nossa análise. Os vieses descritivo e operativo não nos fundamentam a pensar o fenômeno da exclusão para além da aparência, da sua percepção imediata, e partir de uma dessas perspectivas nos limitaria a observar como a exclusão está colocada no contexto da narrativa. Entretanto, percebemos que o romance nos dá subsídios para ir mais a fundo na percepção dessa manifestação, possibilitando que o leitor não só perceba a colocação imediata de circunstâncias excludentes, mas também entenda os processos históricos, econômicos e sociais que estão envolvidos nisso. Além disso, esse olhar ainda permite a associação com outros fatores articulados à lógica do capital que aprofundam a exclusão do meio social, uma vez que com o aparato interpretativo busca-se chegar à essência das coisas, que não são possíveis de serem olhadas de maneira isolada.

Complementar às ideias de Oliveira (2006), ressaltamos a relevância da perspectiva de Sawaia (2014b), a partir do texto “O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão”, de observar a exclusão sob a ótica do sofrimento ético-político, de modo a colocar os sujeitos e suas percepções no centro da análise desse fenômeno. Esse ângulo de observação da exclusão possibilita observar para além da perspectiva da sobrevivência dificultada, de modo a alcançar os sentimentos suscitados pela situação excludente:

Perguntar por sofrimento e por felicidade no estudo da exclusão é superar a concepção de que a preocupação do pobre é unicamente a sobrevivência e que não tem

justificativa trabalhar a emoção quando se passa fome. Epistemologicamente, significa colocar no centro das reflexões sobre exclusão a ideia de humanidade e como temática o sujeito e a maneira como se relaciona com o social (família, trabalho, lazer e sociedade), de forma que, ao falar de exclusão, fala-se de desejo, temporalidade e de afetividade, ao mesmo tempo que de poder, de economia e de direitos sociais. A exclusão vista como sofrimento de diferentes qualidades recupera o indivíduo perdido nas análises econômicas e políticas, sem perder o coletivo. Dá força ao sujeito, sem tirar a responsabilidade do Estado (Sawaia, 2014b, p. 100).

Assim como a perspectiva de Oliveira (2006) em pensar a exclusão como processo interpretativo nos possibilita superar a impressão imediata, pensá-la sobre a ótica do sofrimento ético-político de Sawaia (2014b) permite um aprofundamento dos seus aspectos simbólicos, para além da aparência. Isso porque, colocando os sujeitos no centro da análise, assumimos a postura de observância das implicações físicas e emocionais, que nos levam à essência da exclusão no meio social. Adotar essa perspectiva é destacar o descaso que tem sido dado ao ser humano por parte do Estado e da sociedade como um todo (Sawaia, 2014b).

O par de oposição ao sofrimento ético-político é a felicidade pública, superando uma vez mais a ideia da inclusão como solução da exclusão – o que, como já vimos em Oliveira (2006), é apenas mais um mecanismo de inserção ao sistema, afinal, não o combate. A felicidade pública ultrapassa o viés das emoções imediatas, como prazer e alegria, e alcança o olhar ao bem-estar coletivo, refletindo a superação do individualismo e a percepção da humanidade como um todo. Em uma associação, inclusive, os sentimentos imediatos poderiam figurar como mero efeito da inclusão, uma vez que com ela não se ultrapassa a percepção individual da exclusão ao se considerar que somente o indivíduo “incluído” usufrui dos benefícios de estar inserido no sistema, o que apenas reforça a existência das divergências sociais. Por outro lado, a felicidade pública visa à percepção do bem comum a partir da não exclusão de nenhum indivíduo em relação ao coletivo e é, por isso, o par de oposição ao sofrimento ético-político que a exclusão suscita.

Sawaia (2014b, p. 106) ressalta, ainda, que “a literatura é fonte de dramáticos exemplos de sofrimento ético-político, e de como ele varia historicamente, de acordo com a medição priorizada no processo de exclusão social: raça, gênero, idade e classe”. Essa percepção não só reforça a ideia de que o fazer literário resgata aspectos históricos e sociais em sua produção (Candido, 2023; Dalcastagnè, 2012), como também nos fortalece na abordagem da exclusão enquanto categoria de análise, a fim de apreender as suas configurações no texto literário considerando os atravessamentos de outras questões sociais que estão atreladas a ela.

Wanderley (2014) alerta para o fato de que a abordagem do fenômeno da exclusão requer referenciar o espaço ao qual esta se refere, considerando essencial entender o espaço

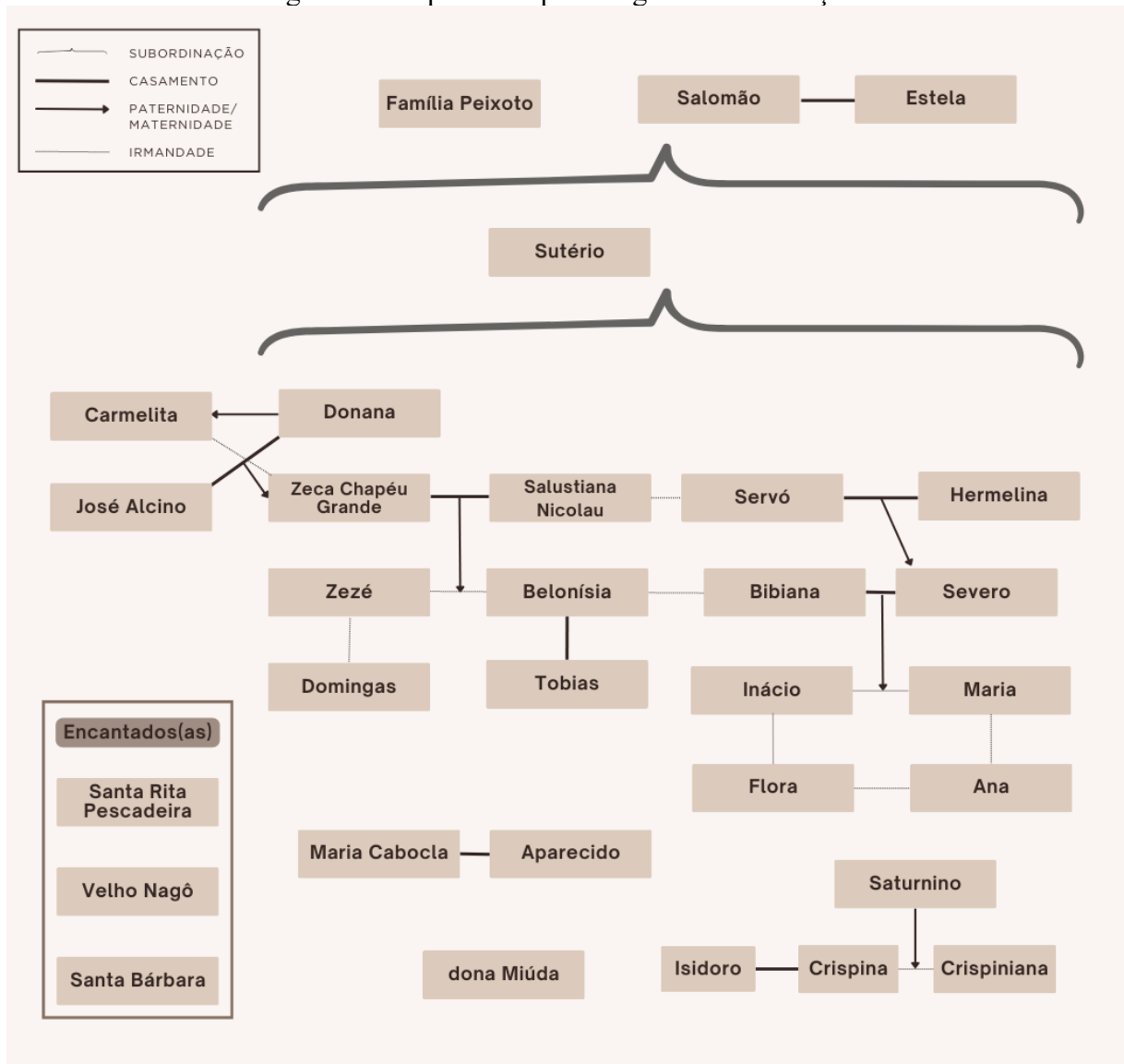
enquanto um agente do sistema de exclusão que se estabelece na sociedade. De maneira complementar, Santos (2011, p. 81), em “Espaço da cidadania”, afirma que o território

[...] não tem apenas um papel passivo, mas constitui um dado ativo, devendo ser considerado como um fator e não exclusivamente como reflexo da sociedade. É no território tal como ele atualmente é, que a cidadania se dá tal como ela é hoje, isto é, incompleta. Mudanças no uso e na gestão do território se impõem, se queremos criar um novo tipo de cidadania, uma cidadania que se nos ofereça como respeito à cultura e como busca da liberdade.

Entendemos, então, que o espaço se constitui em uma relação recíproca com a sociedade, sendo moldado por sua lógica de funcionamento, mas também agindo sobre o meio social de acordo com a sua própria constituição. É por meio da organização do espaço que se mantém a lógica de exclusão, a qual reforça a cidadania incompleta que Santos denuncia. Porém, para haver uma nova perspectiva para o território excludente, uma mudança em sua concepção é necessária, e isso é algo que deve vir das instâncias superiores de gestão social. Em *Torto arado*, veremos que esse movimento começa a acontecer sob pressão dos trabalhadores da Fazenda Água Negra, mas de maneira muito incipiente, surtindo mudanças pouco efetivas para a garantia da cidadania daquela população já marginalizada no contexto espacial.

Considerando a complexidade do romance e a diversidade de personagens, apresentamos um esquema de visualização geral dos sujeitos e de suas relações nesta narrativa, ilustrado na Figura 1:

Figura 1 – Esquema de personagens e suas relações



Fonte: Elaboração própria.

O romance se passa, quase em seu todo, na Fazenda Água Negra, lugar onde vivem Bibiana, Belonísia e sua família. Não são proprietários dessa terra, mas nela trabalham e é dela que tiram sua provisão alimentar, pois apenas o pouco dinheiro não seria suficiente para comprar todo o necessário à família; dinheiro esse que, aliás, não vem na forma de salário por parte dos donos de Água Negra – esses não oferecem renda aos trabalhadores dali –, mas da venda de massas de buriti e azeite de dendê que produziam e levavam à feira da cidade mais próxima para completar seu sustento. Na Fazenda Água Negra estabelece-se um trabalho não apenas por subsistência, mas também de exploração, pois ali podem morar e produzir seu sustento desde que trabalhem e produzam para os donos da terra que ali mal pisam.

Sob esse primeiro olhar, já é possível estabelecer uma percepção importante acerca dos critérios de ocupação daquele espaço, que estão diretamente atrelados à produção, isto é, a partir

do trabalho no campo, produz-se para o proprietário da terra a fim de que ele lucre e, então, o trabalhador possa permanecer ali. Isso posto, ainda que a permanência nesta terra resulte em precárias condições de vida, os critérios para trabalhar e viver ali são rigorosos, pois apenas com a alta produtividade dos trabalhadores é que os donos da terra concediam espaço de moradia.

Na primeira parte do romance, temos um vislumbre expressivo da lógica de pertencimento desse espaço:

[...] meu pai, convidado por Sutério, havia convidado o irmão de minha mãe para residir em Água Negra. *O gerente queria trazer gente que “trabalhe muito” e “que não tenha medo de trabalho”, nas palavras de meu pai, “para dar seu suor na plantação”. Podia construir casa de barro, nada de alvenaria, nada que demarcasse o tempo de presença das famílias na terra. Podia colocar roça pequena para ter abóbora, feijão, quiabo, nada que desviasse da necessidade de trabalhar para o dono da fazenda, afinal, era para isso que se permitia a morada. Podia trazer mulher e filhos, melhor assim, porque quando eles crescessem substituiriam os mais velhos. Seria gente de estima, conhecida, afilhados do fazendeiro. Dinheiro não tinha, mas tinha comida no prato* (Vieira Junior, 2019, p. 41, grifo nosso).

Percebemos, assim, a configuração das condições gerais para o trabalho estabelecidas na Fazenda Água Negra: (1) exigência de trabalho árduo; (2) impedimento de estabelecer-se fixamente na terra; e (3) lógica de trabalho em troca de alimentação e moradia. Detenhamos o nosso olhar minucioso em cada um desses pontos, que muito têm a expressar.

Em primeiro âmbito, os donos da terra queriam pessoas que seriam capazes de trabalhar até a exaustão pelo afloramento da plantação, de modo que a produtividade era uma exigência para o trabalho e não se aceitava quem não possuísse tal disposição. Por isso, quando novos trabalhadores chegavam à Fazenda, eles eram lotados em uma construção temporária e ali permaneciam “até a aceitação definitiva da morada, dada de acordo com a produtividade e a disposição para o trabalho da nova família” (Vieira Junior, 2019, p. 42). Esse foi o caso de tio Servó, que chegou àquela terra por indicação de seu cunhado, Zeca Chapéu Grande, o qual possuía grande estima em meio aos donos da terra, sendo-lhe dada a confiança para a indicação de novos trabalhadores. Ao mesmo tempo, porém, demonstrar esta produtividade não era necessariamente uma garantia legal pela terra, pois embora se refira a uma aceitação definitiva por parte dos proprietários, a morada continuava a ser temporária e os trabalhadores não poderiam firmar suas raízes naquela terra.

O que tornava Zeca Chapéu Grande reconhecido pelos patrões era sua postura em relação ao trabalho: “era o trabalhador citado como exemplo para os demais, nunca se queixava, independente da demanda que lhe chegava” (Vieira Junior, 2019, p. 53). Essa foi a forma como também se apresentou em Água Negra, à época ainda jovem, como um homem forte e disposto

a trabalhar duro na plantação, por isso foi aceito e, pelo mesmo motivo, talvez cultivasse um sentimento de gratidão pela família Peixoto, que o permitiu ficar na fazenda e manter sua família. O valor atribuído ao trabalhador daquele campo era proporcional à sua produção para os “senhores”.

Entretanto, ainda que tivesse se estabelecido em Água Negra por anos, havia uma limitação quanto ao pertencimento daquele espaço, já que a terra continuava a ser propriedade dos brancos que a herdaram de um passado colonial injusto. Então, resgatamos o segundo ponto elencado: os trabalhadores não deveriam se preocupar em criar raízes naquele lugar que a eles não pertencia, por isso a sugestão de “casas de barro”, que são temporárias e podem desmanchar. Com seus lares temporários, havia ainda a permissão do autossustento pela plantação das famílias trabalhadoras, porém com o limite de que o cuidado com sua produção alimentar própria não afetasse a produtividade em larga escala para o dono, pois o interesse maior dele era o que prevalecia.

Isso acarretava uma insegurança muito grande para eles, pois nada os garantia naquela terra, de modo que precisavam ceder às vontades da família Peixoto, mesmo que isso implicasse oferecer de suas próprias plantações, como pontua-se em um diálogo ouvido por Bibiana ainda criança: “‘Mas a terra é deles. A gente que não dê que nos mandam embora. Cospem e mandam a gente sumir antes de secar o cuspo’ – alguém disse, num sentimento de deboche e indignação” (Vieira Junior, 2019, p. 45). Este trecho denuncia, ainda, uma violência simbólica do medo constante de serem despejados daquela terra de onde tiram seu sustento. Os trabalhadores são coagidos pelo abuso de poder dos proprietários da terra, de maneira que têm receio de se posicionar e, especialmente, vivem em alerta para uma possível expulsão daquele espaço e destituição do que construíram a partir de seu próprio trabalho.

Ainda para Bibiana e Belonísia, que eram filhas de pessoas respeitadas entre os trabalhadores e patrões, essa insegurança quanto à moradia e ao pertencimento era uma questão que amedrontava e uma das inquietações de Bibiana, quando ela está por decidir pela sua partida da fazenda:

Não queria também viver o resto da vida ali, ter a vida de meus pais. Se algo acontecesse a eles, não teríamos direito à casa, nem mesmo à terra onde plantavam sua roça. Não teríamos direito a nada, sairíamos da fazenda carregando nossos poucos pertences. Se não pudéssemos trabalhar, seríamos convidados a deixar Água Negra, terra onde toda uma geração de filhos de trabalhadores havia nascido. Aquele sistema de exploração já estava claro para mim (Vieira Junior, 2019, p. 83).

A personagem percebe uma necessidade de mudar aquela condição, que vem de uma lógica excludente motivada pela posse, considerando para quem são destinados os espaços e

quem está impedido de acessá-los. A fala de Bibiana também reforça a ausência de garantia de direitos dos moradores, pois conquanto tratassem de diferentes gerações de trabalhadores que construíram suas vidas, suas famílias e suas plantações naquela terra, não havia segurança alguma que os respaldasse na sua permanência, caso fosse uma decisão dos proprietários que deixassem Água Negra.

Um diálogo sobre o pertencimento daquela terra também é travado entre Zeca Chapéu Grande e o filho, Zezé, em que este fez um questionamento àquele:

Um dia, meu irmão Zezé perguntou ao nosso pai o que era viver de morada. Por que não éramos também donos daquela terra, se lá havíamos nascido e trabalhado desde sempre. Por que a família Peixoto, que não morava na fazenda, era dita dona. Por que não fazíamos daquela terra nossa, já que dela vivíamos, plantávamos as sementes, colhíamos o pão. Se dali retirávamos nosso sustento (Vieira Junior, 2019, p. 185).

A lógica de possuir a terra percebida por Zezé era a de afeto, proximidade e cuidado, algo que, como se ressalta, a família Peixoto não possuía. Se para esta a Fazenda Água Negra oferecia comércio e lucro, para as famílias de trabalhadores dali era o autossustento, o trabalho e a vida que ela podia oferecer. Em *Colonização, quilombos: modos e significações*, o líder quilombola Antônio Bispo dos Santos (2015, p. 48), também conhecido por Nêgo Bispo, ao se referir aos quilombos e comunidades indígenas, ressalta que “para essas comunidades contra colonizadoras, a terra era (e continua sendo) de uso comum e o que nela se produzia era utilizado em benefício de todas as pessoas, de acordo com as necessidades de cada um”. É esse olhar que as comunidades quilombolas possuem, o da coletividade, que difere do olhar colonizador de exploração, o qual se relaciona à posse. A noção de posse territorial, porém, é uma marca da lógica do sistema do capital – um sistema também colonialista (Ferreira, 2014) – e a destituição do direito à propriedade é uma forma de exclusão desse sistema (Oliveira, 2006), como sofre a família de Zezé e várias outras dos trabalhadores da fazenda.

A resposta do pai a seu filho, por sua vez, é incisiva:

“Pedir morada é quando você não sabe para onde ir, porque não tem trabalho de onde vem. Não tem de onde tirar o sustento”, apertou os olhos, olhando para a cova diante de seus pés, “aí você pergunta para quem tem e quem precisa de gente para trabalho: ‘Moço, o senhor me dá morada?’.” De pronto, seu olho se ergueu para meu irmão: “Trabalhe mais e pense menos. Seu olho não deve crescer para o que não é seu”. Apoiou a enxada em pé no solo, segurando a ponta do seu cabo com um dos braços. “O documento da terra não vai lhe dar mais milho, nem feijão. Não vai botar comida na nossa mesa.” Retirou papel e fumo do bolso e começou a fazer um cigarro. “Está vendo este mundão de terra aí? O olho cresce. O homem quer mais. Mas suas mãos não dão conta de trabalhar ela toda, dão? Você sozinho consegue trabalhar essa tarefa que a gente trabalha. Esta terra que cresce mato, que cresce caatinga, o buriti, o dendê, não é nada sem trabalho. Não vale nada. Podê valer até para essa gente que não trabalha. Que não sabe abrir uma cova, que não sabe semear e colher. Mas para gente

como a gente a terra só tem valor se tem trabalho. Sem ele a terra é nada.” (Vieira Junior, 2019, p. 185-186).<sup>14</sup>

O grande valor atribuído ao trabalho é, mais uma vez, evocado para justificar esse funcionamento de Água Negra. Para Zeca Chapéu Grande, não era a questão da posse da terra que mudaria a sua condição de vida, pois era o trabalho que, na verdade, os daria de comer, e ser ou não dono daquela terra não mudaria este fato. Essa é uma característica da percepção da geração mais antiga de trabalhadores da fazenda, que apresentam maior resistência aos discursos de libertação e luta de Severo. A relação desses com aquela terra era de cuidado e afeto, pois era ela a permitir que vivessem ali, ao passo que outros passaram a reconhecer nela um direito a se reivindicar.

O patriarca também ressalta que, para eles, não é o documento da terra que deve importar, mas sim seu usufruto. Essa é uma outra percepção ressaltada por Bispo dos Santos (2015, p. 81, grifo nosso):

*Nessa região o uso da terra era demarcado pelas práticas e cultivos. Isso era tão forte entre nós que, apesar das pessoas mais velhas possuírem alguns documentos de propriedade, esses só tinham valor para o Estado. Para nós o que valia era os perímetros que chamávamos de extrema, demarcados pela nossa capacidade de cultivar e de compartilhar. Tanto é que a nossa roça era emendada com tantas outras roças que a chamávamos de roça de todo mundo.*

O documento da terra é uma mera formalidade estatal que para esta população não tem valor em si, pois não interessa o documento próprio, senão o que ele representa: a possibilidade de cultivo livre, de manifestação da cultura e agricultura quilombola. Entretanto, a falta de um documento como este é também o que impedia os trabalhadores de Água Negra de realmente pertencerem àquele local, pois destituía-os de qualquer garantia legal sobre aquele espaço. Este contexto de falta de demarcação de terras é algo massivo na realidade brasileira contemporânea, como exposto no Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o qual aponta que “[...] as pessoas localizadas em Territórios Quilombolas oficialmente delimitados representam 12,61% da população quilombola, de modo que 1.162.417 (87,39%) pessoas quilombolas encontram-se fora de áreas formalmente delimitadas e reconhecidas” (IBGE, 2024, p. 91).

O impedimento de uma moradia fixa para os trabalhadores de Fazenda Água Negra – e para a população brasileira contemporânea que eles representam – é inconstitucional. O direito a terra é o primeiro a destacarmos como não respeitado nesse meio social, que deveria ser

---

<sup>14</sup>O uso de aspas, tanto duplas quanto simples, são do próprio trecho do romance em toda a citação, sendo uma reprodução integral deste trecho.

garantido pelo Estado<sup>15</sup> às comunidades quilombolas a partir do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT/1988)<sup>16</sup> da Constituição Federal de 1988 (CF/1988). Evidenciamos, com isso, um dos pontos de desamparo estatal que potencializa a circunstância da exclusão para aquela população, pois ele não cumpre o papel de demarcação daquelas terras de que tinham o direito de possuírem ou ao menos de se estabelecerem. Precisamos ter em consideração, no entanto, que antes do ADCT/1988, não havia previsão de reconhecimento ou garantia de direitos territoriais à comunidade quilombola no Brasil, bem como a regulamentação propriamente dita dos procedimentos de reconhecimento e demarcação de territórios aconteceu somente anos depois da promulgação da CF/1988<sup>17</sup>. Dessa forma, é possível cobrar efetivamente, diante de uma exigência constitucional, a atuação do Estado neste âmbito na Fazenda Água Negra apenas se considerarmos que o romance se passa no ano ou a posteriori da promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988.

*Torto arado* não possui uma marcação temporal explicitamente definida, isto é, não há passagem no romance que demarque, com precisão, a época em que toda a narrativa se passa. Pelas referências ao passado do Brasil quanto ao processo e ao fim da escravidão, é plausível inferir que as personagens vivem em meados do século XX, especialmente ao se destacar que Zeca Chapéu Grande “havia nascido quase trinta anos após declararem os negros escravos livres” (Vieira Junior, 2019, p. 164) e acompanhamos sua vida até a velhice, já com duas filhas adultas. O romance também inicia com as irmãs na infância – Bibiana com “pouco mais de sete anos” e Belonísia “era mais nova um ano” (Vieira Junior, 2019, p. 13) –, que na época do acidente são levadas à cidade por meio de um Ford Rural, cujo início de produção no Brasil é datado de 1958 (Bitu, 2024). Também acompanhamos o crescimento delas até a fase adulta, em que Bibiana já tem quatro filhos, sendo que o romance finaliza com o mais velho deles, Inácio, mudando-se para a cidade para se preparar para os exames da universidade.

Além disso, numa passagem do romance já narrada por Santa Rita Pescadeira, a terceira e última parte da obra, ela faz comparações entre os contextos que presenciou antigamente – o processo de escravização – e os daquele momento, ressaltando que: “Agora falam em direito

<sup>15</sup>“Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Brasil, 1988).

<sup>16</sup>O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias integra a Constituição Federal do Brasil de 1988 com o objetivo de estabelecer normas temporárias ou de transição da ordem jurídica anterior (na forma da Constituição Federal de 1967) para a nova Carta Magna, que vigora até os dias de hoje. Sua aplicação, portanto, atua como um amparo para a aplicação progressiva da nova ordem democrática e, apesar de não ter caráter permanente, ela possui força constitucional até que sua vigência seja revogada.

<sup>17</sup>A regulamentação do “procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias” (Brasil, 2003) foi definida no Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, ou seja, apenas 15 anos após a publicação do disposto no ADCT/1988.

dos pretos, dos descendentes de escravos que viveram errantes de um lugar para outro. Falam muito sobre isso. *Que agora tem lei. Tem formas de garantir a terra. De não viverem à mercê de dono, correndo daqui pra acolá, como no passado*” (Vieira Junior, 2019, p. 212, grifo nosso). Considerando o art. 68 do ADCT/1988 como sendo a primeira lei de garantia de terras para comunidades quilombolas, podemos inferir que a parte final da obra já se dá em um contexto de promulgação da Constituição Federal Brasileira, contudo grande parte do romance se passa anteriormente a esse marco temporal, de modo que o direito a terras quilombolas ainda não tinha força enquanto uma garantia legal a ser administrada pelo ente estatal. Diante dessas pequenas marcações narrativas, é possível inferir que a narrativa se desenvolve ao final do século XX, com início em meados da década de 1960 e desfecho por volta da década de 1990.

Mesmo assim, a imprecisão temporal da obra também implica no fato de que esta ganha poder atemporal, ou seja, representa não apenas um recorte de tempo específico, mas uma continuidade de descaso que se prolonga na história brasileira até a atualidade, de maneira que possível olhá-la sob ótica tanto anterior quanto posterior à atualização da Constituição. É esta a intenção do autor ao não realizar marcações de tempo tão explícitas, pois, como ele mesmo explicita em entrevista realizada no programa Roda Viva (Vieira Junior, 2021d), “é um livro que fala de permanência”, isto é, de uma continuidade de situações que ocorrem ainda no Brasil da mesma forma como ocorrem em *Água Negra*.

Inclusive, embora a previsão legal tenha sua concepção em caráter transitório, ela segue em vigor na CF/1988, e a necessidade de sua permanência chama a atenção, pois não representa senão que sua proposta ainda não se deu por completo no território nacional. Tanto é assim que, conforme divulgado pela Agência Senado (Pimenta, 2025) com base em dados do INCRA, desde 2004 até 2025 foram expedidos “180 títulos em benefício de 142 comunidades quilombolas, em 58 territórios. Atualmente, há 1.937 processos de regularização fundiária quilombola em tramitação”, mas este número é pequeno considerando as mais de 7 mil comunidades existentes no Brasil.

Sob o olhar contemporâneo, a ausência do Estado é ressaltada na obra pelo direito já constitucionalizado, mas não efetivado plenamente, porém mesmo que parte da narrativa se passe anteriormente à publicação do art. 68 do ADCT/1988 e não houvesse a coerção legal à época, a carência de amparo estatal àquela população não deixa de ser um dado relevante para avaliar o cenário excludente que se estabelece. Nesse caso, a própria ausência de reconhecimento da identidade e da necessidade de amparo das comunidades quilombolas e de previsão legal de garantia de suas terras é um dado desse óbice.

Por fim, voltamos para o terceiro critério de manutenção da permanência naquele espaço: o dinheiro não deveria ser um desejo para aqueles dispostos a trabalhar ali. Fornecer uma fonte de renda para o trabalho com a terra não estava nos planos do patrão, de maneira que era o trabalho análogo à escravidão e por subsistência que estava sendo oferecido, ou seja, uma troca – exploratória, desproporcional e injusta – de trabalho árduo e não remunerado por moradia temporária e possibilidades mínimas de agricultura para o seu próprio sustento alimentar.

Essa foi a alternativa dada a grande parte da população negra após abolição da escravidão, em 1888, como possibilidade de sobrevivência. A conhecida Lei Áurea, com a premissa de suposta libertação, apenas condenou as pessoas escravizadas à época ao desamparo, pois não foram pensadas em conjunto políticas que pudessem, além de promover o fim do regime escravocrata, combater a marginalização do povo negro e propiciar apoio no processo de inserção no meio social. Pelo contrário, as preocupações sempre foram voltadas ao amparo dos brancos, descendentes de europeus e exploradores, de modo que a preocupação maior era com os interesses desses, manifestando o pacto narcísico<sup>18</sup>, já que eram eles que detinham o poder e podiam, com isso, preservar seus próprios benefícios (Bento, 2022).

Esse processo de desamparo das pessoas negras escravizadas após a abolição é igualmente ressaltado em *Torto arado*:

Quando deram a liberdade aos negros, nosso abandono continuou. O povo vagou de terra em terra pedindo abrigo, passando fome, se sujeitando a trabalhar por nada. Se sujeitando a trabalhar por morada. A mesma escravidão de antes, fantasiada de liberdade. Mas que liberdade? Não podíamos construir casa de alvenaria, não podíamos botar a roça que queríamos. Levavam o que podiam do nosso trabalho. Trabalhávamos de domingo a domingo sem receber um centavo (Vieira Junior, 2019, p. 220).

É proeminente na narrativa a exploração da mão de obra de pessoas negras sem condições ou oportunidades de buscarem algo melhor do que aquele espaço estava programado a oferecer. Os impedimentos de se estabelecer fixamente naquele território somam-se à falta de remuneração para custear as necessidades básicas, o que se configura como mais uma forma de ser excluído do meio, já que em um sistema organizado sob a lógica do capital, possuí-lo ou não determina a posição social (Oliveira, 2006).

---

<sup>18</sup>Bento (2022, p. 25), em *O pacto da branquitude*, define o pacto narcísico como um acordo implícito entre a branquitude, em que “[...] as novas gerações podem ser beneficiárias de tudo que foi acumulado, mas têm que se comprometer ‘tacitamente’ a aumentar o legado e transmitir para as gerações seguintes, fortalecendo seu grupo no lugar de privilégio, que é transmitido como se fosse exclusivamente mérito. E no mesmo processo excluir os outros grupos ‘não iguais’ ou não suficientemente meritosos”. Nesse sentido, é um mecanismo de manutenção de privilégios das e pelas pessoas brancas, pactuado silenciosamente.

Essa percepção é reforçada por Nayyar (2012), em seu ensaio “Trabalho, subsistência e direitos”, no qual faz um panorama das implicações de mudanças econômicas e políticas do final do século XX, considerando a crescente globalização e os impactos do capitalismo na vida e no trabalho da população mundial. Ele afirma que a lógica de mercado é pensada para que haja a integração de alguns em detrimento da marginalização de outros, de modo que aqueles usufruem das vantagens do crescimento econômico, ao passo que estes sofrem as consequências negativas dele. De acordo com o economista,

Os mercados excluem pessoas como consumidoras ou compradoras se elas não têm renda, ou renda suficiente que possa se traduzir por poder de compra. Tais pessoas são excluídas do consumo de bens e serviços vendidos no mercado. Essa exclusão é atribuída à falta de intitulação. Mas as pessoas também podem ser excluídas do consumo de bens e serviços públicos quando vivem em lugares como favelas urbanas ou assentamentos rurais, onde não há serviços de água potável, esgoto, estradas, eletricidade, nem mesmo iluminação nas ruas. Assim é a localização dos pobres (e não a sua renda) que lhes nega o acesso a serviços públicos que em outros lugares podem ser (quase) grátis (Nayyar, 2012, p. 219).

Sob essa perspectiva, não possuir poder de compra é um impedimento para acessar determinados espaços, serviços e bens que só podem ser adquiridos pelo capital, dentro da lógica do mercado. A população de Água Negra não está completamente ausente de qualquer fonte de renda, uma vez que conseguem comercializar alguns produtos da terra que cultivam numa cidade próxima, contudo isso ocorre de forma muito restrita e ainda os exige um esforço de trabalho muito maior, considerando que precisam conciliar essa atividade com a produção para o patrão e para alimentar as próprias famílias. Dessa forma, também seu poder de compra é limitado.

Por outro lado, poder-se-ia considerar que, conquanto a falta de capital pessoal resulte na inacessibilidade aos bens e serviços do mercado, ainda haveria os bens e serviços públicos, de acesso geral, que independem da renda individual. Entretanto, como Nayyar (2012) destaca, estes têm o acesso limitado por um outro critério: o da localização geográfica. Nesse caso, a inacessibilidade de direitos que deveriam ser garantidos pelo ente estatal se dá pelo espaço em que se está localizado, já que os serviços públicos não atendem a essa parcela da população ou, muitas vezes, o fazem precariamente. Diante disso, a exclusão se configura de uma outra forma.

Para o caso de Água Negra, deve-se considerar que o espaço do campo é ainda mais deixado de lado na garantia de direitos, de maneira que a população rural, em ampla medida, não possui mecanismos para acompanhar os avanços da modernização e as implicações das concepções altamente mercadológicas no meio, assim sua cidadania é igualmente – se não ainda mais – afetada (Santos, 2011). Nesse sentido, a acessibilidade a recursos de educação, saúde e saneamento, por exemplo, é prejudicada com a justificativa de que seu isolamento espacial

impede uma satisfatória atuação do Estado para a garantia de direitos. A ideia de Santos (2011) complementa a fala supracitada de Nayyar (2012), com ambos ressaltando a marginalização enfrentada pela população rural que carece de amparo estatal, como se percebe por meio da falta de acesso a direitos básicos e da pouca mobilização para que esses sejam efetivados. Em *Torto arado*, podemos dar destaque para a insegurança alimentar advinda de crises ambientais e as dificuldades de acesso aos sistemas de saúde e de ensino, principalmente.

Em primeiro âmbito, estando em condição de subsistência, o sustento alimentar das famílias em Água Negra dependia quase integralmente do que era produzido na terra. Por isso, quando as condições de plantação e cultivo não estavam favoráveis, as preocupações com a alimentação cresciam muito, como ocorre em um período do romance de grande seca que assola o local:

Foi um tempo difícil. Meu pai se referia àquele período como a pior seca desde 1932. Aquele também foi o último ano que vi uma plantação extensa de arroz naquelas terras. O arroz, dependente de água, foi o primeiro a secar com a estiagem. Depois secaram a cana, as vagens de feijão, os umbuzeiros, os pés de tomates, quiabo e abóbora. Havia uma reserva de grãos guardada em casa e no galpão da fazenda. Com a seca, veio o medo de que nos mandassem embora por falta de trabalho. Depois, veio o medo mais imediato da fome (Vieira Junior, 2019, p. 67).

Nesse viés, a população se vê refém de uma condição ambiental que não pode ser contornada sem que haja suporte e proteção de agentes do Estado com possibilidade de diminuir os impactos da estiagem naquela terra. A falta de cultivo impacta em dobro a vida dos trabalhadores, pois é acompanhada do temor de serem expulsos daquele espaço onde o volume de trabalho com a plantação diminuiu – e a moeda de troca para a permissão de moradia era, como já ressaltado, o trabalho, isto é, sem este ser possível não há necessidade de que os proprietários mantenham seu serviço por perto. Esse medo, porém, não é a maior preocupação quando as consequências da seca ganham contornos mais urgentes: a fome. Sem a possibilidade de produzir o próprio alimento, a principal saída seria adquiri-lo na cidade mais próxima, mas a compra era também inviabilizada pela quase inexistente remuneração do povo de Água Negra, o que intensificava a insegurança alimentar, visto que não podiam adquirir suprimentos nem pelo cultivo, nem pelo poder de compra.

O resultado desse faltoso suporte não demorou para se manifestar, como Bibiana apresenta:

As crianças eram as que mais padeciam: paravam de crescer, ficavam frágeis e por qualquer coisa caíam doentes. Perdi a conta de quantas não resistiram à má alimentação e seguiram sem vida, em cortejo, para o cemitério da Viração. A morte apeava nas casas dos nossos vizinhos e, mesmo com todo esforço de Zeca Chapéu

Grande para restituir a saúde e o vigor às crianças doentes, muitas não resistiam (Vieira Junior, 2019, p. 69).

Posto isso, um problema que tem início na insegurança alimentar, devido ao abandono que os trabalhadores sofrem, também intensifica a inaplicabilidade de outro direito: o de saúde. O início do romance já nos alerta como o sistema público de saúde é de difícil acesso, a partir do acidente com a faca de Donana na infância das duas irmãs. Ao encontrar ambas chorando em desespero, com as línguas feridas, a mobilização para levá-las ao hospital (distante de Água Negra) se inicia. O gerente da fazenda, Sutério, se disponibiliza a fornecer o transporte com o carro da propriedade, o Ford Rural, o qual possui seu uso limitado a ele próprio para os serviços de sua função ou à família Peixoto quando estavam no local, ou seja, a possibilidade de mobilidade em longas distâncias era quase exclusiva para aqueles com poder e para o propósito e interesse próprios dos proprietários da terra.

O deslocamento traz consigo um vislumbre de divergências, como o choque ressaltado por Bibiana no grande contraste racial: “Foi o primeiro lugar em que vi mais gente branca que preta. E vi como as pessoas nos olhavam com curiosidade, mas sem se aproximar” (Vieira Junior, 2019, p. 18-19). A mudança de espaço implica também na modificação do tipo de pessoa que o frequenta, ilustrado no caso do romance como a presença maior de pessoas brancas em um meio mais urbanizado e com acesso aos recursos de saúde, ao passo que as pessoas negras ocupam majoritariamente o lugar de trabalhadoras em Água Negra, sendo raro que presenciem espaços como o hospital daquela cidade, algo evidenciado pelos olhares curiosos das pessoas direcionados a eles.

Outro ponto de contraste desse deslocamento é ressaltado no receio de julgamentos a Zeca Chapéu Grande por seu papel de curandeiro, baseado em seus conhecimentos das coisas da terra e das tradições de jarê<sup>19</sup>. Ao levar as filhas à cidade, carrega consigo ervas para rezas e encantos pelas crianças, para que pudessem ser ajudadas. Porém, ao chegarem ao hospital, “as folhas estavam guardadas nos bolsos de sua calça, talvez por vergonha de o apontarem com desdém como feiticeiro dentro daquele lugar que ele não conhecia” (Vieira Junior, 2019, p. 18). O personagem reconhece, então, que o ambiente e as pessoas nele podem não ser receptivos a seus costumes e crenças, por isso não os manifesta nesse espaço desconhecido e pouco convidativo.

---

<sup>19</sup>Era o Velho Nagô, entidade espiritual, quem dominava os conhecimentos medicinais e assumia posição no corpo de Zeca Chapéu Grande para atender à comunidade: “Mas não era meu pai quem estava ali, constrangido, envergonhado de estar com uma mulher em uma delicada posição [...]. Era um encantado, o Velho Nagô, antigo conhecido do povo de Água Negra. Era o senhor do corpo e do espírito de meu pai, das bênçãos e curas que chegavam aos necessitados e à terra” (Vieira Junior, 2019, p. 57).

No entanto, são esses costumes e crenças que amparam os moradores de Água Negra a maior parte do tempo nos casos de enfermidade, mal-estar e gravidez. O povo não tinha condições de fazer o trajeto até a cidade sempre que precisassem de assistência médica ou de remédios industrializados, de modo que eram as rezas e plantas que supriam a falta de um sistema de saúde acessível. Desse modo, a casa de Zeca Chapéu Grande e de Salustiana tinha suas portas abertas para receber quem precisasse dos conhecimentos e cuidados naturais do curandeiro e da parteira<sup>20</sup>. Essa era uma medida que, entretanto, ainda mantinha a população local refém de avarias que não se contornavam com simplicidade. Uma grande preocupação, por exemplo, era em relação aos natimortos, que não eram incomuns e que a própria Salu experienciou mais de uma vez:

Salu disse que eu era a filha mais velha, a primeira de quatro filhos vivos e de outros tantos que nasceram mortos. Belonísia veio pouco tempo depois, enquanto minha mãe ainda me amamentava, contrariando a crença de que quem amamenta não engravida. Entre nós duas, diferente dos intervalos entre os outros filhos, não houve natimortos. Dois anos depois que nasceram dois filhos mortos veio Zezé e, por último, Domingas. Entre eles, mais duas crianças que não vingaram (Vieira Junior, 2019, p. 21).

Os recursos de assistência à saúde do sistema público não são definitivos em sua eficácia, porém poderiam ser eficientes em prevenir feridas definitivas e mortes contornáveis se estivessem ao alcance daquela população. Nesse sentido, a saúde pública é um espaço negado, de modo que não há um atendimento hábil e especializado para o apoio no parto e em outras condições, como acidentes e adoecimentos. São os conhecimentos informais e materiais improvisados, além da fé e das rezas de jarê que zelam pela vida dos trabalhadores de Água Negra.

Em relação ao saneamento, cabe, ainda, um breve destaque, já que algumas necessidades básicas são estruturalmente dificultadas. Em algumas passagens do romance ressalta-se que o banho era feito no rio mais próximo, assim como a água era buscada em balde. Ao mesmo tempo, as necessidades fisiológicas não poderiam ser realizadas em banheiro próprio, pois não havia suporte para isso naquele espaço, algo que soma à indignação de Estela quanto à fazenda e sua população:

[...] agradeceu por tudo, mas ficou claro que sentia nojo. Das casas em condições ruins, das roupas, da precariedade de não se ter água encanada. Numa das vezes, teve dor de barriga e sentiu horror ao descobrir que não havia banheiro em nenhuma das

---

<sup>20</sup>“O jarê tem uma forte ligação com atividades de cura, seja ela de ordem física ou espiritual. Mesmo tendo sido formado principalmente por mulheres em seu surgimento, como o próprio Candomblé, a autoridade máxima desses cultos é, em maior número, composta por homens, que são denominados pais-de-santo ou curadores. A maioria desses líderes é composta por agricultores que têm seus destinos traçados pelas próprias divindades, porque a função de tornar-se um curador é imposta pelos caboclos a um escolhido” (Paulino, 2023, p. 48-49).

casas, nem na escola. Depois de resistir, quando seu rosto foi mudando de cor, do corado de sol para o pálido, teve que se aliviar no mato (Vieira Junior, 2019, p. 211).

Neste trecho, para além do desprezo direcionado à população de trabalhadores, é evidente o descaso generalizado para com suas condições precárias de vida. A proprietária da terra reconhecia esse contexto como insalubre para si, mas nada foi feito após esse reconhecimento para que o povo tivesse melhorias quanto a isso.

A circunstância, também resultada da exclusão de acesso a necessidades básicas como o saneamento, reflete uma realidade de precarização da vida da população quilombola no Brasil. No último Censo, “90,02% dos moradores quilombolas em domicílios particulares permanentes conviviam com alguma forma de precariedade, seja em relação ao abastecimento de água, à destinação do esgoto ou à coleta de lixo, nos Territórios Quilombolas oficialmente delimitados” (IBGE, 2025, p. 7). Desse quantitativo total, “24,77% dos moradores quilombolas não tinham banheiro de uso exclusivo do domicílio. 12,99% dos moradores tinham ‘apenas sanitário ou buraco para dejeções, inclusive os localizados no terreno’. 6,24% dos moradores ‘não tinham banheiro ou sanitário’” (IBGE, 2025, p. 7).

A dificuldade de consolidação do direito à educação é outra circunstância atrelada àquele espaço excludente. A primeira mobilização do prefeito da região para fazer-lhes chegar o estudo foi motivada por temor e dívida, já que seu filho foi levado aos cuidados de Zeca e este não cobrou dinheiro do político, mas pediu que fosse levado um professor para ensinar às crianças de Água Negra, pois não havia qualquer possibilidade de ensino formal para eles àquele tempo. Inicialmente, o homem queria uma opção que exigisse menos mobilização e esforço da prefeitura, sugerindo que Salu, que já era alfabetizada, atuasse na educação das crianças. Ela se nega, apesar de saber ler, porque não tinha conhecimentos de matemática e desejava – tal como Zeca – que as crianças pudessem usufruir o máximo possível do estudo formal, assim talvez conseguissem maiores oportunidades na vida. O pedido, então, foi cumprido, de modo que passou a ir “uma professora no carro da prefeitura, três dias da semana, para dar três horas de aula na casa de dona Firmina” (Vieira Junior, 2019, p. 65).

Essa conquista foi incipiente e logo foi cobrada maior mobilização do prefeito por parte de Santa Bárbara, encantada recebida por Zeca em uma festa de jarê<sup>21</sup> a qual cobrou da

---

<sup>21</sup>Em sua tese, Vieira Junior (2017b, p. 104) destaca que entendeu, de início, que o jarê “assemelhava-se apenas a uma crença. Depois passou a abranger o local onde ocorriam as práticas, até que seu conceito se ampliou para acolher as festas e rituais próprios ao seu calendário litúrgico. Em Iuna é recorrente descrever-se o jarê como *brincadeira*, principalmente pelo caráter festivo de seus rituais públicos e afluência às festas”.

prefeitura uma promessa antiga: a construção de uma escola no território da fazenda<sup>22</sup>. Diante da pressão, o prefeito negocia com a família Peixoto e a obra é autorizada, com destaque para o fato de que certamente havia algum interesse por trás dessa concessão por parte dos proprietários da terra. Na inauguração da escola, “o prédio recebeu o nome de Antônio Peixoto, pai dos Peixoto. Homem que, diziam, foi proprietário da fazenda, mas nunca havia posto os pés ali” (Vieira Junior, 2019, p. 95). Em contrapartida, nenhuma homenagem foi feita a Zeca Chapéu Grande, que sempre se doou por aquela terra e cujas reivindicações foram fundamentais para que a educação chegasse de fato à Água Negra.

A escolha desse nome para o espaço escolar também é dotada de grande significado repressivo: a escola não representa uma pessoa de relevância para a população trabalhadora, a qual receberá o ensino formal oferecido ali, mas sim recebe o título de um dos patrões, exploradores de sua mão de obra. Essa é uma forma de fazer com que as crianças não se sintam pertencentes àquele espaço antes mesmo de frequentá-lo, pois a impressão passada pelo nome é a de que será mais um ambiente de exclusão. Ainda que se trate de um local destinado à sua formação, há um reforço de que não é aquela população que geralmente ocupa as cadeiras de uma escola.

Em uma associação, resgatamos Bispo dos Santos (2023) que, em *A terra dá, a terra quer*, aponta os processos de apagamento das identidades e de renomeação como processos da colonização. O autor indica que “o processo de denominação é uma tentativa de apagamento de uma memória para que outra possa ser composta” (Bispo dos Santos, 2023, p. 12). Nesse viés, entendemos a nomeação da escola como uma forma de apagar a participação do povo trabalhador – do qual um grupo de moradores atuaram de forma direta na construção do prédio da escola – e especialmente a de Zeca Chapéu Grande, cujas reivindicações potencializadas pela intervenção da Santa Bárbara foram responsáveis pela mobilização da prefeitura. Isso potencializa a repressão do pertencimento, ressaltando que quem detém poder sobre a educação são os brancos e proprietários da terra.

Diante deste contexto, a educação para a população da fazenda foi negligenciada por anos e, ainda que houvesse promessas por representantes políticos e pedidos dos moradores, pouca mobilização era feita em prol de fazê-la chegar ao alcance dos trabalhadores e de suas

---

<sup>22</sup> “[...] a presença da Santa intimidou a figura política, que agraciado pela cura de um de seus filhos, temeu que a encantada reivindicasse a graça alcançada. O jarê, por esse ângulo, consegue proteger e fortificar a população de Água Negra, assim como esses mesmos encantados fizeram no passado com a população escravizada. Infere-se, portanto, que há uma espiralidade na força do jarê, uma resistência que transpassa gerações e que visa ao bem-estar daqueles que necessitam. Como relatado anteriormente, há uma força na encruzilhada que se recusa a curvar-se para as derrotas. A encruzilhada é força anticolonial” (Paulino, 2023, p. 56).

famílias. Tal limitação de acesso ao conhecimento formal é mais uma forma de exclusão social, considerando que a educação pode possibilitar, muitas vezes, a inserção e permanência no meio e no mercado:

A capacitação, adquirida por intermédio da educação, do treinamento ou da experiência, difere dos dons inatos. Mas a capacitação pode também ser desigualmente distribuída. E é a capacitação que pode, por sua vez, prover a renda sob a forma de salários. Assim, as pessoas sem capacitação, os pobres que não conseguem encontrar emprego, são excluídos (Nayyar, 2012, p. 219).

Diante disso, a falta de capacitação especializada para os trabalhadores explorados em Água Negra era de maior interesse para os proprietários da terra, pois mantê-los sem educação formal limitava as possibilidades de ascensão social por meio de emprego regularizado e renda salarial. A desigualdade de distribuição de acesso ao sistema de ensino é uma maneira de privação da expectativa de melhores oportunidades, de modo que não resta à população nenhuma circunstância senão a exclusão.

Esse contexto é também um reflexo da educação escolar das populações quilombolas do Brasil contemporâneo, que ainda é deficitária, embora as gerações mais jovens já possuam melhores oportunidades educacionais. O Censo Demográfico de 2022 apresenta um comparativo entre a taxa de analfabetismo da população brasileira geral e a da população quilombola, por faixa de idade. Conforme o IBGE (2024), entre os 15 e 29 anos, a diferença de analfabetismo entre a população brasileira geral e a quilombola é menor do que 3%, em contraposição aos 33,68% de diferença para os pertencentes ao grupo de 65 anos ou mais, ou seja, os quilombolas mais jovens possuem, hoje, maior acesso à alfabetização, relativamente proporcional à população brasileira em geral, ao passo que os mais antigos não tiveram a mesma oportunidade de formação.

Destacamos que mesmo quando o ensino formal é levado ao alcance de Água Negra, ele chega de maneira extremamente engessada e sem considerar os contextos sociais, culturais e espaciais que atravessam aquela população. Ao invés de ser uma educação libertadora, que se preocupa com a formação crítica e que leva em consideração os saberes locais, as aulas eram desinteressantes e não atraíam as crianças:

Não me interessava por suas aulas em que contava a história do Brasil, em que falava da mistura entre índios, negros e brancos, de como éramos felizes, de como nosso país era abençoado. Não aprendi uma linha do Hino Nacional, não me serviria, porque eu mesma não posso cantar. Muitas crianças também não aprenderam, pude perceber, estavam com a cabeça na comida ou na diversão que estavam perdendo na beira do rio, para ouvir aquelas histórias fantasiosas e enfadonhas sobre os heróis bandeirantes, depois os militares, as heranças dos portugueses e outros assuntos que não nos diziam muita coisa (Vieira Junior, 2019, p. 97).

Esta forma engessada de educação que chega a Água Negra não é uma casualidade. É do interesse daqueles que detêm o poder que o processo de aprendizagem daquela população não leve a uma tomada de consciência, a um conhecimento histórico crítico, nem à capacitação profissional. Mesmo com a educação formal sendo levada ao alcance do território da fazenda, a exclusão ainda age sobre como ela chega e por quê. A intenção é mais de alienação dos trabalhadores do que de formação, a partir de um discurso que valoriza o processo de colonização – por termos como “país abençoado”, “heróis bandeirantes”, “heranças dos portugueses”. Isso porque o processo de conscientização levaria à autoafirmação destes sujeitos, o que não é de interesse dos grupos dominantes já que poderia afetar a manutenção do seu poder (Freire, 2020).

Nesse sentido, a escola da fazenda apresenta-se como um espaço que, ao invés de combater a exclusão, tenta fazer-se inclusivo. Em um pensamento simplista, se a falta de acesso a meios formais de educação é uma materialização da exclusão naquele espaço, a mera construção de uma escola acessível àquele povo seria o suficiente para que fossem incluídos na rede de ensino. No entanto, como já vimos em Oliveira (2006), se temos a inclusão como par de oposição imediato da exclusão, aquela não faz nada além de levar alguns para dentro de um sistema estruturado, o qual continuará sendo excludente, como forma de mascarar um problema a partir de uma solução momentânea e superficial. Assim, não se combate a estrutura social e seguimos tendo o problema da exclusão como parte da sociedade, que afeta uma parcela específica dela.

Para Freire (2020), em *Pedagogia do oprimido*, é uma atitude típica dos opressores a falsa generosidade para se fazer amenizar seu poder opressor diante dos oprimidos. Em *Torto arado*, ela se materializa justamente na construção da escola, na ilusão do acesso à formação que só é promovido após a insistência do povo e especialmente pelo temor do prefeito frente à cobrança da encantada Santa Bárbara. Entretanto, essa falsa generosidade nada mais é do que uma maneira de camuflar a rede estruturante de desigualdades, para que se garanta a sua continuidade:

Os opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que a sua “generosidade” continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça. A “ordem” social injusta é a fonte geradora, permanente, desta “generosidade” que se nutre da morte, do desalento e da miséria (Freire, 2020, p. 41-42).

É por este motivo que o autor destaca que apenas os oprimidos têm o poder de combater e superar esta realidade do mundo. Os opressores, enquanto tal, não poderiam usar o mesmo poder que explora e violenta para, ao mesmo tempo, negar tais explorações e violências e

libertarem a si mesmos e aos oprimidos. Apenas estes, vítimas centrais do processo de desumanização, são levados – por este mesmo processo – a resistir a ele. Com essa postura, alcança-se a libertação não quando os oprimidos passam a ser os novos opressores, mas quando eles restabelecem a humanidade tanto em um quanto em outro (Freire, 2020).

Contudo, o que vemos ainda é uma opressão vinda de um grupo dominante, que determina como a sociedade se estabelece, além do tipo de educação que a alcança. Essa é a característica de uma prática pedagógica hegemônica, a qual leva em consideração apenas o pensamento e as ideias dominantes – que são, também, excludentes, subalternizantes, colonizadoras e desumanizantes (Arroyo, 2012; Freire, 2020). É este o ensino formal que chega a Água Negra, com práticas pedagógicas hegemônicas que são pensadas para, intencionalmente, ignorar os saberes e culturas locais:

Qual a intenção dessas ignorâncias? Perpetuar uma das funções da autoidentidade das teorias pedagógicas hegemônicas: ignorar os saberes, valores, culturas, modos de pensar e de se afirmar e humanizar dos povos colonizados, dos trabalhadores para, reafirmando sua inferiorização, afirmar a função da pedagogia de trazê-los para a cultura e o conhecimento legítimos, para a civilização e a maioria. Reconhecer que esses povos têm Outras Pedagogias produtoras de saberes, de modos de pensar, de se libertar e humanizar desestabilizaria a própria autoidentidade da pedagogia hegemônica (Arroyo, 2012, p. 30).

Sob as lentes hegemônicas da educação, a pedagogia da dominação e subalternização<sup>23</sup> é imperante e atua com a falsa ideia de civilizar os dominados e subalternizados num processo de apagamento de seus próprios saberes, como uma forma de apagar também suas identidades. A escola da fazenda está alinhada a esse processo e, por esse motivo, não desperta interesse nas crianças e adolescentes a quem alcança, não leva em consideração os conhecimentos que esses já possuíam, como os saberes da terra e do cultivo, nem os conhecimentos que os levariam à conscientização, como os direitos que possuíam ou o processo histórico que os levou àquele espaço.

Em *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*, bell hooks (2013) ressalta a necessidade de que as formas de ensino acompanhem as diferenças de pensar, falar e agir de distintas comunidades. Uma prática pedagógica que não está adaptada conforme as necessidades de comunicação e aprendizagem de seu público-alvo não atuará em prol da

---

<sup>23</sup>Quanto às pedagogias de dominação/subalternização, Arroyo (2012, p. 12-13) aponta: “Os coletivos populares trazem longas histórias de inferiorização, opressão com que o padrão de poder/saber de dominação pretendeu produzi-los como subalternos. [...] Dessas pedagogias, processos de produção dos Outros como subalternos, inexistentes, oprimidos pouco acúmulo de pesquisas e de produção teórica existe no pensamento educacional. [...] As vítimas dessas brutais e persistentes pedagogias ao afirmar-se presentes desocultam seus saberes, valores, memórias, culturas, identidades coletivas. [...] Essas ‘artes’ pedagógicas de subalternizar povos, comunidades, seres humanos exigem pesquisa, teorização, ser reconhecidas como processos, epistemologias, pedagogias de dominação, desumanização”.

liberdade e emancipação intelectual dos alunos, pelo contrário, seguirá perpetuando discursos moldados pelas práticas hegemônicas. Além disso, perpetua também o modelo tradicional de educação bancária, que coloca o professor na posição de superioridade e de detentor do conhecimento, ao passo que os alunos são vistos como meros receptáculos (Freire, 2020). Todavia, em uma educação libertadora, tanto professor quanto alunos estão em processo de aprendizagem e capacitação, num jogo de partilha do conhecimento formal, local, cultural e outros que constituem a formação humana (hooks, 2013).

Não é interessante – nem para os proprietários da terra, nem para o prefeito da cidade (que decidem pela chegada ou não da educação formal em Água Negra) – que se estabeleça uma pedagogia libertadora entre os trabalhadores. Uma formação que permitisse a eles a tomada de consciência crítica dos processos históricos envolvidos em suas realidades, que considerasse e validasse seus saberes locais e culturais, que contribuísse para a autoafirmação de suas identidades levaria invariavelmente à resistência àquele modelo de exploração e exclusão. Com isso, conquanto o povo de Água Negra conquiste o acesso à escola para suas crianças, com uma professora formada, o ensino que os alcança parte do princípio colonizador, civilizatório e ainda excludente, não voltado para o fortalecimento e reconhecimento da identidade, dos direitos e do modo de viver daquele povo.

Por esse motivo, a mudança estrutural do espaço a partir da construção da escola não gera, nesse caso, mudanças no estabelecimento da exclusão sobre a população trabalhadora da fazenda, visto que é uma pedagogia de dominação, subalternização e – por que não? – exclusão que se consolida ali. É inclusive por ser um espaço organizado para ser excludente, para situar a população de Água Negra distante e destituída de direitos, que não só a educação chega a ela daquela forma, assim como os outros requisitos básicos mantêm-se inacessíveis. A partir disso, não há mobilização para que haja mudanças significativas na realidade desse povo.

Em suma, a exclusão dos meios de ensino, saúde, segurança alimentar e trabalho remunerado são formas de manter aquela população à margem da garantia de direitos, para usufruto daqueles que detêm o poder naquele espaço: os donos da fazenda. Assim, o seu poder é preservado, da mesma forma que seus interesses e seu lucro seguem sendo a prioridade para um sistema voltado ao proveito do capital. Essa articulação excludente, no entanto, tem implicações nas vidas das personagens e na sua relação com aquele espaço.

### 3.3 Espaço e personagens: as implicações da exclusão

Apresentado o espaço de *Torto arado* e seus contornos excludentes e assumida a concepção de que este é um elemento de representatividade simbólica do meio social, voltemos nosso olhar para as personagens. A constituição dessas, assim como ocorre na configuração do espaço, nos encaminha para um olhar verossímil sobre a própria realidade (Candido, 2007), de modo que esse elemento da narrativa é fundamental para a análise que realizamos aqui. Não devemos, no entanto, mudar o nosso ponto de vista, isto é, deixar de pensar no espaço para passar a refletir sobre as personagens, pelo contrário, nossa intenção é perceber justamente de que maneira a exclusão relatada no primeiro afeta o segundo e perscrutar a relação entre esses dois elementos no romance.

Para isso, partimos da ideia de que

Uma vez que o espaço é constitutivo da personagem, podemos ler, nas marcas de seu corpo – sejam elas cicatrizes, rubor, gagueira etc. – os seus próprios deslocamentos. É em seu corpo, afinal, que se inscrevem os lugares por onde andou, e aqueles que não lhe estão reservados. E isto é ainda mais visível quando se encenam tramas em que as personagens estão fora de seu lugar, invadindo um espaço que não é considerado seu (Dalcastagnè, 2012, p. 129).

Assim, entendemos que as implicações dos percalços espaciais ganham contornos literais e explícitos, incorporados nas personagens que os vivenciam. Pensando especificamente no romance em análise, personagens como Bibiana, Belonísia, Severo e outros carregam, por diferentes fatores, marcas – em seus corpos e em suas subjetividades – da exclusão social manifestada em *Água Negra*, que evidenciamos ao investigar o espaço desenvolvido no romance. Nesse sentido e uma vez mais, configuração espacial não apenas atua com um pano de fundo da narrativa, mas também faz parte da sua constituição e carrega consigo uma força que limita a acessibilidade de direitos e impõe condições de existência e pertencimento, de maneira que a terra se torna um espaço de violência simbólica que reverbera nas personagens.

Talvez a mais marcante implicação da condição de exclusão social que se inscreve no corpo de uma personagem do romance esteja na mudez de Belonísia. Nos detenhemos, inicialmente, nas condições de consolidação do corte da língua desta personagem, ou seja, consideremos a ambientação que favoreceu a implicação de sua incapacidade permanente de falar. No quarto da avó, uma mala escondia um segredo: uma faca de corte afiado, que marcou as vidas de Donana e de suas netas em diferentes momentos. Ainda crianças e movidas pela curiosidade comum à infância, Bibiana e Belonísia aproveitaram um momento de distração dos mais velhos para bisbilhotar a mala que a avó guardava e escondia com zelo. Ao encontrarem

a faca, a colocam na boca uma após a outra, de modo que em Bibiana é feito um corte leve, ao passo que Belonísia sofre um corte profundo que marca seu destino.

É inegável a relevância desta primeira cena para o desenvolvimento de toda a trama do romance, pois é a faca que desencadeia a marca profunda da exclusão no corpo da personagem. Por isso consideramos que não só o espaço como um todo, mas também os elementos que o constituem são igualmente representativos e ressaltamos aqui a centralidade que este objeto, em particular, tem na narrativa. É graças a seu fio de corte que as irmãs são marcadas, não só física, mas simbolicamente, uma vez que ele desencadeia a mudez de Belonísia, a união desta com sua irmã, o despertar de consciência da vulnerabilidade e desamparo que elas e toda a população de Água Negra enfrentam (pela inacessibilidade de direitos como o sistema de saúde) e a mobilização por mudanças, em diferentes dimensões para cada uma delas.

A presença da faca na mala de Donana, porém, possui um outro evento desencadeador, baseado no enfrentamento desta com um cônjuge violento. Donana consegue possuir o objeto cortante após surrupiá-lo de um viajante que passava pela fazenda onde ela morava e trabalhava à época, a Fazenda Caxangá. Escondeu-o por muito tempo, pois não tinha muito o que fazer com ele: era uma ferramenta de materiais nobres e não poderia vender sem levantar suspeitas. A faca ganha utilidade precisa quando Donana testemunha uma das piores cenas de sua vida: seu próprio companheiro abusando sexualmente a sua filha Carmelita. Após a grande tormenta que sentia nos dias que se seguiram à descoberta do abuso – com o homem se tornando cada vez mais hostil e violento em casa –, Donana toma uma atitude e encontra uma funcionalidade para a faca que guardou com tanto zelo, utilizando-a para pôr fim ao seu sofrimento e de sua filha. A faca, entretanto, realiza um corte não só no abusador, mas também na relação com Carmelita:

Antes de pensar na justificativa que daria, sangrou o homem como se sangrasse um porco. Arrastou seu corpo com os bolsos cheios de pedras, que ela mesma enfiou lá, para dentro do rio. Não temeu que viessem lhe perguntar pelo desaparecimento do companheiro nos dias que se seguiram. Voltou para casa encharcada do esforço. As poucas horas desde que havia deixado sua morada para dar fim ao seu último erro nas terras de Caxangá foram suficientes para que sua filha fosse embora sem indicar o paradeiro. O resto da história foi vagar seus últimos anos vendo o rosto de Carmelita em todas as crianças que havia amado.

Na madrugada que se seguiu, teve apenas uma certeza: Deus jamais a perdoaria. Pior: devolveria o malfeito em dobro (Vieira Junior, 2019, p. 240).

A partir do corte da faca, o destino de Donana e de Carmelita é alterado, assim como ocorre com Bibiana e Belonísia. Constatamos um ciclo geracional perpetuado a partir de uma faca que marca de maneira física as irmãs Bibiana (superficialmente) e Belonísia (profundamente), ao mesmo tempo em que essas e Donana – e por que não dizer, Carmelita –

são também afetadas de maneira simbólica, pelas diferentes consequências do corte e pelo significado das marcas que ele deixa, especialmente nos corpos das mais novas.

Em princípio, como já ressaltamos, a dificuldade de acesso a um atendimento público e eficaz para preservação da saúde dos moradores de Água Negra é uma grande marca desse espaço rural que é, muitas vezes, deixado à deriva do amparo estatal. Uma grande consequência desse abandono fica marcada permanentemente no corpo de Belonísia, condenada ao silêncio por não ser possível que se desloque com frequência à cidade (que nem era a mais próxima) para realizar o devido tratamento:

Me lembro de ter ouvido os médicos falarem que teria dificuldade para falar e me alimentar. Que teria que voltar sempre à cidade para ser acompanhada, fazer exercícios de fala. Mas não seria possível, não havia como deixar Água Negra, morávamos distante, não haveria maneira de nos deslocarmos por tantas léguas com tanta frequência. No hospital da cidade mais próxima não havia médico que soubesse fazer o tratamento. Por isso me calei (Vieira Junior, 2019, p. 127).

A mutilação da língua dessa personagem abrange duas dimensões que valem o destaque. Em primeiro lugar, temos o silenciamento, que afeta pessoas vulneráveis e marginalizadas, configurado de forma brutal e literal no corte de um órgão essencial para a comunicação através da fala. A partir desse episódio, Belonísia perde a sua capacidade de falar e se expressar com compreensibilidade, de modo que depende de Bibiana, por muito tempo, para comunicar seus desejos – porém, isso também se perde com a fuga desta da fazenda. Essa impossibilidade de falar da personagem pode ser lida sob a ótica de Spivak (2010) que, como já destacado, apresenta como os indivíduos subalternos estão distanciados da possibilidade de manifestação em prol de reivindicar seus próprios direitos e salvaguardar suas necessidades políticas, sociais, educacionais, entre outros.

Em *Que corpo é esse?: o corpo no imaginário feminino*, Xavier (2007) parte da definição de Spivak (2010) para apresentar a constituição do corpo subalterno em personagens mulheres. Para a autora, os corpos de mulheres na literatura carregam marcas simbólicas que comunicam suas vivências e seus percalços, de maneira que “[...] a análise da representação dos corpos pode ser um excelente meio de conhecer as práticas sociais vigentes, uma vez que as ações corporais são orientadas pelos e para os contextos institucionais” (Xavier, 2007, p. 25). Nesse sentido, reforça-se a ideia de Dalcastagnè (2012) de que o corpo carrega marcas do espaço que ocupa, entendendo-o como um espaço não só físico, como também simbólico – que representa os contextos institucionais mencionados por Xavier (2007). Assim, a autora esquematiza dez categorias de corpos femininos que são representados na literatura brasileira

por escritoras mulheres: o corpo invisível, subalterno, disciplinado, imobilizado, envelhecido, refletido, violento, degradado, erotizado e liberado.

Ainda que as categorias propostas por Xavier (2007) sejam formuladas a partir da análise de produções literárias de autoria feminina, nos permitimos resgatar a sua percepção do corpo subalterno. São ressaltadas marcas da subalternidade pela representação da fome e das violências institucionais que as personagens sofrem, direcionando para uma hierarquia social de quem ocupa determinado espaço, de maneira que resta ao subalterno uma posição ínfima ou quase inexistente no meio social. De maneira análoga, podemos pensar a subalternidade inscrita no corpo de Belonísia a partir de seu silenciamento forçado, isto é, na falta de um órgão essencial para que sua manifestação verbal ocorresse, representando todo um grupo que, como ela, é silenciado (Oliveira; Ferreira, 2021).

Embora o ato de mutilação, em si, da língua de Belonísia não parta de um contexto coercitivo – isto é, ela não é levada a lesionar a própria língua por uma imposição do meio ou sua ferida não é inicialmente gerada pela sua posição de subalternidade no mundo –, é a sua condição de pessoa excluída que faz com que sua mudez seja permanente. Um tratamento lhe foi informado como necessário para que ela pudesse se recuperar, com exercícios de fala e acompanhamento na deglutição, porém apenas a informação não era o suficiente para que o tratamento fosse colocado em prática, de fato. Antes, ela deveria poder se deslocar ao local de atendimento efetivo, que sequer era o hospital da cidade mais próxima, logo não haveria forma de realizar o trajeto, pois o carro utilizado para levar as irmãs após o acidente era dos patrões e voltado para as atividades da fazenda. Além disso, seus pais deviam seguir com a lida no campo e não poderiam deixar de trabalhar para acompanhá-la no processo de tratamento. Por isso se calou.

Por boa parte da narrativa, Bibiana cumpriu o papel de expressar as vontades e manifestações de Belonísia em palavras, criando um vínculo afetivo ainda maior entre as irmãs. Entretanto, com a fuga da primeira – motivada também por esse espaço excludente –, o silêncio de Belonísia passa a ser ainda mais definitivo:

Dentre as coisas que levava, e talvez a que mais me machucava, era a minha língua. Era a língua ferida que havia expressado em sons durante os últimos anos as palavras que Belonísia evitava dizer por vergonha dos ruídos estranhos que haviam substituído sua voz. Era a língua que a havia retirado de certa forma do mutismo que se impôs com o medo da rejeição e da zombaria de outras crianças. E que por inúmeras vezes a havia libertado da prisão que pode ser o silêncio (Vieira Junior, 2019, p. 87).

Mesmo antes de sua irmã deixar a fazenda, a personagem não se privou de tentar falar novamente, mas seus ocasionais esforços não resultaram senão na percepção de que jamais seria

a Belonísia de antes. A sua fala passa a ser uma espécie de tortura autoinfligida, que a remete às durezas da vida que levam em Água Negra e que a lembram do lugar onde ela está e irá permanecer:

Se esvaía toda a coragem de que tentei me investir para viver naquela terra hostil de sol perene e chuva eventual, de maus-tratos, onde gente morria sem assistência, onde vivíamos como gado, trabalhando sem ter nada em troca, nem mesmo o descanso, e as únicas coisas a que tínhamos direito era morar lá até quando os senhores quisessem e a cova que nos esperava fosse cavada na Viração, caso não deixássemos Água Negra (Vieira Junior, 2019, p. 127).

A associação que a personagem faz com o tratamento dos trabalhadores como gado nos remete a uma reflexão de Nêgo Bispo em relação ao processo de colonização em *A terra dá, a terra quer* (Bispo dos Santos, 2023). Este autor inicia seu livro afirmando que a colonização e o adestramento são a mesma coisa, visto que partem de um mesmo processo de destituição territorial e identitária, com o fim de dominar o ente colonizado/adestrado para que este possa produzir para seu colonizador/adestrador<sup>24</sup>. O processo de exclusão daquela terra é, ainda, uma forma de dominação dos proprietários sob o povo trabalhador, colonizado e adestrado sob os moldes dos interesses daqueles.

A percepção de Belonísia ainda reforça a condição de exclusão na privação de direitos, sendo que mesmo os que ela elenca não são direitos efetivos de fato. A moradia permitida aos trabalhadores é temporária e condicionada, como ela bem destaca e já ressaltamos aqui, e até mesmo a possibilidade de eles serem enterrados na Viração, cemitério onde o corpo de todo o povo antepassado da fazenda descansou, lhes é retirada com a mudança de proprietários da fazenda. O nome do cemitério desta narrativa replica o nome dado ao cemitério do povo da Iuna, da Chapada Diamantina, como Itamar Vieira Junior destaca em sua tese de doutorado<sup>25</sup>, reforçando que os ecos das experiências individuais e reais reverberam sobre a produção literária como um todo (Candido, 2023).

---

<sup>24</sup>“Quando completei dez anos, comecei a adestrar bois. Foi assim que aprendi que adestrar e colonizar são a mesma coisa. Tanto adestrador quanto colonizador começam por desterritorializar o ente atacado quebrando-lhe a identidade, tirando-o de sua cosmologia, distanciando-o de seus sagrados, impondo-lhe novos modos de vida e colocando-lhe outro nome. [...]. Há adestradores que batem e há adestradores que fazem carinho; há adestradores que castigam e adestradores que dão comida para viciar, mas todos são adestradores. E todo adestramento tem a mesma finalidade: fazer trabalhar ou produzir objetos de estimação e satisfação” (Bispo dos Santos, 2023, p. 11-12).

<sup>25</sup>“Esse caminho leva ao Cemitério da Iuna ou Cemitério da Viração, outro ponto de referência importante para caracterizar o lugar em que vivem. O cemitério se localiza entre a Fazenda Buriti e o Sítio Guiné. Não existe um relato preciso de quando o cemitério surgiu, alguns falam em “*mais de duzentos anos*”, mas é certo apenas que é um local muito antigo e parece estar lá desde antes da chegada das famílias pioneiras. Domingos, filho de Marcelino, diz que o pai sempre dizia “*Só saio daqui pra Viração*”, e essa expressão se repete nas conversas dos moradores. Na localidade ocorrem os seus sepultamentos até os dias atuais” (Vieira Junior, 2017b, p. 67).

Ressaltamos que essa mudança dos proprietários é significativa no desencadeamento de diversas violências simbólicas contra a população de Água Negra. São suscitados impactos relevantes na configuração deste espaço, o qual já se constituía enquanto repressor anteriormente. O hábito de enterrar os seus na Viração, por exemplo, não era apenas histórico<sup>26</sup>, mas cultural para aquele povo, sendo a sua única certeza naquele espaço que já não era de sua propriedade. Era aquele o lugar onde os parentes, amigos e conhecidos descansavam da vida dura de trabalho e exploração, ou onde se alojavam os natimortos que não chegaram a dar um suspiro naquela terra:

[...] rumamos num cortejo para a Viração, o cemitério da fazenda, onde estavam Donana e Tobias. Onde estavam as crianças que não vingaram no parto. Onde estavam as dores e as lembranças de muitas famílias que nos acompanhavam. Onde estavam os que morreram de doença e do esgotamento que advinha da labuta. Os que morreram de feitiço ou porque Deus o quis, como ouvia. A cova estava pronta, havia um monte de terra acumulada em sua borda para depois das rezas ser lançada sobre o caixão (Vieira Junior, 2019, p. 172).

Havia um vínculo afetivo com a Viração, que é drasticamente ceifado com a proibição de utilizar o território para enterrar os mortos. A orientação foi que os próximos a falecerem fossem levados para serem enterrados no cemitério próprio da cidade, que possuía capacidade de atender a todos. Entretanto esta imposição não só desconsiderava a limitação de locomoção daquela população – pois ainda que a prefeitura do município tenha se encarregado pelo traslado dos corpos, os trabalhadores não poderiam visitar com facilidade os seus entes queridos, devido à pouca mobilidade possibilitada a eles –, como também se traduzia em mais um silenciamento forçado das tradições consolidadas em Água Negra.

Para além disso, essa repressão cultural e espacial ainda remetia a uma outra possibilidade para aquele povo, qual seja a expulsão daquela terra: “Aquela mensagem dizia muito mais sobre nossas vidas do que sobre a morte em si. Se não pudéssemos deitar nossos mortos na Viração era porque, em breve, também não poderíamos estar sobre a mesma terra” (Vieira Junior, 2019, p. 180). O sofrimento ético-político é então, uma vez mais, suscitado pela insegurança provocada pela exclusão (Sawaia, 2014b).

A mesma situação se replica no sentimento de não pertencimento à terra de Água Negra, em que muitos nasceram e/ou firmaram suas raízes. Ao comprarem e se apropriarem do território da fazenda, Salomão e Estela também se colocaram de maneira impositiva e

<sup>26</sup>Assim como proferido pelo povo da Iuna (Vieira Junior, 2017b), a Viração de *Torto arado* também existia há séculos: “Os mais jovens não viram muita diferença em enterrar os mortos na cidade ou na Viração. Mas para os mais velhos aquela interdição era uma ofensa. A Viração existia havia mais de duzentos anos, era o que contavam. As mulheres diziam em suas conversas que só saíam de suas casas, só se recolhiam de suas vidas, para a Viração” (Vieira Junior, 2019, p. 179).

dominadora, conseqüentemente reprimindo o povo que já vivia ali há anos. Um exemplo é dona Firmina que, ao receber os novos proprietários para um almoço, “[...] se sentia apenas uma inquilina, embora morasse ali havia mais de quarenta anos, e apesar de o dono estar ali fazia tão pouco tempo, sentia como se devesse favores por estar na terra alheia” (Vieira Junior, 2019, p. 211). Nesse sentido, conquanto pertencessem àquelas terras e tirassem dela seu sustento, os trabalhadores da fazenda passam por um processo de despertencimento, graças ao sentimento suscitado pela presença e pelas intenções dos novos proprietários.

De maneira análoga, destacamos a tentativa de repressão religiosa que também acompanha as ações dos novos proprietários da terra. Estela, a nova proprietária, leva um pastor de igreja para celebrar um culto na fazenda, o que não seria de grande problema se não quisesse coagir os moradores a participarem de uma atividade religiosa diferente do jarê, o qual havia sido o único celebrado até então naquelas terras. Ao passar de porta em porta insistindo que participassem do culto, Estela chega à casa de Salu com o pastor, este que não se priva de reprovar as imagens de santos que compunham o altar da casa. Em tentativa de explicar ao pastor, Estela “tomou a palavra. Falou que ali se praticou o jarê por muito tempo. Que dona Salu tocava tambor, mas que agora todos precisavam ouvir a palavra de Deus” (Vieira Junior, 2019, p. 229). Este apagamento religioso é extremamente violento, ainda que sutil, visto que remete à própria evangelização tão característica do processo de colonização do Brasil, a qual levou não somente ao ensinamento forçado de uma nova crença, como também à repressão das formas de manifestação e conservação das crenças e culturas religiosas de povos africanos e indígenas escravizados. É mais uma forma de destituição da identidade do outro em prol de sua dominação e controle.

Se no corpo das personagens estão insculpidos os espaços que ocupam e ainda aqueles que não são destinados para elas (Dalcastagnè, 2012), a marca deixada no corpo de Belonísia, na forma do ferimento na língua que a impossibilita de falar, é um lembrete. Sua mutilação incapacitante serve para lembrá-la de sua posição, naquele espaço, de pessoa excluída, refém das condições mínimas de saúde pública que são possibilitadas de maneira limitada, bem como de outros desamparos os quais culminam na ausência de direitos cujo acesso deveria ser geral. Contudo, devemos antecipar que embora Belonísia seja privada da fala, ela não é uma personagem passiva diante dos acontecimentos em *Água Negra* e encontra formas de se fazer ouvida em determinadas circunstâncias.

Sob outra ótica, o silenciamento atinge outra personagem de *Torto arado*, repercutindo uma vez mais a concepção de Spivak (2010). Severo é um rapaz que se mostra consciente das injustiças de *Água Negra* e dos direitos que aquela população deveria poder usufruir, logo se

torna uma figura política importante entre a população de trabalhadores, ganhando voz entre os seus e compartilhando seus aprendizados do período em que passa distante daquela fazenda. As manifestações do personagem, no entanto, trazem grande descontentamento aos proprietários da terra, pois elas acarretam a tomada de consciência dos trabalhadores, algo que para os patrões não é interessante, já que a manutenção da lógica de funcionamento de Água Negra ocorre justamente graças à exploração e à falta de reivindicação de direitos, ao passo que a conscientização poderia colocar fim nisso.

Diante do movimento de manifestação que Severo passa a liderar, ele se configura enquanto um símbolo de resistência, sendo uma voz para aquele povo por tantos anos marginalizado e maltratado. Entretanto, o subalterno não pode falar e, quando o tenta, sua voz é silenciada de alguma maneira em meio a tantas outras vozes que o sobrepõem na hierarquia social (Spivak, 2010). É por isso que, ao final da segunda parte do romance, o personagem é assassinado e, conquanto não se tenha encontrado um culpado, o plano por trás desse crime era evidente: silenciar a voz que mobilizou os trabalhadores e impor medo de continuarem se manifestando. Configura-se uma violência direta, pela repressão física, e indireta, pelo sofrimento gerado pela perda e pela coerção.

A repressão infligida sobre Severo – e indiretamente sobre todo o povo de Água Negra, na forma de um aviso – é destacada na terceira parte do romance, “Rio de Sangue”, narrada por Santa Rita Pescadeira. A cena do assassinato do personagem a faz pensar em tantas outras cenas de violência, repressão e exploração vividas por pessoas negras no Brasil, por tantos anos:

Vi tanta crueldade ao longo do tempo, e mesmo calejada me comovo ao ver os homens derramando sangue para destruir sonhos. Vi senhores enforcarem seus escravos como castigo. Cortarem suas mãos no garimpo por roubarem um diamante. Acudi uma mulher que incendiou o próprio corpo por não querer ser mais cativa de seu senhor. Mulheres que retiravam seus filhos ainda no ventre para que não nascessem escravos. Que davam a liberdade aos que seriam cativos, e muitas delas morreram também por isso. Mulheres que enlouqueceram porque as separaram dos filhos, que seriam vendidos (Vieira Junior, 2019, p. 206-207).

A encantada, então, testemunha mais uma circunstância de repressão. Esta agora, como tantas outras, oriunda da tentativa de silenciamento de pessoas excluídas no meio social que tentam usar suas vozes para reivindicar direitos:

Severo morreu porque pelejava pela terra de seu povo. Lutava pelo livramento da gente que passou a vida cativa. Queria apenas que reconhecessem o direito das famílias que estavam havia muito tempo naquele lugar, onde seus filhos e netos tinham nascido. Onde enterraram seus umbigos, no largo de terra dos quintais de casa. Onde construíram casas e cercas. [...] Vi uma carruagem de fogo correr pela estrada. Levaram Severo para a cidade, mas não houve tempo para salvá-lo. Em Água Negra correu um rio de sangue (Vieira Junior, 2019, p. 207).

Diante disso, em Severo está inscrito o destino daquele que se rebela contra o sistema imposto naquele espaço, o silenciamento forçado de alguém que conseguiu fazer a voz ecoar e atingir outras pessoas como ele, subalternizadas, excluídas. A personagem, ao crer na possibilidade de mudança da realidade social enfrentada para a população trabalhadora e batalhar para que ela aconteça, paga o preço de ir na contramão de tal sistema com a própria vida (Araújo, 2023). Além disso, mais uma vez o espaço que não abarca todo o meio social e marginaliza a população do acesso de direitos é um dos definidores do destino de Severo, pois o caminho até o hospital mais próximo seguia longo, mas dessa vez o tempo restante não foi suficiente para que chegassem a tempo de salvá-lo.

O desamparo oriundo dessa fatalidade, contudo, não se limita à falta de atendimento no âmbito da saúde, já que a segurança pública é outro aspecto que não alcança devidamente a população de Água Negra, o que implica em consequências a essas personagens. Se este sistema alcança aquele espaço, não é aos verdadeiros moradores que ele atende (os trabalhadores), senão aos denominados proprietários, patrões e detentores de poder. Antes do assassinato, a polícia começou a se fazer presente na fazenda, mas do contrário de buscar proteger a população local e garantir sua segurança, a presença policial se configurava em uma tentativa de instaurar o medo e atuar como um mecanismo de repressão.

Já após a morte de Severo, uma investigação se estabelece para entender o crime e achar o culpado, o que dá esperança especialmente a Bibiana de que o assassinato de seu marido terá um desfecho justo. Entretanto, logo a realidade mostra como não se poderia esperar justiça em um sistema excludente, organizado para atender aos interesses de uns em detrimento do desamparo de outros:

Quando os moradores responderam sobre os desentendimentos com o dono da fazenda, os policiais se deram por satisfeitos, não prosseguiram. [...]. Pareceu, durante um breve período, que as coisas haviam mudado, talvez houvesse justiça para o que tinha ocorrido. Iriam investigar a morte de um homem simples como investigariam a morte de um fazendeiro ou de qualquer homem poderoso da cidade. Mas, algumas semanas depois, surgiu a notícia de que o inquérito havia sido concluído. Que haviam descoberto um plantio de maconha numa área próxima aos marimbus. Que Severo havia sido morto numa disputa do tráfico de drogas na região (Vieira Junior, 2019, p. 216).

Damos destaque para a relação de comparação de como seria a investigação de assassinato de uma pessoa diferente, em realidade diferente da de Severo. Esperava-se que ele tivesse o mesmo acesso e atendimento a um sistema público, feito para salvaguardar a segurança de toda a população com equidade, no entanto, as circunstâncias não poderiam ser mais distintas. O acesso diferenciado se configura até mesmo no que deveria ser de todos, mas que na prática prioriza aqueles que detêm o poder, ressaltando como as hierarquias sociais estão

postas em determinados espaços (Dalcastagnè, 2021) de modo a privilegiar, no caso de *Torto arado*, os proprietários da terra. Os policiais chegam a Água Negra com uma concepção acerca do que pode ter acontecido, com ciência de quem é preciso favorecer em casos como este, no qual um homem negro é assassinado em um território de posse branca. É um discurso consolidado que circula pela classe dominante, com a finalidade de subjugar a classe subalterna.

Desse modo, a morte de Severo é uma implicação por se rebelar contra a forma de configuração desigual e excludente que se estabelece naquela terra na qual eles teriam o direito de permanecer e usufruir sem que precisassem revogar sua mão de obra, sua saúde, sua educação, sua segurança e qualquer outro bem incompressível para a humanidade. Ademais, seu assassinato é um lembrete sobre quem detém o poder e o que acontece com aqueles que tentam, de alguma forma, subvertê-lo. Logo, é mais uma forma de intimidar a população local e uma tentativa de mantê-los sob controle, sem que suas reivindicações continuem ganhando protagonismo e sem que as circunstâncias de exclusão sejam superadas.

Com isso, temos duas faces do silenciamento de pessoas subalternizadas representadas neste romance: a de contorno simbólico, configurada fisicamente na mudez de Belonísia, e a de forma explícita de repressão política, posta sobre Severo como uma punição violenta. Ambas se consolidam por fatores atrelados ao contexto excludente que vivenciam e às hierarquias sociais, na forma das diferenças de acesso e atendimento nas esferas públicas de saúde, segurança, educação e outras e nos processos de silenciamento forçado e opressão política.

Por outro lado, se este espaço, como é, articula mecanismos de silenciamento em sua população, é esta configuração que também impulsiona a fuga de Bibiana de Água Negra, em busca de uma alternativa diferente para seu povo. A partir do contato desta personagem com as ideias de Severo de buscarem um lugar com reais oportunidades – o que não era o caso daquela terra –, ela passa a vislumbrar a possibilidade de uma nova vida que o espaço onde estava até então não permitiria. Sua intenção, inclusive, era que as melhorias se estendessem para além dela e de seu companheiro, alcançando também melhores condições para seus familiares:

Se desse tudo certo, voltaríamos para dar melhores condições de vida aos nossos pais e irmãos. Voltaríamos para retirá-los de lá. Aquela fazenda sempre teria donos, e nós éramos meros trabalhadores, sem qualquer direito sobre ela. Não era justo ver tio Servó e os filhos crescendo espantando os chupins das plantações de arroz. Não era justo ver meu pai e minha mãe trabalhando de sol a sol, sem descanso e sem qualquer garantia de conforto em sua velhice (Vieira Junior, 2019, p. 79).

Nesse âmbito, enquanto o espaço que apresentamos representa um limitador de futuro, a evasão dele simboliza a possibilidade de mudança de vida tanto para a personagem quanto para aqueles que são caros a ela. Ao mesmo tempo que já se reconhece em Água Negra as

marcas institucionalizadas da exclusão, outros espaços são ainda desconhecidos e, por conta disso, configuram-se como possíveis modos de vidas distintos daquele já conhecido (de exploração, desamparo e insegurança). Diante disso, a implicação desse espaço sobre Bibiana se dá por meio do impulso de seu deslocamento geográfico na busca por um lugar melhor para trabalhar e viver. Este é o primeiro passo dessa personagem e de Severo na direção da resistência à lógica de exclusão posta em Água Negra e no mundo, de modo geral, pois é a partir dessa mudança de espaço que inicia o seu engajamento político, graças ao contato com diferentes conhecimentos.

A experiência opressiva daquele espaço resulta, para Bibiana, em um desejo emancipatório que a mobiliza a seguir adiante, para além dos limites da fazenda, e como consequência de sua fuga e, posteriormente, de seu retorno, os ares de Água Negra também começam a mudar. Então, o ímpeto de resistência passa a se estabelecer naquelas personagens tão oprimidas, e este posicionamento se estabelece especialmente nas irmãs protagonistas, Bibiana e Belonísia.

## 4 RESISTÊNCIA EM ATO: AS POSIÇÕES DE BIBIANA E BELONÍSIA

*Quando se introduz o desenvolvimento em espaços onde o povo vive do envolvimento, quando modos de vida são atacados, quando o envolvimento é atrofiado, inviabilizado e enfraquecido, vai haver reação (Bispo dos Santos, 2023, p. 97).*

Neste capítulo, exploraremos a mobilização das personagens de *Torto arado* – que são atravessadas por fatores de classe, etnia e gênero – dentro do espaço excludente já apresentado, com foco especialmente nas irmãs Bibiana e Belonísia. Buscamos ressaltar as formas encontradas por elas, mesmo com todas as limitações impostas, de resistir e combater as implicações dos resquícios sócio-históricos excludentes que se estabelecem em Água Negra.

Na primeira parte, então, exploraremos as intersecções entre três categorias distintas que atravessam as personagens: classe, gênero e etnia. Enquanto mulheres negras quilombolas, as personagens femininas do romance não são afetadas tão somente pela exclusão remetida por sua classe social. Pelo contrário, a sua situação excludente é intensificada graças a esses outros fatores, da mesma forma que estes são retroalimentados por aquela, gerando um ciclo de sofrimento ético-político intensificado. Por isso elas precisam resistir para além dos efeitos da exclusão.

Em seguida, ressaltaremos a resistência das personagens, especialmente de Bibiana e Belonísia, configurada no romance em combate às origens e implicações da exclusão e da violência (física ou simbólica). Buscaremos identificar na narrativa quais manifestações são possibilitadas a essas personagens, além de resgatar as formas de repressão para destacar as tentativas de superação do problema da exclusão e de outros que atravessam essa categoria.

### 4.1 As interseccionalidades e suas implicações: questões sociais

Não é possível isolar questões sociais específicas sem considerar outras dimensões que estão intrínsecas e, portanto, inseparáveis a elas. Ainda que se delimite uma categoria, há de se considerar que ela não existe isolada no meio social, mas em simultaneidade a outras que podem, inclusive, aprofundar ou amenizar o quanto as pessoas são afetadas. Quando falamos de exclusão em *Torto arado*, precisamos levar em consideração dois aspectos fundamentais das personagens principais: são mulheres negras quilombolas – tudo ao mesmo tempo –, isto é, atravessadas pelas marcas de raça e de gênero, para além da de classe. Nesse viés, é essencial

refletir quanto a esse conjunto de características que repercutem nas personagens simultaneamente.

Com isso em mente, resgatamos o conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberle Crenshaw. Para a autora,

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

Nesse âmbito, a interseccionalidade nos permite olhar os problemas sociais de modo transversal, articulando categorias distintas de gênero, raça, classe, etnia, de modo a perceber suas particularidades e suas complementariedades, isto é, como uma questão potencializa a outra, aumentando o grau de subordinação, opressão e/ou exclusão. Esse olhar pode nos ajudar a entender as especificidades das personagens de *Torto arado* quando colocamos em questão que, para além da exclusão social, elas são potencialmente atravessadas por serem quilombolas, negras e ainda mulheres, em alguns casos.

Em “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color”<sup>27</sup>, Crenshaw (1991) desenvolve um artigo que explora as dimensões de gênero e de raça atreladas à violência contra as mulheres não brancas, ressaltando a necessidade de olhar ambos os lados em um combate simultâneo ao racismo e ao sexismo, algo que não tem sido feito nos movimentos antirracistas e feministas contemporâneos. A falta desse diálogo entre os movimentos implica a exclusão de mulheres não brancas de qualquer representatividade em um ou outro: “por causa de sua identidade interseccional como mulher e de cor dentro de discursos que são moldados para reagir a um *ou* ao outro, mulheres de cor são marginalizadas dentro de ambos” (Crenshaw, 1991, p. 1244, tradução nossa)<sup>28</sup>. Em um paralelo, se Spivak (2010) aponta que no eixo da subalternidade as mulheres são mais subalternizadas e silenciadas do que os homens, Crenshaw (1991) ressalta que mulheres não brancas, fazendo parte tanto dos discursos feministas quanto dos antirracistas, estão excluídas de ambos, o que as coloca ainda mais na extremidade da marginalização e do desamparo.

<sup>27</sup>Em tradução livre: “Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas identitárias e violência contra mulheres de cor”.

<sup>28</sup>“Because of their intersectional identity as both women *and* of color within discourses that are shaped to respond to one *or* the other, women of color are marginalized within both” (Crenshaw, 1991, p. 1244).

Crenshaw (1991) desenvolve um olhar amplo, porém preciso, sobre como mulheres de cor são duplamente afetadas na sociedade, por que essa situação acontece e qual caminho deveria ser trilhado para evitá-la. Para isso, divide seu trabalho em três partes, das quais primeiro focaliza a interseccionalidade estrutural, seguida da interseccionalidade política, partindo, por fim, para a interseccionalidade representativa.

Ao tratar da interseccionalidade estrutural, a autora destaca como a posição – social, local, econômica – de mulheres de cor nas particularidades do cruzamento entre raça e gênero impacta diretamente no tratamento e nas experiências diante da violência, em comparação à vivência de mulheres brancas. Uma análise sobre os abrigos de acolhimento de mulheres que sofreram violência doméstica, estupro, agressão verbal e física traz exemplos de como as mulheres em vulnerabilidade social – estas que, em ampla parte das vezes, não são brancas – estão muito mais suscetíveis à dominação de seus parceiros, pois estão fragilizadas social e economicamente, de maneira que se tornam reféns da relação abusiva para que possam sustentar a si e/ou a seus filhos (quando já são mães). Entretanto, se um sistema de acolhimento não considera as diferenças de tratamento e possibilidades de recuperação para mulheres de diferentes classes e etnias, ele falha em sua assistência:

Onde sistemas de dominação de raça, gênero e classe convergem, como acontece nas experiências de mulheres de cor agredidas, estratégias de intervenção baseadas unicamente nas experiências de mulheres que não compartilham os mesmos planos de fundo de classe ou raça serão de ajuda limitada para mulheres que, por causa de sua raça ou classe, enfrentam diferentes obstáculos (Crenshaw, 1991, p. 1246, tradução nossa).<sup>29</sup>

As estratégias de investigação e combate à violência e aos problemas gerais em que há convergência de questões de classe, raça e gênero devem considerar a intersecção entre elas, não as assistir isoladamente. Entretanto, ignorando-se a interseccionalidade entre esses três fatores, tal combate é prejudicado e não ampara adequadamente pessoas em situação de vulnerabilidade, além de que se perpetua a lógica já estabelecida no meio social.

Para além de uma abordagem de assistência pouco abrangente às particularidades de mulheres de diferentes grupos sociais e raciais, há o ponto da desinformação e mesmo da ausência de informação, isto é, tanto há uma disseminação de informações incorretas entre essas mulheres como também as corretas não as alcançam. Isso porque “[...] mulheres de cor ocupam posições tanto física quanto culturalmente marginalizadas dentro da sociedade dominante, de

---

<sup>29</sup>“Where systems of race, gender, and class domination converge, as they do in the experiences of battered women of color, intervention strategies based solely on the experiences of women who do not share the same class or race backgrounds will be of limited help to women who because of race and class face different obstacles” (Crenshaw, 1991, p. 1246).

modo que as informações precisam ser direcionadas diretamente para elas, a fim de alcançá-las” (Crenshaw, 1991, p. 1250, tradução nossa)<sup>30</sup>. Se não há um projeto de conscientização e informação que ultrapasse as barreiras da exclusão de mulheres não brancas de classes sociais marginalizadas, o desamparo destas segue sendo uma constante da sociedade, uma vez que tanto elas não buscarão a forma adequada de acolhimento quanto os órgãos de acolhimento não considerarão suas particularidades de raça, classe e gênero para acolhê-las. Esse cenário, porém, não é aleatório, visto que a circulação de determinados discursos é moldada pelas ideias dominantes (Dalcastagnè, 2012), assim não temos um acaso de desamparo para mulheres não brancas, mas sim um descaso produzido e perpetuado em meio aos grupos dominantes – masculinos, brancos e heteronormativos.

A ausência de um acolhimento personalizado, que alcance as mulheres de cor marginalizadas social e espacialmente e que se adapte conforme as suas particularidades, é um dos fatores que podemos relacionar em *Torto arado*. Na obra, pontos como o papel social da mulher, a violência doméstica e o abuso sexual são tematizados a partir da vivência de mulheres negras quilombolas em situação de trabalho análogo à escravidão e exploração, cuja exclusão de acessibilidade aos meios de acolhimento e proteção é triplamente ampliada por seu gênero, sua raça e etnia, bem como por sua classe. Detenhamos nosso olhar a três personagens específicas neste caso: Belonísia, Maria Cabocla e Donana. Estas três mulheres, na narrativa, sofrem algum tipo de abuso ou violência doméstica, porém em circunstâncias diferentes.

Ao se casar com Tobias, Belonísia passa a cumprir o papel social de esposa de alguém e cuidadora do lar. De início, o homem se mostra satisfeito com a sua prontidão para atendê-lo, com sua proatividade nas tarefas domésticas e com a transformação que ela faz na tapera onde antes ele vivia sozinho e descuidado: “conseguia ver em seus olhos a satisfação de quem tinha feito um excelente negócio ao trazer uma mulher para sua tapera” (Vieira Junior, 2019, p. 113). O casamento é benéfico para ele, neste caso, e ressaltado enquanto um negócio, ou seja, uma troca em que recebeu alguém que faria todos os serviços domésticos por e para ele, enquanto ele seguiria para a lida na terra.

Posteriormente, porém, a cada dia reclamava mais de sua comida (ainda que estivesse dentro do costume), de que mudasse as coisas dele de lugar (mesmo quando não mudava), e Belonísia se pressionava, até certo ponto, a cumprir com as expectativas do marido, embora fossem pura reclamação sem fundamento. A vontade de largá-lo existia, porém também era

---

<sup>30</sup> “[...] women of color occupy positions both physically and culturally marginalized within dominant society, and so information must be targeted directly to them in order to reach them” (Crenshaw, 1991, p. 1250).

presente certa pressão social de atender às expectativas matrimoniais e de não desfazer uma união que já era de conhecimento de todos:

Nessas horas, crescia a vontade de deixar tudo para trás, de voltar para minha casa, mas o que os vizinhos não iam dizer? Continuávamos a frequentar a casa de meu pai nas noites de jarê, todos agora sabiam que eu não era mais “Belonísia de Zeca Chapéu Grande”, e que agora vivia com Tobias, logo, eu era “Belonísia de Tobias” (Vieira Junior, 2019, p. 116).

Percebemos uma intensificação da subordinação de mulheres em relação a homens. Como um todo, o povo de Água Negra é subordinado aos proprietários da terra, de modo que estes detêm posse e poder sobre aquele. Complementarmente a essa subjugação, as mulheres da fazenda são ainda mais dominadas, uma vez que além de haver uma relação de posse dos homens brancos donos da terra, são também de posse dos homens negros e quilombolas, que seriam seus equivalentes na hierarquia de classe e raça, porém não o são na de gênero. A existência da mulher é, então, condicionada aos vínculos de parentalidade: antes de se casar, Belonísia era reconhecida pelo vínculo com o pai, “Belonísia de Zeca Chapéu Grande”, mas após o matrimônio passa a ser de posse de outro homem, o marido, de maneira que se torna “Belonísia de Tobias”.

Além disso, há o olhar sobre a relação sexual no matrimônio como mais uma obrigação doméstica da mulher. Na primeira noite de Belonísia em sua nova casa com Tobias, ela sente uma aflição muito grande até o fim do dia, quando sabia que precisaria se deitar com o marido. Sua aflição passa após entender que, para ela, a atividade sexual seria mais uma das atividades as quais uma mulher deve cumprir em seu lar:

Depois que ele me deitou na cama, beijou meu pescoço e levantou minha roupa, não senti nada que justificasse meu temor. Era como cozinhar ou varrer o chão, ou seja, mais um trabalho. Só que esse eu ainda não tinha feito, desconhecia, mas agora sabia que, como mulher que vivia junto a um homem, tinha que fazer (Vieira Junior, 2019, p. 114).

Diante disso, vemos que Belonísia representa um conjunto de mulheres negras quilombolas e excluídas socialmente, as quais servem não apenas aos proprietários da terra de onde tiram seu sustento, mas também aos homens que, como elas, trabalham em péssimas condições em troca de sua subsistência e moradia, mas não são afetados duplamente por seu gênero. Esta diferença de gênero, inclusive, é que faz com que homens se acalorem diante de mulheres fragilizadas, utilizando sua força e seu sentimento de superioridade para amedrontar e subjugar ainda mais suas companheiras. Esse é um caminho que Tobias segue quando começa com as agressões verbais e psicológicas direcionadas a Belonísia, a qual se sente cada vez mais arisca e ansiosa para cumprir com os caprichos de seu marido.

As pequenas agressões de Tobias se materializam em violência física em um primeiro rompante de raiva e embriaguez no qual arremessa um prato na direção da esposa. A esse sinal mais materializado de violência, Belonísia temia que ele chegasse a batê-la, porém estava preparada para enfrentá-lo caso acontecesse:

No início, encarava com inquietação os acessos de fúria que passou a apresentar. Antes eram mais contidos. Agora tinha perdido as estribeiras. Dali a pouco esse cavalo iria me bater igual ao marido de Maria Cabocla. Mas eu já me sentia diferente, não tinha medo de homem, era neta de Donana e filha de Salu, que fizeram homens dobrar a língua para se dirigirem a elas.

[...] Ouvi gritar de casa que eu era burra. Que não falava. Que era aleijada da língua. Engoli cada insulto que ouvia de sua boca. Dava um golpe mais forte fazendo desprender da terra grandes torrões. Que se atrevesse a vir me agredir que faria o mesmo com sua carne: a faria se soltar da face com um golpe apenas. Antes que qualquer homem resolvesse me bater, lhe arrancaria as mãos ou a cabeça, que não duvidassem da minha zanga (Vieira Junior, 2019, p. 121).

A personagem passa por uma transformação em sua relação com Tobias, pois se antes na narrativa ela estava se corrigindo, sentindo-se ansiosa e incompetente com as reclamações de seu marido, sua postura passa a ser determinada à medida em que ele se torna mais violento e logo após testemunhar a violência sofrida por sua amiga, Maria Cabocla. Ao contrário de se reprimir cada vez mais, ela ganha mais força para enfrentá-lo a partir das suas referências de mulheres fortes, Salu e Donana. Com isso, na primeira ameaça mais concreta que Tobias faz de batê-la, ao levantar a mão em uma discussão, Belonísia o encara com a ferocidade de um bicho, quase que o desafiando a fazê-lo, e seu olhar de determinação foi o suficiente para que o marido recuasse. Após este conflito, Tobias passa a se ausentar cada vez mais de casa, até que um dia é encontrado caído, morto, colocando fim às angústias de Belonísia de estar presa a um homem violento, e é apenas com a morte de seu cônjuge que ela se encontra livre da violência doméstica, pressão psicológica e subjugação matrimonial.

O mesmo não pode ser visto na situação de Maria Cabocla. Esta é acolhida por Belonísia em alguns momentos, após severas agressões de seu marido, Aparecido. Na primeira vez em que Belonísia recebeu Maria Cabocla fugindo de seu agressor, encontrou-a aos choros, em sofrimento pelo medo de ser assassinada, com sangue escorrendo pelo nariz, o olho roxo e um ferimento aberto na pálpebra. Todas essas marcas haviam sido deixadas por Aparecido, homem que se via no direito de agredir a companheira, porém não eram somente essas marcas físicas e emocionais que apresentava, pois outras características estavam visíveis e também atreladas à sua condição de mulher:

Maria estava magra, parecia ter uma fome permanente. Seu corpo miúdo tinha manchas púrpura, era possível ver à luz do dia. Mulher bonita, minha mãe diria, mas maltratada. Todas nós, mulheres do campo, éramos um tanto maltratadas pelo sol e

pela seca. Pelo trabalho árduo, pelas necessidades que passávamos, pelas crianças que paríamos muito cedo, umas atrás das outras, que murchavam nossos peitos e alargavam nossas ancas (Vieira Junior, 2019, p. 119).

O aspecto que Maria Cabocla carregava era o de uma mulher que estava maltratada tanto pela seca e pela fome – atreladas ao desamparo geral que aquele povo sofria, nas condições de trabalho e exploração –, quanto pelo cônjuge violento – na figura de Aparecido. Este concretizava a violência contra a esposa sem pudor e sem medo de ser repreendido de alguma forma, primeiro pela cultura de “não se meter a colher em briga de homem e mulher”<sup>31</sup>, segundo por ter ciência de que a condição de desamparo estatal era geral, tanto para a esposa quanto para si próprio, logo não haveria socorro a Maria Cabocla, assim como não haveria penalidade para ele. Nessa conjuntura toda, essas mulheres são ainda mais atravessadas pela falta de segurança pública, alimentícia e de saúde.

Não demorou para que a situação de Maria Cabocla piorasse cada vez mais. Um dia, um dos filhos da mulher busca por Belonísia em desespero, para que esta acudisse sua mãe, a qual mais uma vez apanhava de seu pai. Belonísia vai ao socorro da amiga, entrando em rompante na casa, onde Aparecido se encontrava despreocupado de que alguém fosse intervir: “[...] estava confiante na covardia dos homens que ouviam o desespero daquela mulher e nada faziam” (Vieira Junior, 2019, p. 149). Esta é mais uma forma de demonstrar como há pactos silenciosos que afetam mais alguns grupos em detrimento de outros, neste caso um pacto de gênero em que homens não acodem mulheres que estão em perigo por causa de outros homens. A certeza de que nada seria feito contra este homem é o que o dá confiança para seguir agredindo a esposa.

Diante do enfrentamento de Belonísia, Aparecido fica ainda mais irritado e a manda ir embora, ao passo que Maria Cabocla, ao discutir com ele para que a amiga permaneça, é novamente agredida. O homem avança em direção a Belonísia, para retirá-la à força, mas a determinação desta novamente transparece em seu olhar e suas ações:

Encostei a lâmina que escondia atrás de mim em seu queixo, olhando segura para seus olhos vermelhos e com veias que se espantaram ao ver minha reação. Estava em minha mão direita, com o cabo fresco como um seixo recém-tirado do rio. Maria parecia sobressaltada com a visão que tinha, mas não hesitou em pedir que Aparecido fosse embora de novo. Correu para o quarto para fazer uma pequena trouxa e voltou gritando que não iria mais apanhar, que ele fosse de uma vez e a deixasse com os meninos, que se virariam. A faca encostou de tal maneira no seu queixo que quase vi o momento em que o laceraria (Vieira Junior, 2019, p. 150).

<sup>31</sup>Esse é um ditado popular muito normalizado no Brasil. O autor faz alusão a esse dito, sendo ressaltado por Belonísia ao receber Maria Cabocla em fuga: “Senti um arrepió só de pensar que aquele homem adentrasse a casa para buscar Maria Cabocla, além de me dar umas pancadas por ter violado a *regra* de que *não se deve meter em briga de marido e mulher*” (Vieira Junior, 2019, p. 118, grifo nosso). O fato de ser visto como uma regra reforça o estabelecimento dessa postura enquanto a postura adequada, em comum acordo, em casos como o de Maria Cabocla, uma mulher agredida e fragilizada, diante de um marido violento – cenário esse que é o mais cotidiano na construção de uma “briga de marido e mulher”.

Amedrontado, acovardou-se diante da faca de Belonísia e desfez sua postura de homem forte e superior, caiu em choro e pediu perdão, culpando a bebida pelos seus rompantes de violência com a esposa. Esta, porém, segue determinada em expulsá-lo da casa e assim o faz, decidida a não sofrer mais violência doméstica e a proteger e sustentar os filhos sozinha. Apesar disso, a emancipação de Maria Cabocla de um marido violento implica em consequências graças à situação de vulnerabilidade socioeconômica, já que além de mulher indígena<sup>32</sup>, vive em circunstâncias de exploração da mão de obra. Por isso, várias preocupações com a amiga passam pela cabeça de Belonísia: se conseguiria dar de comer para os filhos, se haveria forças para trabalhar e sustentar a si e à família, se seria mandada embora da fazenda pela baixa produtividade (já que geralmente quem mais produziam para os proprietários eram os homens das casas) e até se Aparecido mesmo falaria com Sutério, já que este foi quem convidou e aceitou aquele em Água Negra, logo poderia reivindicar seu direito de ficar com a casa e expulsar Maria Cabocla da fazenda.

Em pouco tempo, Belonísia descobre que sua amiga aceitou o homem novamente em casa:

Semanas depois, soube que Aparecido havia retornado. Senti tristeza, mas pensei: “Se é pai dos meninos dela tem de haver algum perdão”. Quem sabe o homem não muda? Ou, quem sabe, o gostar de Maria seja maior que as diferenças que existem entre eles. No fundo, será que ela percebeu que poderia ser pior estar sozinha na terra com aquele tanto de filhos, sem condições de roçar e dar de comer a todo mundo? (Vieira Junior, 2019, p. 152).

Na fala de Belonísia é ressaltada a fragilidade de Maria Cabocla diante das circunstâncias de Água Negra e das necessidades básicas de seus filhos, que precisavam ser supridas. Em paralelo com Crenshaw (1991, p. 1245, tradução nossa), esta aponta como mulheres que buscam acolhimento em abrigos são fragilizadas para além da agressão física que sofrem de seus companheiros:

Na maioria dos casos, a agressão física que leva as mulheres para esses abrigos é meramente a forma mais imediata de manifestação da subordinação que elas sofrem. Muitas mulheres que buscam por proteção estão desempregadas ou subempregadas e um bom número delas é pobre.<sup>33</sup>

<sup>32</sup>Em diferentes momentos do romance, algumas características físicas sugerem que ela é uma mulher indígena por seus traços fenotípicos, diferente da maior parte dos moradores da fazenda, que são negros. Ao chegar em Água Negra, é descrita como “uma mulher franzina de cabelos negros e lisos” (Vieira Junior, 2019, p. 101) e, quando Belonísia a recebe em casa pela primeira vez, diz reparar na “pele acobreada de índia” (Vieira Junior, 2019, p. 119) da amiga.

<sup>33</sup>“In most cases, the physical assault that leads women to these shelters is merely the most immediate manifestation of the subordination they experience. Many women who seek protection are unemployed or underemployed, and a good number of them are poor” (Crenshaw, 1991, p. 1245).

São mulheres que dependem de seus maridos financeiramente, ou por terem péssimos empregos, ou por não estarem empregadas e sem fonte de renda – como é em Água Negra –, além da necessidade, no caso de Maria Cabocla, de terem outras bocas para alimentar. A violência doméstica se torna a pena a se pagar diante da dependência socioeconômica da mulher em relação ao seu marido, de maneira que se torna quase impossível desfazer este ciclo vicioso de agressão e subordinação se não há políticas que mobilizem a emancipação financeira e emocional feminina e que alcancem as mais diversas populações.

Entretanto, esta mobilização, se existe, ainda segue ínfima e não alcança as mulheres trabalhadoras de Água Negra. Estas seguem desamparadas amplamente, tanto pela exploração do trabalho, abandono estatal de acesso à segurança, saúde, educação públicas e exclusão social – derivados da raça, etnia e classe, isto é, gerais a todo o povo da fazenda –, quanto pela violência de gênero, subordinação matrimonial e machismo – derivados de seu gênero, afetando-as diretamente.

Donana já tem um destino diferente dos de Belonísia e de Maria Cabocla. A primeira se liberta da violência doméstica com a morte ocasional de Tobias e a segunda permanece com Aparecido mesmo após sua quase emancipação<sup>34</sup>. Por outro lado, e como já abordado inicialmente no item 3.3 deste trabalho, Donana é quem age para mudar o seu destino e se ver livre de um homem abusivo, porém isso a marca e ela leva a culpa consigo por toda a vida. Este homem não ganha nome no romance, justamente porque Donana não deixa rastros de sua memória para ninguém a respeito de sua existência: “Ele que havia chegado de onde haviam se esquecido, da mesma forma que se foi de um jeito que só a mulher que envelhecia saberia” (Vieira Junior, 2019, p. 239).

O homem era gentil e ajudava Donana no trabalho, de modo que pareceu alguém de confiança, porém depois de se instalar em sua casa – onde ainda moravam com elas alguns dos filhos, exceto Zeca, que já havia partido para outra terra –, a mulher descobre um abusador pedófilo que estuprava a própria filha Carmelita, “moça há poucos anos” (Vieira Junior, 2019, p. 239) na época dos abusos. Se antes desta descoberta era apenas Carmelita quem sofria com a existência daquele homem na casa, os comportamentos deste pioram de modo a afetar todos

---

<sup>34</sup>Não é possível, com certeza e demonstração pelo romance, apontar se Maria Cabocla continuou sofrendo violência doméstica de Aparecido após seu retorno, visto que ela se afasta de Belonísia ao receber o marido de volta em casa, logo não temos mais contato com ambos na narrativa. Todavia, é possível supor que isto aconteceu, de fato, considerando que a narrativa não assinala que a condição do aceite do retorno de Aparecido era o fim da bebida (que o tornava mais agressivo, segundo ele) e das agressões em si, por exemplo. Como o contexto geral não mudou, Maria Cabocla seguia em maior fragilidade social, o que favorece a continuidade do contexto interno, qual seja, a violência doméstica.

os demais, inclusive Donana, já que “[...] ficou mais forte, mandava em tudo, mandava na casa, tinha a mulher sob seu cabresto” (Vieira Junior, 2019, p. 240).

Donana decide, após um tempo não determinado na narrativa, pôr fim ao seu sofrimento e ao dos filhos – especialmente de Carmelita – e aproveita uma brecha de quando o marido está bêbado e fragilizado para matá-lo com a faca que se torna uma sina na vida desta família. Na mesma noite em que a faca tira a vida do homem, também corta a relação de Carmelita com sua mãe, pois ela foge durante a ausência de Donana e nunca mais é encontrada.

Um ponto interessante a se ressaltar que é padronizado no romance em relação aos homens que cometem violência doméstica é a bebida alcoólica. Para todos estes há um momento da narrativa que ressalta que o álcool os acompanha, especialmente nos piores rompantes de raiva e de violência contra as mulheres. Esta é até uma estratégia de manipulação e suavização das atitudes, pois podem terceirizar a culpa, atribuindo ao álcool a causa das atitudes violentas, como faz Aparecido, em uma tentativa de amenizar os seus atos, permanecer em casa e manter controle sob a mulher: “Seus olhos vermelhos de fúria amansaram como os de uma criança acuada pelo medo de uma aparição da mata. Aparecido chorou, pedindo perdão, dizendo que ele não era de fazer isso, que a bebida era uma desgraça em sua vida” (Vieira Junior, 2019, p. 150). Com isso, os homens não se responsabilizam sobre algo que é, sim, de sua responsabilidade e autoria.

Diante de toda essa conjuntura, reforçamos como Belonísia, Maria Cabocla e Donana estiveram, em diferentes momentos, porém de modos semelhantes, fragilizadas em situações cujas circunstâncias de exclusão social se mostraram articuladas aos fatores de raça, etnia e gênero. A interseccionalidade estrutural foi trazida aqui de modo a demonstrar no romance como está materializada essa relação intrínseca de fatores distintos que atravessam as vidas de mulheres não brancas – mulheres negras quilombolas, no caso da narrativa em análise. A partir disso, entendemos ser de fundamental importância o destaque dessas relações para se pensar que a exclusão percebida em *Torto arado*, ora desenvolvida no item 3 deste trabalho, está envolta de outras dimensões sociais que fazem com que a população de Água Negra, em especial a feminina, seja afetada também em outros aspectos.

No recorte de gênero, os discursos machistas e o pensamento patriarcal circulam em Água Negra de maneira dominante. O papel da mulher e o do homem são delimitados tanto na lida do campo para os proprietários da terra, quanto na constituição familiar e dentro de um matrimônio. Enquanto para os homens dali incide a exclusão socioespacial, a exploração da mão de obra, o racismo velado ou explícito, para as mulheres a condição é intensificada por somar-se a isso o abuso sexual, as violências verbais, psicológicas e físicas infringidas pelo

próprio companheiro, o que implica em ainda maior exclusão e sofrimento ético-político às sujeitas desta história. De maneira complementar, a ausência de políticas públicas que considerem os contextos de raça, classe e gênero em concomitância e que alcancem aquela população deixa as mulheres de Água Negra desprotegidas ao mesmo tempo em que protege os homens agressores que vivem na fazenda, uma vez que nem fornecem amparo àquelas, nem aplicam as devidas penas a esses.

#### **4.2 Quando o subalterno pode falar(?): manifestações das personagens diante da exclusão**

Diante das configurações da exclusão social destacadas, constituídas no espaço da narrativa e implicadas nas vidas das personagens, estas haveriam de reagir. Embora em contexto de exploração do trabalho, de cerceamento dos direitos básicos de saúde, educação e segurança, de insegurança alimentar e de opressão racial, étnica e de gênero, a população de Água Negra encontra, aos poucos, maneiras de se manifestar enquanto sujeitos de direito e de se posicionar no mundo.

Pela constituição das personagens, é possível refletir quanto à construção da relação literatura-sociedade no texto, de modo a perceber a exterioridade da narrativa na realidade social:

Se quisermos saber alguma coisa a respeito de personagens, teremos de encarar a construção do texto, a maneira que o autor encontrou para dar forma às suas criaturas, e aí pinçar a independência (ou não!), a autonomia e a “vida” desses seres de ficção, que fazem a ponte entre a arte e a vida. É somente sob essa perspectiva, tentativa de deslindamento do espaço habitado pelas personagens, que poderemos, se útil e se necessário, vasculhar a existência da personagem enquanto representação de uma realidade exterior ao texto (Brait, 2017, p. 19).

Neste sentido, na formação de personagens está configurada a relação entre o real e o ficcional e, por conta disso, deter-se a este elemento da narrativa permite que a exterioridade do texto seja apreendida. As atitudes, características, opiniões e posicionamentos das personagens comunicam diferentes mensagens e produzem diversos sentidos que, devidamente apreendidos, podem mudar o curso da narrativa ou a forma como o leitor a recebe e a relaciona com a realidade social. Daí a importância de focalizar este elemento a fim de ressaltar sua participação tanto na construção da narrativa quanto na assimilação do que há de representativo a partir disso.

É fundamental que destaquemos o impacto de duas personagens específicas que alteram o curso da narrativa a partir de suas ações: Bibiana e Belonísia. Ao focalizar as atitudes de ambas as irmãs, podemos perceber como elas contribuíram para o processo de mudança de

pensamento do povo trabalhador da fazenda e levaram este a reivindicar direitos e resistir à exclusão e aos outros elementos de marginalização e repressão que sofriam. Outros indivíduos do romance também têm seu papel de relevância, que será aqui mencionado, mas são essas duas as personagens que causam maior impacto e, por conta disso, nos ocuparemos em focalizá-las.

Bibiana inicia seu processo de emancipação a partir do contato mais próximo com Severo, pois com ele começa a desenvolver questionamentos a respeito da lógica de organização do trabalho, do impedimento de moradia ou de considerar aquela terra como sendo deles e da pouca perspectiva de mudança daquelas circunstâncias, caso permanecessem em Água Negra. Ao mesmo tempo em que se apaixona pelo primo, Bibiana também tem sua tomada crítica de consciência:

Eu achava tudo aquilo interessante, mas nunca havia parado para pensar por que estávamos ali, o que poderia modificar nessa história, o que dependia de mim mesma ou o que dependeria das circunstâncias. Mas ouvir as coisas que ele falava iluminou meu dia, e quis ouvir mais. Nunca havia conhecido ninguém que me dissesse ser possível uma vida além da fazenda. Achava que ali havia nascido e que ali morreria, como acontecia à maioria das pessoas (Vieira Junior, 2019, p. 73).

Nas conversas, Bibiana era elucidada do que parecia estar ou não ao alcance deles, conscientes que as circunstâncias – que poderíamos aqui ler como a exclusão que vivenciávamos, em destaque, além das demais questões sociais já mencionadas – poderiam interferir no processo. Contudo, a mera possibilidade de buscar por uma vida melhor para ela mesma e para sua família a motiva a continuar as conversas com Severo, pois ele parecia apresentar-lhe um mundo novo do qual ela queria fazer parte.

Quando Bibiana engravida de Severo e dá a este a notícia, sua empolgação é enorme e ele reforça o desejo de deixar Água Negra, estudar fora – pois a escola que seria construída na fazenda não seria de formação muito ampla –, arrumar trabalho em outro lugar, em que poderiam começar uma nova vida. Ela, com temor, não acata de imediato a ideia de abandonar tudo e todos que conhecia para enfrentar o desconhecido, porém ainda havia dentro dela o ímpeto de buscar algo melhor para si e para os seus:

No início resisti à ideia de deixar a fazenda e me afastar de todos. Mas gostava tanto de Severo, ele havia iluminado meu horizonte com a possibilidade de uma vida além da fazenda. Era difícil não me deixar seduzir pelos seus planos e entusiasmo. O desalento que se abateu sobre todos com a prolongada estiagem contrastava com o sopro de vida que tudo aquilo poderia ser para nós. Se desse tudo certo, voltaríamos para dar melhores condições de vida aos nossos pais e irmãos. Voltaríamos para retirá-los de lá. Aquela fazenda sempre teria donos, e nós éramos meros trabalhadores, sem qualquer direito sobre ela (Vieira Junior, 2019, p. 79).

Para o casal, o problema de terras e de exclusão estava tão internalizado em Água Negra que apenas em outros lugares haveria a possibilidade de uma vida melhor. Nesse sentido, a

mudança de espaço representava, para eles, uma possível mudança de vida, já que fora da fazenda, embora houvesse um mundo ainda desconhecido, estavam novas possibilidades das quais eles poderiam tirar proveito.

Em uma festa de jarê, uma sentença proferida pela encantada Santa Rita Pescadeira, a qual faz sua primeira aparição na narrativa e no jarê de Zeca Chapéu Grande, deixa Bibiana inquieta ao ouvir que “de seu movimento virá sua força e sua derrota” (Vieira Junior, 2019, p. 81). Em uma interpretação da mensagem deixada pela encantada, podemos associar o movimento tanto com a fuga que Bibiana pretende consolidar quanto com seu retorno, o qual também trará mudanças a Água Negra. A força estaria no processo de libertação suscitado a partir da sua fuga, com a educação formal que busca e a resistência que representa, além da influência que passará a exercer e da esperança que trará aos trabalhadores após seu retorno. Por outro lado, terá a derrota por ir ao encontro de uma realidade ainda muito difícil de se combater, com a repressão dos donos da fazenda e do sistema como um todo, já tão consolidado, bem como pelo assassinato do próprio marido, causado pela tentativa de silenciamento de suas manifestações.

Severo se depara com certa resistência da companheira para deixar Água Negra e tentar uma nova vida, pois ela não queria ter que abdicar da convivência com aqueles que ama. Logo após decidir que quer permanecer na fazenda onde nasceu, ela se depara com mais uma cena de injustiça em sua casa: Sutério, em um ato de abuso de poder, leva embora mantimentos que a família de Zeca Chapéu Grande havia comprado com o dinheiro das vendas na cidade, conquanto o combinado fosse que os proprietários da terra ficavam com parte apenas do que era cultivado e colhido ali pelos trabalhadores, não do que eles próprios adquiriam com seu (quase inexistente) poder de compra. O pai nada faz diante da postura do gerente da fazenda e Bibiana fica inquieta em pensamentos, buscando respostas de como poderia agir para mudar aquela lógica de funcionamento em Água Negra:

Pensei nas palavras de Severo sobre a situação de nossas famílias na fazenda. Que a vida toda estaríamos submissos, sujeitos às humilhações, como a pilhagem do nosso alimento. Que eu tinha um papel nisso tudo, e que meus pais precisavam de mim para mudar de vida. Que poderíamos, sim, comprar nossa própria terra e vir buscá-los. Que *só assim conseguiríamos ter uma vida digna* (Vieira Junior, 2019, p. 86, grifo nosso).

A personagem encontra forças na indignação e descontentamento com a realidade que ela e seu povo vivenciam. Diante das humilhações impostas pelo cenário excludente que se estabelece em Água Negra, Bibiana e Severo se mobilizam em busca de mudanças e isso implica na mobilização física de um espaço para outro que poderá oferecer melhores possibilidades de formação, trabalho e dignidade. A percepção é a de que exclusão e exploração

já estão de tal modo impregnadas naquela fazenda que apenas em outro lugar será possível ter esperança de novas oportunidades. O casal, então, consolida sua fuga com a promessa interna de retorno, para buscar aqueles que ficavam para trás.

A ruptura do forte laço entre Bibiana e Belonísia se dá especialmente neste momento do romance – que marca o fim da primeira parte da obra, “Fio de corte” –, já que aquela leva consigo a língua que emprestava à irmã quando esta queria se comunicar, porém não o fazia pela própria fala após o acidente com a faca de Donana. Nesse sentido, embora a partida de Bibiana caracterize para esta o primeiro ato de rompimento e resistência contra Água Negra e contra tudo o que aquele espaço representa, seu ato corajoso de rebeldia implica num abandono ainda maior de Belonísia. Esta, sem Bibiana, fica também sem uma intérprete de tudo o que queria comunicar, mas não conseguia com sua própria voz, o que a coloca numa situação ainda mais vulnerável.

A marca em sua língua é limitante da esperança de um futuro diferente daquele já conhecido entre a população de Água Negra. Se Bibiana segue o sonho de ser professora para ter melhores oportunidades, Belonísia não pode contar com essa possibilidade e seu desinteresse pelo ensino formal que chega à fazenda fortalece a decisão de largar a escola, afinal para ela não faria sentido dar continuidade à formação após aprender o básico de leitura, escrita e matemática:

No mais haveria de concordar comigo que *meu futuro não poderia ser melhor*, no fim das contas eu não poderia dar aula em Água Negra, nem em povoado ou cidade próxima. Não se tinha notícia de professora muda nas redondezas. Em seu íntimo, assentia que eu não poderia ensinar já que não saía palavra de minha boca. Que *era melhor que continuasse a minha andança por roça*, quintal e cozinha, por marimbus, estrada e feira, para que na ausência deles pudesse me virar sozinha (Vieira Junior, 2019, p. 99, grifo nosso).

A sua mudez – derivada de sua mutilação, irreversível por causa da condição de exclusão que vivencia o povo de Água Negra – desencadeia a impossibilidade de vislumbrar um futuro distinto. Para Belonísia, o ensino formal não seria emancipatório, por não ser adaptado às particularidades daquela população. Diante dessa condição, ela segue um caminho diferente do da irmã em seu processo de libertação das amarras do condicionamento e da exclusão, aproximando-se ainda mais dos conhecimentos sobre a terra ao acompanhar o pai nas andanças da roça, de modo que este a ensinava sobre as ervas e raízes, sobre os cuidados necessários com a plantação em diferentes períodos climáticos, entre outros ensinamentos que a fariam independente no cuidado com a terra.

Pouco depois, na narrativa, recebem a primeira notícia de Bibiana e Severo depois de sua fuga. Com isso temos um vislumbre de como está o andamento do processo de formação e

trabalho de ambos: conseguem trabalho e lugar de morada, além de acesso ao ensino formal que permitirá à Bibiana a realização do magistério para se fazer professora. Ressaltamos o destaque feito ao contato de Severo com o sindicato: “Severo estava trabalhando no corte de cana, tinha feito amizade com gente do sindicato” (Vieira Junior, 2019, p, 103); é a partir daí que ele e a companheira iniciam uma movimentação propriamente política de resistência. Esse contato é o que, posteriormente, contribuirá para a movimentação de resistência se instaurar em Água Negra.

Neste meio tempo, Belonísia se casa com Tobias e passa a ter sua postura ainda mais retraída. Desde a fuga de Bibiana, sem alguém para vocalizar o que ela precisava – visto que era a irmã quem mais a entendia –, intensifica-se seu silenciamento. Ao se casar com um homem que se torna cada vez mais violento e que passa a tratá-la mal, seu retraimento se intensificava e de alguém que desafiava o mundo, passa a não se posicionar diante de seu marido:

Os rapazes não se aproximavam de mim, ou porque me achavam feia, ou porque não poderiam conversar comigo, principalmente sem a intercessão de Bibiana, ou porque *me viam como um desafio, alguém que desafiava a força, o que achavam ser privilégio dos homens*. Mas ali, na casa do homem com quem vivia, nos limites daquele casebre de paredes que ruíam, era uma intrusa. *Não me sentia à vontade para reagir*, nem que fosse de forma serena, sem rompantes de violência nos gestos (Vieira Junior, 2019, p. 117, grifo nosso).

A força responsiva dessa personagem é apagada no matrimônio, de maneira que ela passa a perder, aos poucos, a postura de resistência diante de Tobias. Nessa relação, como em muitas outras marcadas pela violência psicológica e física, a mulher se retrai e se silencia em sua posição de submissão ao marido, e o casamento de Belonísia é ainda mais marcado pelo processo de subalternização, como já ressaltamos no item 4.1.

Porém, é no acolhimento de outra mulher violentada que Belonísia encontra novamente, em seu íntimo, a pessoa que desafiava a força. No mesmo dia em que acolhe pela primeira vez Maria Cabocla e se depara com as consequências que um marido violento pode trazer a uma mulher, Tobias chega ainda mais bêbado e com maiores acessos de fúria contra a esposa. Recuperada sua coragem, não sentia mais medo e tinha confiança em sua própria força para enfrentar o marido, se fosse necessário.

Além disso, já abordamos no item 3.3 as tentativas de falar desta personagem, que se configuram numa tortura que impõe sobre si, em um lembrete da condição de exclusão que circunda ela mesma e todo o povo de Água Negra. As palavras que tentava dizer com a sua “voz deformada”, porém, ganham contornos ainda mais virulentos após as atitudes violentas de Tobias contra a esposa:

Agora, com os maus-tratos de Tobias, elas se tornavam mais vis, eram gritadas por minhas ancestrais, por Donana, por minha mãe, pelas avós que não conheci, e que chegavam a mim para que as repetisse com o horror de meus sons, e assim ganhassem os contornos tristes e inesquecíveis que me manteriam viva (Vieira Junior, 2019, p. 128).

Belonísia se fortalece, então, tanto pela realidade de violência vivida por Maria Cabocla – realidade esta que ela não deseja vivenciar em seu próprio casamento –, quanto pelas gerações de mulheres que, antes dela, se fizeram ouvidas. Na “voz deformada” da personagem, ela percebe uma possibilidade de resistência, pois com ela lembrava-se de quem era e da força que possuía para continuar em sua caminhada. Ainda que em seu corpo estejam refletidas a exclusão e a subalternidade que vivencia, materializadas na língua ferida que a impedia de falar, Belonísia passa a sustentar a sua voz de outras formas para que suas vontades, seus posicionamentos e suas decisões sejam manifestados, superando o silenciamento imposto sobre seu corpo.

É a partir da reconquista desta força de independência que a personagem enfrenta tanto Tobias, quando este dá sinais de que a agrediria fisicamente, quanto Aparecido, acudindo Maria Cabocla da violência deste homem. Para Tobias, Belonísia se expressa por meio do olhar feroz e desafiador, transparente o suficiente para que ele entenda que ela não se amedrontará ou se encolherá diante dele e que ele deveria recuar – como faz em seguida no romance. Para Aparecido, ela se posiciona de maneira ainda mais explícita e desafiadora ao carregar consigo a faca de marfim que um dia marcou seu corpo e sua vida, colocando-a sobre o pescoço do homem quando este tenta avançar para cima dela também. É aparente, portanto, o seu posicionamento diante das intempéries que enfrentam enquanto mulheres expostas à violência doméstica, fortalecendo sua postura de resistência contra as engrenagens de um sistema que insiste em marginalizá-las e excluí-las.

A resistência de Belonísia também se encontra em pequenas ações. Após a morte de Tobias, quando passa a morar sozinha e sustentar todos os serviços braçais de cuidado com a casa e com a roça, ela escolhia criteriosamente o que, da sua terra, seria dela e de sua família. Desse modo, entregava a pior qualidade da colheita para o gerente da fazenda, para cumprir o critério combinado de permanência em Água Negra:

Sutério passava rigorosamente toda semana e levava o que podia. Mas não o deixava levar o melhor, como meu pai fazia por gratidão. Separava os legumes maiores para a casa, para meus pais. Só não os deixava apodrecer nos pés, de desgosto, porque achava um desrespeito com a própria terra. Mas se desse para dar aos animais, eu dava, só para não deixar que ele levasse meu suor, minhas dores nas costas, meus calos nas mãos e minhas feridas nos pés, como se fosse algo seu (Vieira Junior, 2019, p. 152).

Apesar de simples, é um gesto de resistência simbólica que a personagem passa a adotar diante do sentimento de injustiça que já possui nesse ponto da narrativa. Ainda que tenha permanecido na fazenda, atendendo aos critérios para ganhar moradia e terra para plantar sua própria comida, Belonísia também, como a irmã, identifica as circunstâncias estabelecidas como injustas e abusivas. Entretanto, não é na fuga que ela encontra sua forma de resistência, mas na permanência. Nos pequenos atos, vai combatendo a lógica de exploração estabelecida, fortalecendo o conhecimento local, o cuidado com a terra e a cultura do povo que ali construiu raízes.

Em paralelo, quando Bibiana e Severo fazem sua primeira visita a Água Negra, após um tempo de sua fuga, Belonísia conhece o discurso do cunhado de reivindicações de direitos para a população trabalhadora da fazenda. Ao contar as suas experiências com o trabalho em outras terras e os aprendizados a partir do contato com pessoas do sindicato, Severo prende a atenção de Belonísia, e esta passa a querer saber mais sobre aquilo que ele e a irmã tinham a compartilhar:

Queria escutar cada vez mais histórias que traziam de suas passagens por outros lugares. Queria ouvir de Severo as explicações para o que vivíamos em Água Negra. Eram histórias que se comunicavam com meus rancores, com a voz deformada que me afligia e por vezes me despedaçava, com todo o sofrimento que nos unia nos lugares mais distantes. Que juntos, talvez, pudéssemos romper com o destino que nos haviam designado (Vieira Junior, 2019, p. 132-133).

A visita de ambos, então, traz esperança de uma mobilização, de mudanças e de busca por um novo destino, um que alterasse a lógica de funcionamento há tantos anos estabelecida naquela terra e até então aparentemente imutável. Com essa visita também ocorre o contato com a história daquele povo, com o processo de colonização e a travessia forçada nos negros ao Brasil, mas agora com a perspectiva do colonizado, não do colonizador, como ocorria na escola a que Belonísia tinha acesso.

A partir disso estabelece-se uma pedagogia distinta e fora dos contornos do ambiente escolar – este que, no romance, como já vimos em 3.2, se limita a uma pedagogia de dominação e subalternização. Nesta, a abordagem dos aspectos históricos, por exemplo, partem do protagonismo dos colonizadores. Em contraposição à prática pedagógica que não é voltada para o desenvolvimento crítico do aluno, apenas para a reprodução do conhecimento hegemônico,

começa a se estabelecer uma pedagogia de resistência à dominação<sup>35</sup>. Os discursos de Severo passam a chamar a atenção de Belonísia quanto aos porquês de suas condições em Água Negra, das poucas mudanças que ocorriam em prol dos moradores estabelecidos ali. Surge na personagem um ímpeto pela leitura e os estudos, pois agora o aprendizado lhe dizia alguma coisa, conversava com a sua realidade e parecia ter sentido, de maneira que passa a devorar os livros trazidos pela irmã e pelo cunhado.

Alguns anos após a primeira visita do casal, eles retornam em definitivo para Água Negra, estabelecendo-se com Bibiana como professora da escola local. Com essa mudança, as crianças em formação escolar passam a ter acesso a uma outra perspectiva de se pensar a história do Brasil e de seu povo:

As crianças ficavam atentas, não sabiam que havia uma história tão antiga atrás daquelas vidas esquecidas. Uma história triste, mas bonita. E passavam a entender por que ainda sofriam com preconceito no posto de saúde, no mercado ou nos cartórios da cidade. Onde lhes apontavam, dizendo: “olha o povo do mato” ou “negrinhos da roça”. Compreendiam por que tudo aquilo não havia terminado. Você [Bibiana] incutiu naquelas vidas um respeito grande por suas próprias histórias (Vieira Junior, 2019, p. 243).<sup>36</sup>

Logo o contato com os discursos de resistência de Severo passa a não se limitar a Belonísia, mas se dissemina no meio escolar e geral, pela fazenda. Em paralelo à pedagogia de resistência à dominação, estabelece-se também a de libertação/emancipação<sup>37</sup> a partir da tomada de consciência do povo de Água Negra. Com o reconhecimento de sua história, lutas, direitos e identidade, esta comunidade se fortalece em prol de sua emancipação dos domínios da colonialidade do ser, do poder e do saber (Maldonado-Torres, 2018).

Entretanto, enquanto viveu Zeca Chapéu Grande, os movimentos de resistência e de emancipação foram contidos, surgiam tímidos, uma vez que vinha dele e de outros moradores mais antigos naquele território o sentimento de gratidão pela terra. Os mais velhos acreditavam

---

<sup>35</sup>“Vítimas de processos históricos de dominação/subalternização trazem suas pedagogias de resistência. Trazem os contextos históricos, as relações políticas em que foram produzidos subalternos, mas também trazem, com maior destaque, as resistências a esses contextos e a essas relações sociais, econômicas, políticas, culturais e pedagógicas. [...] A cultura da resistência faz parte constituinte da cultura popular latino-americana” (Arroyo, 2012, p. 14).

<sup>36</sup>Este trecho pertence à terceira parte do romance, em que Santa Rita Pescadeira figura como narradora e, neste capítulo, dirige-se a Bibiana.

<sup>37</sup>Neste processo, “repolitizam suas históricas resistências, ‘tantas lutas inglórias’ – e se organizam em ações coletivas diversas, em movimentos sociais de libertação/emancipação dos padrões de poder, de trabalho, de apropriação/expropriação da terra, do solo, da riqueza, do conhecimento, das instituições do Estado. Nessas ações coletivas por libertação/emancipação se produzem Outros Sujeitos políticos e de políticas. Exigem reconhecimentos, constroem seus autorreconhecimentos. Pressionam o Estado por outro projeto de campo, de cidade, de sociedade” (Arroyo, 2012, p. 15).

que deviam ser gratos por encontrarem trabalho em Água Negra e comida de suas terras, e em respeito ao sogro, Severo continha sua movimentação com o sindicato.

Invariavelmente, as conversas de Severo se espalharam entre a população da fazenda e a tensão entre os discursos dos mais jovens e dos mais antigos aumentou:

Os pioneiros não pensavam assim, ou seus pensamentos eram abafados pela urgência de se manter a paz entre os trabalhadores e seus senhores. Ou porque havia uma gratidão pela acolhida que as gerações seguintes já não tinham, talvez por terem nascido e crescido neste lugar. Os mais jovens começavam a se considerar mais donos da terra do que qualquer um daqueles que tinham seus nomes transcritos no documento, que tinha sua cópia disputada e negociada pelos gerentes de forma desvantajosa para eles (Vieira Junior, 2019, p. 187).

A nova geração de trabalhadores passou a reconhecer os abusos e as circunstâncias de exploração e exclusão aos quais eram submetidos. Este reconhecimento partiu da movimentação de Severo e Bibiana, nas visitas ao sindicato, nas mudanças na escola local, e assim iniciou o processo de tomada de consciência desta geração em relação ao seu passado histórico, aos direitos que lhe estavam previstos e à necessidade de mobilização em prol de mudanças. Para os mais velhos, no entanto, ainda que houvesse um reconhecimento das injustiças, havia junto um temor por como seria recebido esse movimento, pois não queriam que fosse tido como ingratidão pela terra que os acolheu quando precisaram de moradia, comida e trabalho.

Detendo o olhar sobre o sentimento desses moradores, podemos resgatar o sofrimento ético-político suscitado pela exclusão, o qual, como destaca Sawaia (2014b, p. 106, grifo nosso), “[...] retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, *especialmente a dor que surge da situação social* de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade”. Aqui, ressaltamos não só a dor que é causada pela própria situação de exclusão – como trabalhamos mais detidamente no terceiro capítulo deste trabalho –, mas ainda o sofrimento causado na possibilidade de resistir a essa situação, posto que embora enxerguem-na injusta e exploratória, acreditam ser necessária a gratidão – e cobram de si este sentimento – por terem onde dormir e de onde retirar o alimento.

Com a mudança dos donos da fazenda, todavia, este cenário muda um pouco, especialmente a partir da proibição de enterrar a população na Viração. O ato é visto como uma ofensa pelos mais velhos, uma vez que aquele cemitério era histórico – havia significado para o povo ser enterrado junto aos seus que já haviam falecido, no único lugar para o qual tinham convicção de que iriam, na única certeza que lhes era dada morando em Água Negra. Além disso, aumenta a tensão dos trabalhadores diante dessa proibição, pois tal medida parecia mais um presságio de que as circunstâncias poderiam piorar para aquela população, pela lógica de

que se nem os seus mortos eram bem-vindos, também os vivos logo poderiam ser expulsos do local.

Ao mesmo tempo em que o discurso de Severo começa a crescer e ganhar força em meio aos trabalhadores, há também o movimento de repressão de Salomão. Enquanto o ativista ganha destaque na luta política daquela população – fazendo chegar a ela a história de seu povo, o abuso e exploração ao qual foram e eram ainda submetidos, a necessidade de se posicionarem –, o novo proprietário articulava maneiras de silenciá-lo. Este é o movimento comum àqueles favorecidos pelo discurso dominante: apagar as formas de discurso que colocam em risco o seu poder. Iniciou com a manipulação de alguns dos trabalhadores, dividindo o grupo ao meio a fim de se enfraquecerem. Em seguida iniciaram-se as visitas de policiais, que visitavam as casas e constrangiam os moradores, impondo medo entre eles, pois passavam a ter ciência de que aquelas figuras de autoridade não atuavam em prol de sua proteção. Estas medidas de opressão, contudo, não foram o bastante para impedir o movimento de resistência que crescia cada vez mais em Água Negra. Concomitantemente a esses acontecimentos, Severo e Bibiana se mobilizavam para colher assinaturas e criar uma associação de trabalhadores, porque assim fortaleceriam a reivindicação de seus direitos e seriam propriamente reconhecidos enquanto um grupo de resistência política.

É então que a medida mais drástica de repressão e instauração do medo é aplicada: Severo é assassinado na porta de sua casa, enquanto se preparava para sair com Bibiana para mais uma busca por assinaturas de trabalhadores. O tiro destinado a esse homem é simbólico de toda repressão e abuso de poder históricos que mais uma vez se configura no silenciamento completo de uma voz que começava a fazer diferença e a promover mudanças naquele espaço. No item 3.3, já foi focalizada a materialização, em Severo, de seu silenciamento forçado como uma das implicações do sistema de exclusão que se estabelece em Água Negra, mas aqui propomos um outro olhar: o que a morte deste personagem desencadeia nas demais pessoas, em especial em Bibiana, sua principal companheira de luta.

Apesar da intenção de amenizar, por meio da imposição do medo, o sentimento de revolta e a postura de resistência em meio aos trabalhadores, o efeito desse assassinato é contrário e seus resultados são expressos ainda na fase de luto. Após o velório de Severo, o povo se mobilizou para que seu corpo fosse enterrado no cemitério tradicional, a Viração. Conquanto houvesse a proibição para tal e o portão estivesse bloqueado – após o comando de Salomão – por corrente e cadeado, o povo de Água Negra não se intimidou: “Foram muitas mãos agitadas sacudindo o portão velho, como muitos antepassados haviam agitado o corpo para fugir dos castigos e grilhões do cativeiro. O portão tombou no chão como uma corrente se

desfazendo no ar” (Vieira Junior, 2019, p. 209). Se até então a única mudança da fazenda tinha sido no discurso de resistência que circulava e na mobilização para a criação da associação de trabalhadores, neste momento passa a transparecer uma postura mais incisiva que impacta fisicamente o espaço constituído anteriormente.

Na ausência dos proprietários, que diziam ter viajado na véspera do assassinato, o povo tinha um ímpeto de revolta. O desejo era de reduzir a casa construída para Salomão e Estela a cinzas, incendiá-la a fim “de destruir tudo o que lhes foi negado” (Vieira Junior, 2019, p. 212). A ideia é contida temporariamente, na esperança de que a justiça fosse feita em nome do líder do movimento sem que houvesse prejuízo de toda sua luta. Essa expectativa é fomentada quando se inicia uma investigação do assassinato de Severo, porém é logo suprimida com a notícia de que a investigação concluiu o inquérito alegando que o motivo do assassinato se ancorava em disputas oriundas do tráfico de drogas na região, o que era mentira. A notícia visava a mascarar a verdadeira causa da morte deste líder político de Água Negra para garantir a manutenção do poder dos proprietários e a invisibilização das problemáticas que cercavam o território da fazenda e se impunham sobre seu povo.

Esse resultado da investigação impulsionou Bibiana a falar em nome de seu falecido marido, assumindo protagonismo na liderança deste movimento. Até o momento, ainda que tivesse uma atuação relevante na mobilização dos trabalhadores, não era ela a figura de destaque como porta-voz dos discursos de resistência, tampouco era atribuído a ela o papel de conduzir o povo. A comparação com as posições antes assumidas por seu pai e seu marido é inevitável para a personagem:

Durante toda a sua vida, Bibiana havia visto o pai organizando as empreitadas de trabalho ou conduzido a assistência nas cerimônias de jarê. Nunca imaginou, entretanto, que aquela incumbência de falar ao povo da fazenda recairia sobre seus ombros. Até mesmo porque Severo era quem vinha falando aos moradores, organizando a resistência ao cerco que Salomão e seus empregados vinham instituindo, embora ela se inteirasse e participasse de forma ativa da movimentação. Agora se via exposta à violência do atentado, à mentira que tentavam difundir para desmoralizar de vez o povo de Água Negra (Vieira Junior, 2019, p. 218).

Com isso, Bibiana assume uma posição à frente do movimento que representa a união de resistência dos moradores da fazenda. Salomão ainda tenta intimidá-la, fazendo-se presente quando a personagem convoca o povo de Água Negra para se pronunciar sobre o resultado da investigação do assassinato de Severo, mas a tentativa do proprietário não surte efeito na revolta de Bibiana e não impede que sua fala reverbere diante de seu público. Pelo desastre nada incidental com Severo, a mobilização pelo reconhecimento da população quilombola – ao invés de ser silenciada – é intensificada:

“Querem desonrar Severo, porque desonrando seu nome enfraquecem nossa luta. Querem proteger os poderosos. Querem nos calar, nos retirar daqui a qualquer custo. Querem nos dobrar, mas não vergaremos. Querem que a gente levante, carregando nossas coisas, e deixe a fazenda. Para onde? Não interessa. [...] Até proibir de enterrar nossos mortos na Viração tentaram. Mas não irão nos dobrar. Não deixaremos Água Negra.” [...]

Irromperam em aplausos e coro para reafirmar o que Bibiana havia dito. [...] Impulsionados pela mobilização iniciada por Severo, viam em sua morte um pretexto para se fazerem ouvir. Seria agora ou nunca mais (Vieira Junior, 2019, p. 221-222).<sup>38</sup>

Enquanto até o momento do assassinato as manifestações eram contidas, elas ganham ainda mais força após esse evento. Não obstante a situação de exclusão perseverasse em Água Negra e houvesse várias tentativas de Salomão de manter aquela população à deriva de direitos e de qualquer amparo e reconhecimento, Bibiana e seus companheiros intensificam suas reivindicações e mantêm-se firmes para se fazerem ouvidos. Neste caso, pela união dessa comunidade em prol de um interesse comum, a voz deste povo – que sempre existiu, mas permaneceu abafada por muitos anos – passa a ecoar de modo a clamar por justiça numa terra em que muito houve de exploração, abuso, violência e silenciamento.

Em algum tempo, os moradores de Água Negra se mobilizaram mais ativamente para marcarem seu pertencimento àquela terra. Alguns passaram a investir em materiais mais duráveis e a consolidar suas próprias casas, deixando uma mensagem explícita: ali permaneceriam, pois seus lares não seriam mais construções de barro que se desmanchavam, mas casas duradouras e de sua posse. Salomão já não podia conter o que, para ele, seria um “movimento de desobediência” dos trabalhadores, de maneira que “procurou a Justiça, pedindo reintegração da posse de todas as áreas ocupadas da fazenda” (Vieira Junior, 2019, p. 255).

Diante da possibilidade de serem despachados pela força da lei, Bibiana e seus companheiros de luta não desistiram dessa mobilização. Em conjunto, decidiram que “[...] se tivesse a ordem de um juiz – eles acreditavam que era possível pela influência que Salomão tinha entre os ilustres cidadãos da região –, deitariam no chão diante de suas casas para impedir os tratores de demolir. [...] Juntos resistiriam até o fim” (Vieira Junior, 2019, p. 256). É importante o destaque para a influência de Salomão, pois ela é determinante do curso que poderia tomar o processo, reforçando-se a percepção das desigualdades instauradas graças às diferenças de poder e hierarquias estabelecidas ali. Enquanto pessoa influente, com contatos relevantes no meio social e com capital suficiente para persuadir, o proprietário poderia ter vantagem no julgamento, ao passo que os trabalhadores estavam dispostos a perder a própria vida em prol da efetivação de seu direito de morar e pertencer àquela terra.

---

<sup>38</sup>O uso de aspas são do próprio trecho do romance em toda a citação, sendo uma reprodução integral deste trecho.

Com o assassinato de Salomão, iniciou-se um processo de investigação no qual os moradores de Água Negra foram os principais suspeitos, sendo conduzidos à delegacia para prestarem depoimento. Um dos alvos do inquérito foi Bibiana:

Questionaram sobre o papel dela na desordem que relatavam na fazenda. Disse que era professora, casada por muitos anos com um militante. Disse que era quilombola. Escutou que ninguém nunca havia falado sobre quilombo naquela região. “Mas a nossa história de sofrimento e luta diz que nós somos quilombolas”, respondeu, tranquila, diante do escrivão e do delegado (Vieira Junior, 2019, p. 256).

Apesar dessa tentativa de descredibilizar o discurso de Bibiana e ignorar a existência daquela comunidade quilombola, dando-se sequência à investigação com foco no assassinato de Salomão, não houve um ponto conclusivo acerca de quem seria seu algoz. Descobriu-se que o proprietário acumulava muitos desafetos de outras terras, de modo que o leque de possibilidades de responsáveis pelo crime se expandiu muito. Por conta disso, o caso permaneceu inconcluso. No entanto, esse processo chamou a atenção dos órgãos públicos para Água Negra:

Meses depois, a notícia dos assassinatos trouxe funcionários de órgãos públicos, que ouviram moradores num processo de reintegração de posse. Aquela chegada foi celebrada com alívio. Tudo permanecia incerto, não havia prazos para a solução do problema, mas aquela movimentação indicava que *a existência de Água Negra já era um fato. Não eram mais invisíveis, nem mesmo poderiam ser ignorados* (Vieira Junior, 2019, p. 257, grifo nosso).

A chegada desses funcionários representava, para aquele povo, a esperança por mudanças. Não sabiam o resultado que viria desse processo, mas tinham a certeza de que, a partir disso, não seria mais possível que negassem sua existência, que não fossem vistos e assistidos. Neste momento, o que para Spivak (2010) não seria uma possibilidade – pela condição geral de subalternidade e exclusão que se estabelece naquele espaço e entre aquelas pessoas – se torna possível: elas se fazem ouvidas, notadas, não mais ignoradas completamente pelas autoridades ou excluídas de qualquer amparo e reconhecimento.

Na leitura do romance, algo que não é revelado para as autoridades policiais da narrativa é denunciado para o leitor: as responsáveis pela morte de Salomão são Bibiana e Belonísia, conduzidas por Santa Rita Pescadeira. Unindo-se ao corpo da primeira irmã, a encantada a levava pela mata e a conduzia a fazer um fojo para capturar um predador que vivia à solta:

Vamos caçar um animal feroz que anda à solta, apavorando a gente de Água Negra. A onça que sua avó via, só ela via, e por isso pedia para terem cuidado. A onça era uma lembrança daquele passado tão distante e havia retornado para amedrontar os moradores. Não era a onça que havia protegido seu pai louco no meio da mata. A onça que passamos a caçar havia derramado sangue e estava disposta a rasgar a carne de mais gente, até conseguir o que queria (Vieira Junior, 2019, p. 260).

Ao contrário da primeira onça mencionada no romance, que protegeu Zeca Chapéu Grande durante seus episódios de loucura, o animal de agora representava uma ameaça à segurança do povo de Água Negra. A partir de uma linguagem metafórica, o proprietário da fazenda é caracterizado como um animal de caça a ser abatido para que deixasse de intimidar e amedrontar os trabalhadores, bem como para que nenhuma outra figura de resistência entre eles fosse permanentemente silenciada, como o foi Severo.

Após finalizada a cova da armadilha planejada, é Belonísia quem recebe Santa Rita Pescadeira em seu corpo e prepara o abate da caça. A encantada percebe, em sua nova montaria, a força histórica que se acumula dos antepassados: “Foi cavalgando seu corpo que senti que o passado nunca nos abandona. Belonísia era a fúria que havia cruzado o tempo. Era filha da gente forte que atravessou o oceano, que foi separada de sua terra, que deixou para trás sonhos e forjou no desterro uma vida nova e iluminada” (Vieira Junior, 2019, p. 261). Nesta personagem se materializa o acúmulo do desejo secular de emancipação e de superação das mazelas que recaíram sobre seu povo. Com esta força, ela atrai a onça para o fojo e a apunhala, marcando o fim do romance pela frase emblemática que compõe também o título deste trabalho: “Sobre a terra há de viver sempre o mais forte” (Vieira Junior, 2019, p. 262).

Diante deste contexto, embora marcadas pela exclusão social que se estabelece naquele espaço e as afeta na efetivação de direitos, no acesso a bens básicos, na garantia de tratamento igualitário, as irmãs Bibiana e Belonísia se posicionam e lutam para que essas necessidades negadas passem a ser reconhecidas e atendidas. Como mulheres negras quilombolas, enfrentam muitos desafios nesse processo, já que são atravessadas pelas circunstâncias de gênero, raça e etnia, dificultando ainda mais a possibilidade de se fazerem ouvidas (Crenshaw, 1991; Spivak, 2010). Ainda assim, fortalecem-se em sua história, seus antepassados, sua tomada de consciência e autopercepção de identidade quilombola, bem como em sua cultura, crenças e coletividade.

É fundamental destacarmos que é pela narração de Santa Rita Pescadeira, na terceira parte do romance, “Rio de sangue”, que percebemos as mudanças de postura da comunidade como um todo de forma mais enfática. A encantada começa a fazer parte da vida da população de Água Negra mais expressivamente nesta fase de resistência. Não só ela como outros encantados do jarê fazem parte do fortalecimento daquela população quilombola (Paulino, 2023), pois esta também, a partir deles, reafirma sua identidade e se mobiliza pelas transformações naquele espaço.

Em Velho Nagô ancoravam o cuidado, amparado nos conhecimentos de tratamentos medicinais que mantinham a comunidade sã e viva e que recebiam novas vidas pela condução

adequada dos partos. Era este encantado quem guiava Zeca Chapéu Grande na atuação como curador dos males físicos e mentais que acometiam os trabalhadores de Água Negra, abatidos pelas condições de trabalho, morada, clima e outros. Também ele estava presente com Salustiana nos partos, recebendo novas vidas que poderiam vivenciar novos cenários naquela terra.

Já em Santa Bárbara encontrou-se a força da reivindicação, pois com ela se conquista a primeira possibilidade de ensino formal ao alcance daquele povo. Conquanto fosse um ensino truncado, abriu portas para novas oportunidades de transformação em Água Negra. O crédito dessa conquista está em Santa Bárbara justamente por ser ela quem conduz Zeca na reivindicação de uma promessa que os moradores desconheciam, mas da qual o prefeito tinha ciência e temeu não cumprir.

Por fim, em Santa Rita Pescadeira esteve o poder da resistência, fortalecido pela ancestralidade e o testemunho da história de todo o processo de colonização, exploração, escravização do povo negro, de abuso das mulheres e assassinato em massa. O que poderia ser visto como vingança se materializa na morte de Salomão, refazendo-se em uma busca por se fazer justiça em nome daquela comunidade quilombola, já que a Justiça não estava ao seu alcance para protegê-los e resguardá-los como deveria.

Ao longo do romance ocorre, então, um processo de fortalecimento e engajamento do povo de Água Negra. A princípio, este não podia falar – no sentido de manifestar-se e se fazer ouvido em suas manifestações –, de modo que percebemos um deslocamento de espaço por parte de Bibiana e Severo assim que começam a trocar ideias sobre a resistência, as injustiças vividas e a circunstância de exclusão estabelecida ali. Em seguida, também Belonísia, na qual está ainda mais materializada a subalternidade e exclusão, se fortalece e se posiciona no mundo, mantendo sua posição de enfrentamento, mesmo impedida de se expressar com sua própria voz. Com o retorno de sua irmã e seu cunhado, as manifestações se unem e o processo de resistência se fortalece, visto que a circulação dos discursos é potencializada entre a população de trabalhadores. As mudanças naquele espaço são efetivas para que, juntos, se façam ouvidos pelos proprietários, pelas autoridades, por todos que poderiam fazer alguma diferença ali. Nesse âmbito, embora excluídos, subalternos, fragilizados no meio social, quando falam e se fazem ouvidos, eles encontram caminhos para que suas vozes ecoem – no exterior e no interior de suas vivências – e passem a ser reconhecidas, escutadas e atendidas.

## 5 “NÃO ERAM MAIS INVISÍVEIS, NEM MESMO PODERIAM SER IGNORADOS”

*E os sons, os sons dos animais, das folhas ao vento, do rio correndo, os sons ecoavam perenes em seu interior. Fosse nas tarefas do dia ou no sono leve da noite. Então sentiu que desde sempre o som do mundo havia sido a sua voz (Vieira Junior, 2019, p. 248).*

Ao longo deste trabalho, traçamos um caminho analítico com o intuito de, ao final, podermos responder à questão central que guiou nosso olhar investigativo: de que maneira a exclusão social é representada em *Torto arado*, de Itamar Vieira Junior (2019), considerando tanto o espaço da narrativa em seu contexto rural quanto a forma como esta exclusão repercute nas personagens? Para chegar a uma resposta, guiamo-nos em três eixos centrais, abordados nos capítulos de desenvolvimento desta dissertação.

Iniciamos destacando, em “O mundo da obra e a obra no mundo: relações entre literatura e sociedade”, a relevância que o autor do romance analisado tem gradativamente ganhado na produção literária brasileira contemporânea. Não só em meio à recepção do público leitor em geral, mas também nos Estudos Literários e em outras áreas de pesquisa acadêmica, *Torto arado* figura como uma produção já reconhecida pela crítica, assim como outras produções do mesmo autor começam a conquistar seu espaço na cena literária. Essa repercussão positiva está atrelada, indubitavelmente, à qualidade da escrita do autor, poética e fluida, porém não se limita a isto. O romance também dialoga com uma característica fundamental da literatura contemporânea de nosso país: a urgência da denúncia e superação de mazelas sociais que já parecem anacrônicas ao olhar hodierno.

Posto isso, Itamar Vieira Junior atrelou sua experiência na atuação em campo, pelo INCRA, em uma comunidade quilombola da Chapada Diamantina, com a pesquisa desenvolvida em seu doutorado e com o poder humanizador da literatura (Candido, 1999), unindo experiência social e fazer literário. A partir do que conhecia e do que intencionava denunciar, o autor desenvolveu uma obra que sensibiliza o leitor diante de várias temáticas abordadas no romance, tais como exploração do trabalho, desigualdade social, abuso de poder, racismo, patriarcalismo, violência e exclusão. Esta última é a que nos chamou atenção para desenvolver o presente trabalho, ainda que não possa ser vista isoladamente, pois está articulada a todas as outras questões mencionadas, de forma que atravessam os trabalhadores de Água Negra em diferentes sentidos.

Dado este recorte, partimos para “Representação e exclusão no espaço da narrativa”. Nesta parte, percebemos o espaço da narrativa em *Torto arado* como um elemento que supera

a mera percepção imediata de cenário estático, assumindo uma função de representação simbólica em sua constituição (Brandão, 2007; Dimas, 1985), isto é, estruturante da exclusão social estabelecida na Fazenda Água Negra. Esta, localizada distante do centro urbano e esquecida por aqueles que deveriam zelar por sua população, é excluída de qualquer acessibilidade às necessidades básicas de saúde, educação, segurança pública ou garantia de direitos de modo geral.

Nesse sentido, o hospital mais próximo ainda é de difícil alcance e mal supre necessidades extremas, como o tratamento da língua de Belonísia, condenando-a ao silêncio. A escola local é construída apenas após muita insistência e chega à fazenda em uma perspectiva pedagógica hegemônica, a qual invalida os sujeitos históricos marginalizados e reforça uma educação não libertadora, mas sim alienante (Arroyo, 2012). A atividade policial atua em prol dos interesses dos proprietários da fazenda, de modo a intimidar a população local em nome da proteção do poder exercido por eles, sem alcançar os trabalhadores quando estes que necessitavam de proteção, como configurado no assassinato de Severo.

Além disso, os critérios de permanência nas terras de Água Negra são estabelecidos sob um viés exploratório e aproveitador da fragilidade social que seu povo enfrenta. Em moradias temporárias que não poderiam chamar de suas, sem qualquer remuneração pelo trabalho desenvolvido na terra e com alta cobrança de produtividade, os trabalhadores são submetidos a essas condições para continuarem naquela fazenda, sem expectativas de mudanças. Assim, sua exclusão é ainda mais intensificada na própria constituição desse espaço, pela lógica social estabelecida para a manutenção do poder apenas dos proprietários.

Somada à configuração espacial da narrativa, também está no sofrimento ético-político a percepção da exclusão (Sawaia, 2014b), identificado a partir do olhar que detemos às personagens. Para além das implicações físicas percebidas – como o corte permanente que impede Belonísia de falar, o silenciamento forçado a partir do assassinato de Severo, o impulso pela fuga deste com Bibiana, todos atravessados pela condição excludente à qual estão sujeitos –, as simbólicas também carregam significado. Encontramos este sofrimento nas inquietações de Belonísia em suas tentativas de falar, embora sua voz soasse como um arado torto; nas violências simbólicas, que partem da repressão religiosa dos novos proprietários ou da instituição de uma educação formal propositalmente desqualificada para atender às particularidades de seus alunos quilombolas; nas proibições e repressões que carregavam consigo a tentativa de invalidar a cultura, a identidade e o passado daquela comunidade histórica.

Com isso, pudemos não só ressaltar os aspectos que caracterizam a representação da exclusão na constituição do espaço da narrativa, como também investigar de que maneira as personagens que vivem naquele meio são afetadas por ela. Somado a isso, foi possível articular as vivências ficcionalizadas àquelas enfrentadas na realidade brasileira quilombola, a partir de dados do IBGE (2024, 2025) e da pesquisa de doutoramento de Vieira Junior (2017b). Sob a ótica da sociocrítica (Barbéis, 2006), conseguimos refletir a exterioridade do texto literário, de modo a articular realidade e sua representação na literatura.

Em sequência, desenvolvemos “Resistência em ato: as posições de Bibiana e Belonísia”, capítulo no qual enfatizamos as interseccionalidades presentes nas vivências das personagens mulheres desta história – as quais enfrentam não apenas a exclusão que afeta a todos, mas também são atravessadas por seu gênero, o que as coloca em posição ainda mais vulnerável no meio social. Por fim, damos destaque para as posturas de resistência que a comunidade quilombola passa a assumir, em especial pelo posição de enfrentamento por parte de Bibiana e de Belonísia que se consolida ao longo do romance. Essa resistência se dá, de modo geral, a partir da tomada de consciência, da construção da identidade quilombola, da cultura, do reconhecimento dos aspectos históricos, políticos e sociais que mantêm aquele povo excluído, iniciando-se o processo de reivindicação de direitos e, de maneira mais incisiva, o combate às tentativas de silenciamento forçado.

Diante disso, as irmãs protagonistas figuram como símbolo de resistência à exclusão na narrativa. Apesar da subalternidade a que estão reféns, na condição de silenciadas e duplamente oprimidas (Spivak, 2010), as personagens não estão condicionadas ao silêncio definitivo – nem mesmo Belonísia, com sua língua mutilada. Suas vozes emergem, de diferentes maneiras, entre a população de Água Negra e até ultrapassam as barreiras da fazenda, expressando a luta por transformação social. Também está ancorada em Santa Rita Pescadeira e em outros encantados, na forma de expressão cultural e religiosa, o fortalecimento desta comunidade, a qual encoraja-se na ancestralidade e no pertencimento à coletividade.

A partir da leitura crítica realizada, destacamos que *Torto arado* se constitui como um romance que tensiona as relações entre literatura e representação da realidade, de maneira a possibilitar um olhar analítico de desigualdades e injustiças sociais que seguem presentes no Brasil contemporâneo. A representação da exclusão neste romance não está restrita à denúncia de uma condição estabelecida no âmbito ficcional. Ela propõe, ainda, uma reelaboração simbólica da experiência do excluído ao conferir-lhe protagonismo e possibilitar o reconhecimento de sua voz, corpo e território.

Esta pesquisa, então, se constitui como uma contribuição para os Estudos Literários, em especial da literatura brasileira contemporânea, ao desenvolver uma perspectiva analítica que destaca a relevância e o efeito social que a literatura possui, bem como que detém o olhar na representação da exclusão em um romance que conquistou grande reconhecimento. Ao mesmo tempo, a análise desenvolvida corrobora a importância que deve ser atribuída ao texto literário que permite a mobilização de vozes distintas, por vezes marginalizadas, tanto na forma de seus autores como de personagens da própria narrativa. Portanto, ao reconhecermos na literatura o poder de representar, questionar e incidir sobre o real, reafirmamos a convicção de que o fazer literário é também um ato de resistência, assim como o exercício científico de análise dessas produções, especialmente quando utilizados em favor da denúncia de problemas sociais persistentes.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Claudeir de Souza. **Um grão do corte, um grito do arado e um rio de palavras:** rastros da alteridade afro-brasileira em *Torto arado*, de Itamar Vieira. 2023. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens) – Universidade Federal do Acre, Cruzeiro do Sul, 2023. Disponível em: <https://www.ufac.br/ppehl/producoes/dissertacoes>. Acesso em: 28 out. 2025.
- ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BARBÉRIS, Pierre. A sociocrítica. In: BERGEZ, Daniel *et al.* **Métodos críticos para a análise literária**. Trad. Olinda Maria Rodrigues Prata. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 143-182.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora: PISEAGRAMA, 2023.
- BISPO DOS SANTOS, Antônio. **Colonização, quilombos:** modos e significados. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa – INCTI, 2015.
- BITU, Felipe. SUV raiz, Ford Rural era o meio-termo entre Kombi e Bandeirante: precursora dos SUVs, a Rural tem carisma e qualidades que resistem incólumes à ação do tempo. **Quatro rodas**, [s. l.], 15 nov. 2024. Disponível em: <https://quatrorodas.abril.com.br/carros-classicos/classicos-suv-raiz-ford-rural-era-o-meio-termo-entre-kombi-e-bandeirante/>. Acesso em: 22 set. 2025.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 37. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.
- BRAIT, Beth. **A personagem**. São Paulo: Contexto, 2017.
- BRANDÃO, Luis Alberto. Breve história do espaço na teoria da literatura. **Revista Cerrados**, [s. l.], v. 14, n. 19, p. 115-133, 2005. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/1140>. Acesso em: 2 jun. 2025.
- BRANDÃO, Luis Alberto. Espaço literário e suas expansões. **Aletria**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 207-220, jan./jul. 2007. DOI: 10.17851/2317-2096.15.1.206-220. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/18135>. Acesso em: 4 fev. 2025.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 3 jul. 2025.
- BRASIL. **Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). Acesso em: 11 set. 2025.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. **Remate de Males**, Campinas, n. esp., p. 81-90, 1999. DOI: 10.20396/remate.v0i0.8635992. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8635992>. Acesso em: 18 jul. 2024.

CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. *In*: CANDIDO, Antonio *et al.* **A Personagem de Ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 51-80.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: Estudos de teoria e história literária. São Paulo: Todavia, 2023.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. *In*: CANDIDO, Antonio. **Vários Escritos**. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2004. p. 169-191.

COMPAGNON, Antoine. **Literatura para quê?** Trad. Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

COSTA, Camila Gonçalves da. **O protagonismo feminino em Torto arado, de Itamar Rangel Vieira Junior**. 2023. 187 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/8472>. Acesso em: 28 out. 2025.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. DOI: 10.1590/S0104-026X2002000100011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 7 out. 2025.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, [s. l.], v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991. DOI: 10.2307/1229039. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1229039>. Acesso em: 21 jul. 2025.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea**: um território contestado. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

DALCASTAGNÈ, Regina. **O prego e o rinoceronte**: resistências na literatura brasileira. Porto Alegre: Zouk, 2021.

DIMAS, Antonio. **Espaço e Romance**. São Paulo: Ática, 1985.

FALERO, José. **Os supridores**. São Paulo: Todavia, 2020.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Colonialismo, capitalismo e segmentaridade: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anticolonial e pós-colonial. **Revista Sociedade e Estado**, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 255-288, jan./abr. 2014. DOI: 10.1590/S0102-69922014000100013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/LMbR7mNnPDM7CXV5L59MkFR/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2025.

FRANK, Joseph. **The idea of spatial form**. New Brunswick, London: Rutgers University Press, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: quilombolas: alfabetização e características dos domicílios, segundo recortes territoriais específicos: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73109#:~:text=Nesta%20edi%C3%A7%C3%A3o%20da%20pesquisa%2C%20realizada%20em%202022%2C%20o,pelo%20menos%20um%20morador%20quilombola%2C%20entre%20outros%20aspectos>. Acesso em: 15 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **O Brasil quilombola**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102164>. Acesso em: 27 out. 2025.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2014.

LARA, Ângela Mara de Barros; MOLINA, Adão Aparecido. Pesquisa Qualitativa: apontamentos, conceitos e tipologias. In: TOLEDO, Cèzar de Alencar Arnaut de; GONZAGA, Maria Teresa Claro (Org.). **Metodologia e Técnicas de Pesquisa nas Áreas de Ciências Humanas**. Maringá: Eduem, 2011. p. 121-172.

LARROSA, Jorge. O ensaio e a escrita acadêmica. **Educação e realidade**, [s. l.], v. 28, n. 2, p. 101-115, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25643>. Acesso em: 19 set. 2025.

LINS, Paulo. **Cidade de Deus**. São Paulo: Planeta, 2012.

LUKÁCS, György. Narrar ou descrever. In: LUKÁCS, György. **Ensaio sobre literatura**. Trad. Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Editora civilização brasileira S.A., 1965. p. 43-94.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUE, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 31-61.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

NAYYAR, Deepak. Trabalho, subsistência e direitos. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 10, p. 213-226, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/cdes/article/view/208>. Acesso em: 1 jul. 2025.

OLIVEIRA, Avelino da Rosa. Sobre o alcance teórico do conceito “exclusão”. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 159-188, 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/52>. Acesso em: 13 ago. 2023.

OLIVEIRA, Thallys; FERREIRA, Ana Emília. Subalternidade racial em Torto arado: Do silêncio à resistência. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 14, n. 3, p. 1-14, 2021. DOI: 10.15448/1984-4301.2021.3.39068. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/letronica/article/view/39068>. Acesso em: 1 set. 2024.

PAULINO, Renan Cabral. **Desmantelando o carrego colonial e suas noções de gênero: a cosmologia Iorubá nas performances de masculinidade em Compaixão e Torto Arado**. 2023. 92 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/272042>. Acesso em: 28 out. 2025.

PIMENTA, Paula. Resistentes, quilombolas querem reconhecimento de seus territórios. **Agência Senado**, [s. l.], 28 fev. 2025. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2025/02/resistentes-quilombolas-querem-reconhecimento-de-seus-territorios>. Acesso em: 5 jul. 2025.

POULET, Georges. **O espaço proustiano**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. In: SANTOS, Milton. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. p. 75-224.

SAWAIA, Bader. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014a. p. 7-13.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014b. p. 99-119.

SCHØLLHAMMER, Karl Erick. **Ficção brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, Minas Gerais, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021. Disponível em <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 23 jul. 2025.

SOUZA, Yuri Moura Lima Amaral de. **Torto Arado: o sinuoso caminho entre o político e o literário**. 2023. 118 f. Dissertação (Mestrado em Letras: estudos da linguagem) –

Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/jspui/handle/123456789/18068>. Acesso em: 9 fev. 2025.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TENÓRIO, Jeferson. **O avesso da pele**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

TODAVIA. **Edição comemorativa Torto arado**. São Paulo, 28 set. 2024. Instagram: @todavialivros. Disponível em: [https://www.instagram.com/todavialivros/p/DAd2XoKuvmN/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/todavialivros/p/DAd2XoKuvmN/?img_index=1). Acesso em: 24 mar. 2025.

TODAVIA. **Já em pré-venda: Coração sem medo**. São Paulo, 19 ago. 2025. Instagram: @todavialivros. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DNi8uAMumpn/?igsh=MTk2ZnVxMTMwcHBxag==>. Acesso em: 3 set. 2025.

TORTO ARADO: obra desembarca nas prateleiras norte-americanas em breve. **Brazilian Publishers**, São Paulo, ago. 2022. Disponível em: <https://brazilianpublishers.com.br/noticias/torto-arado-eua/#:~:text=Anteriormente%2C%20o%20livro%20j%C3%A1%20havia%20sido%20traduzido,vendidos%20da%20categoria%20obras%20de%20fic%C3%A7%C3%A3o%20em>. Acesso em: 24 mar. 2025.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **A oração do carrasco**. Itabuna: Mondrongo, 2017a.

VIEIRA JUNIOR, Itamar Rangel. **A valorização imobiliária empreendida pelo Estado e o mercado informal de imóveis em Salvador**: analisando a Avenida Paralela. 2007. 135 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19828>. Acesso em: 13 abr. 2025.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Chupim**. São Paulo: Todavia, 2024.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Coração sem medo**. São Paulo: Todavia, 2025.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Dias**. Salvador: Caramurê, 2012.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Doramam ou a Odisseia**: histórias. São Paulo: Todavia, 2021a.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. Itamar Vieira Junior e seu “Torto Arado”, uma declaração de amor à terra. [Entrevista cedida a] Anna Beatriz Anjos. **Casa 1**. São Paulo. 2021b. Disponível em: <https://www.casaum.org/itamar-vieira-junior-e-seu-torto-arado-uma-declaracao-de-amor-a-terra/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. Itamar Vieira Junior, vencedor do Prêmio Jabuti, no Brasil de Fato Entrevista. [Entrevista cedida a] Brasil de Fato. **Brasil de fato**, [s. l.], 12 fev. 2021c. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T9Eah9dmXtU>. Acesso em: 19 out. 2025.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. Roda Viva | Itamar Vieira Junior. [Entrevista cedida a] Vera Magalhães. **Roda Viva**, [s. l.], 15 fev. 2021d. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Mu9iUc2UHBQ&t=1s>. Acesso em: 22 set. 2025.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Salvar o fogo**. São Paulo: Todavia, 2023.

VIEIRA JUNIOR, Itamar Rangel. “**Trabalhar é tá na luta**”: vida, morada e movimento entre o povo da Iuna, Chapada Diamantina. 2017b. 293 f. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017b. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19828>. Acesso em: 13 abr. 2025.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto arado**. São Paulo: Todavia, 2019.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. Uma história de amor pela terra: o fenômeno literário de Torto arado – entrevista com Itamar Vieira Junior. [Entrevista cedida a] Natália Souza Noro e Marta Aparecida Garcia Gonçalves. **Via Atlântica**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 530-559, 2022. DOI: 10.11606/va.i41.188769. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/188769>. Acesso em: 13 abr. 2025.

VINCI, Christian Fernando Ribeiro Guimarães. A cultura ensaística entre a fabulação e o ensaísmo acadêmico: uma leitura. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 48, p. e243164, 2022. DOI: 10.1590/S1678-4634202248243164por. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ep/article/view/198867>. Acesso em: 19 set. 2025.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 17-27.

XAVIER, Elódia. **Que corpo é esse?**: o corpo no imaginário feminino. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.